

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 2 de Fevereiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1104 • Director: Carlos Brito

A POLÍTICA QUE O PAÍS PRECISA

Carvalhas na censura ao Governo:

Contrariamente a esta política, Portugal precisa de uma política que concretize na prática os direitos económicos e sociais dos trabalhadores, que tenha como objectivos centrais assegurar o direito ao trabalho, ao salário e à segurança e estabilidade no emprego, que promova a elevação progressiva dos salários reais e combata as injustiças e desigualdades sociais.

Págs. 8 e 9



Álvaro Cunhal em Penamacor

Lembrar o passado por causa dos combates de hoje

Págs. 22 e 23



150

mil contos para o Partido

A campanha já arrancou!

Pág. 13

Câmara do Crato Um ano de vida nova



Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

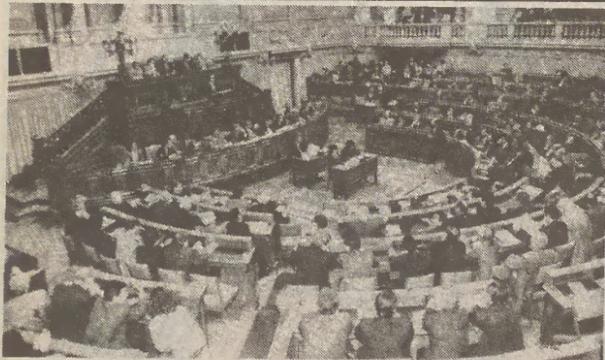
O desemprego, as «lágrimas» do sr. Delors e a demagogia dos socialistas

• Artigo de Domingos Abrantes

Pág. 18

Assembleias dinamizam o Partido

Págs. 4 e 5



PCP censura Governo no Parlamento

RESUMO

25
Quarta-feira

A esmagadora maioria das autarquias e muitas colectividades alentejanas protestam com um «buziã» contra os problemas da região ■ Os trabalhadores da Telecom fazem uma vigília em Lisboa, como forma de protesto contra os aumentos salariais a apenas 13 por cento dos funcionários ■ Os mineiros do Pejão levantam o bloqueio à entrada da brigada de esgotos na mina ■ No Parlamento, o PSD e o CDS-PP impedem a aprovação de uma moção de protesto contra o segundo caso OGMA ■ Yasser Arafat e o rei Hussein da Jordânia assinam acordos de cooperação ■ O novo Governo italiano obtém o voto de confiança na Câmara dos Deputados ■ O foguetão chinês Longa Vida 2E, que transportava um satélite de telecomunicações a bordo, explode.

26
Quinta-feira

O PCP apresenta uma moção de censura ao Governo mas acaba por retirá-la antes da votação, «furando» a estratégia do PSD, ao não permitir a consagração do Governo através do chumbo da moção ■ Em todo o País, milhares de trabalhadores participam na jornada de luta organizada pela CGTP-IN, protestando contra a política do Governo ■ Em plenário, os mineiros do Pejão decidem pôr fim ao bloqueio à mina ■ O Governo decide limitar o horário de funcionamento dos hipermercados aos domingos e feriados ■ Yasser Arafat assina vários acordos de cooperação com a Jordânia e o rei Hussein ordena a abertura de um gabinete de ligação em Gaza ■ Os colonos de Kochav Yaacov iniciam os trabalhos de terraplenagem para o alargamento do colonato.

27
Sexta-feira

Mário Soares promulga o decreto-lei sobre a última fase da privatização do BPA ■ Jardim Gonçalves anuncia que o BCP e a Império decidiram aumentar o preço por acção da OPA sobre o BPA ■ Nuno Delarue pede a demissão de todos os seus cargos partidários, depois do Ministério Público abrir uma investigação às facturas fictícias pedidas por aquele ■ O Governo alemão anuncia que vai legislar de forma a acabar com a mão-de-obra barata estrangeira ■ O Governo de Lima anuncia que uma posição do exército peruano foi atacada por um helicóptero do Equador, junto à fronteira dos dois países ■ O presidente argelino anuncia que pretende efectuar eleições presidenciais, impedindo a FIS de participar ■ Assinala-se o 50º aniversário da libertação do campo de concentração nazi de Auschwitz, pelo exército soviético ■ Vastas regiões da Europa Central e do Norte sofrem os devastadores efeitos das chuvas, quedas de neve e rajadas de vento.

28
Sábado

Realiza-se a Segunda Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa, com a participação de Carlos Carva-

lhas ■ O Equador declara o Estado de Emergência, enquanto a Peru reforça a zona fronteiriça ■ Xanana Gusmão considera decepcionantes os resultados do último encontro entre Durão Barroso e Ali Alatas, em Genebra ■ O PDS alemão pronuncia-se, em Berlim, pela democracia parlamentar ■ O Kremlin nomeia os três principais líderes da oposição tchetchena para cargos oficiais a nível federal ■ Os principais partidos políticos italianos saúdam a nova orientação da Aliança Nacional ■ O Vietnã e os Estados Unidos assinam dois acordos, que resolvem diferendos respeitantes a propriedades diplomáticas e privadas confiscadas durante a guerra.

29
Domingo

Carlos Carvalhas, em Vila Nova de Famalicão, afirma que «o país não precisa que se mude de um poder absoluto para outro poder absoluto» ■ O encontro anual de organizações de solidariedade com Timor-Leste conclui, em Bruxelas, que é necessária a participação dos timorenses nas negociações sobre o território ■ O Equador promete resistir a um eventual ataque do Peru na fronteira entre os dois países ■ Aumenta o número de camiões carregados com produtos alimentares vindos da Turquia, que se dirige para o Iraque ■ Na França, na Alemanha e na Bélgica os rios continuam a subir.

30
Segunda-feira

O PCP considera que Fernando Nogueira «está pessoalmente e politicamente ligado à política e aos governos do PSD, sendo um dos principais responsáveis por uma política de tão nefastas consequências para o povo e o País» ■ É noticiado que a UE bloqueou o envio de fundos para a formação profissional, acusando o Governo de usar indevidamente os dinheiros de 1994 ■ O Tribunal Internacional de Haia inicia o julgamento de uma queixa apresentada por Portugal sobre o protocolo assinado entre a Austrália e a Indonésia para a exploração de petróleo no mar de Timor ■ Ali Alatas admite que a emigração em larga escala de indonésios para Timor está a provocar «tensões com a população local» ■ Os exércitos do Equador e do Peru continuam a combater na zona fronteiriça, apesar dos apelos a um cessar-fogo lançados pelos quatro países garantes do Protocolo do Rio ■ Atentado suicida na Argélia provoca 40 mortos e centenas de feridos.

31
Terça-feira

Os trabalhadores da Portugal Telecom manifestam-se em Lisboa e no Porto exigindo «salário igual para trabalho igual» ■ Manuel Monteiro apresenta a estratégia que vai defender no congresso do CDS/PP, garantindo que «chegou a hora da direita» e defendendo que «a maioria absoluta é um perigo» ■ A comunicação social anuncia que Durão Barroso formaliza amanhã a sua candidatura à liderança do PSD ■ O Equador anuncia um cessar-fogo unilateral no conflito com o Peru.

O País não pode esperar

A censura dos comunistas ao Governo valeu como importante contributo para reforçar a exigência da demissão do Governo, da dissolução da Assembleia e da antecipação das eleições legislativas.

O requisitório apresentado por Carlos Carvalhas fez a cabal demonstração da urgência daquelas decisões clarificadoras e de que o país não pode esperar, sofrendo graves prejuízos com o apodrecimento da situação.

Em todas as áreas essenciais, nos domínios social, económico, político e cultural, foi documentada a situação de acelerada degradação provocada pela política governamental em curso. Isto bastava para justificar, como o PCP desde há tempo advoga, que se accionassem os dispositivos constitucionais para interromper o curso de uma tal política.

O abandono anunciado de Cavaco Silva, com os motivos de acrescida instabilidade que já introduziu e continuará a introduzir no processo, tornam ainda mais inadiável o uso desses dispositivos, que existem na Constituição precisamente para serem usados em situações como a presente.

Neste caso, a pressa justifica-se plenamente.

Como salientou na sua intervenção o Secretário-Geral do PCP: «É inteiramente justo que tenham pressa todos aqueles que, como o PCP, consideram que os problemas essenciais da vida dos cidadãos e do país têm de ser o impulso e a motivação determinante da acção política, que consideram ser seu dever ético e político tudo fazer para interromper e derrotar uma política que condenam, que consideram que é necessário conquistar uma nova política que marque uma efectiva ruptura com as concepções, as orientações, os métodos e os critérios fundamentais da política de direita.»

É hoje uma evidência para toda a gente que o abandono por parte de Cavaco Silva da liderança do PSD abriu uma crise profunda no interior do próprio Governo.

São ministros e um ex-recente secretário de Estado que encabeçam os diferentes clans na luta pela sucessão. Outros governantes e deputados arremetam-se na batalha e levantam o pendão das suas preferências. O lavar da roupa suja ainda só se iniciou, mas promete.

Entretanto, os processos de corrupção que correm contra os, até há pouco, pre-

sidente e vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, respectivamente Duarte Lima e Nuno Delarue, não podem deixar de constituir uma acusação contra toda a governação laranja e a acção da sua «maioria».

Ao descrédito resultante do rotundo fracasso da sua política e dos estrondosos escândalos de corrupção em que aparecem envolvidas algumas das suas destacadas figuras, o Governo junta o descrédito do seu próprio funcionamento.

Com um Primeiro-Ministro que foge ao julgamento das urnas e um colectivo em aberta guerra civil, o Governo tornou-se uma pura ficção.

Pois era esta ficção que o estado-maior do PSD pretendia dignificar e reabilitar através de uma votação formal Assembleia da República (onde imperaria a «maioria» desacreditada que ainda

A instabilidade do Governo e do partido do Governo desestabilizará ainda mais a situação do país se se hesita em adoptar as únicas medidas clarificadoras que passam pela demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições legislativas. É hoje muito claro, porém, que só pela luta estes objectivos serão atingidos.

lhe resta) na rejeição da moção de censura do PCP e que seria depois aproveitada para o desenvolvimento de pressões junto do Presidente da República.

Ao impedir que a votação se consumasse, o que implicou a retirada da moção, o PCP inutilizou os planos do PSD e toda uma campanha que este preparava para justificar o desespero com que se agarra ao poder.

Ora nem o pretexto da votação formal da Assembleia existe e, pelo contrário, existe contra o Governo todo o desmascaramento e condenação da sua política que foi feito durante o debate da censura promovida pelos comunistas e existe a exigência de uma nova política, de que estes apresentaram algumas das grandes linhas.

Os factos dão razão ao PCP quando este salienta, como fez na Assembleia da República, que «o País não pode ficar mais nove longos meses em acrescida instabilidade institucional, política, económica e social.»

Considerando o que já se passou depois da moção de censura, podemos acrescentar que o país não pode ficar a assistir à guerra da sucessão no reino laranja, como parecem querer os estrategos do dito e certa comunicação social, enquanto todos os problemas nacionais se deterioram assustadoramente.

Aos gravíssimos problemas criados pela acção do Governo juntam-se agora os que são originados pela sua inacção e os que serão crescentemente provocados pela sua divisão e prováveis tentativas de remodelação.

A instabilidade do Governo e do partido do Governo desestabilizará ainda mais a situação do país se se hesita em adoptar as únicas medidas clarificadoras que passam pela demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições legislativas.

É hoje muito claro, porém, que só pela luta estes objectivos serão atingidos.

Não se espere, é claro, que se mobilizem em torno deles aqueles que se movem por exclusivos interesses eleitoralistas e que determinam toda a sua acção pela maior ou menor probabilidade de chegar ao poder. Esses nunca terão pressa em clarificar a situação e nada lhes importará que se agrave a situação dos trabalhadores e de toda a população laboriosa, se se convencerem que é um prolongado período de apodrecimento que lhes facilitará a arrecadação de votos.

É imperioso que esta atitude seja desmascarada.

Os trabalhadores dão o exemplo da atitude oposta ao associarem a sua luta por reivindicações concretas pelo emprego, pelos salários, pela contratação, pelos direitos, à luta pela demissão do Governo e antecipação das eleições legislativas.

Foi assim na Jornada de 26 de Janeiro e tudo indica que voltará a ser assim na próxima Jornada de 16 de Fevereiro, onde será exigida uma resposta às reivindicações concretas já formuladas, porque «o país não pode continuar adiado, não pode continuar suspenso de manobrismos políticos».

Também o PCP intensifica a sua acção em torno das medidas clarificadoras que têm por centro a antecipação das eleições legislativas, promovendo várias iniciativas de massas e desenvolvendo uma nova campanha de esclarecimento e sensibilização da população.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Sangrar-se em saúde

O PS estora de optimismo eleitoral. Tanto assim, que Guterres que sempre evitara formular a pretensão de uma maioria absoluta foi agora pedi-la ao Porto. Vamos ver se não lhes acontece o mesmo que àquela rã da fábula que queria ser grande como um boi...

O mais curioso é que este optimismo eleitoral anda acompanhado, na palavra do PS, de um crescente pessimismo em relação à evolução social e à perspectiva de uma efectiva melhoria do bem-estar dos portugueses.

O PS é oposição, mas já invoca, como costumam fazer os governos de direita, a razão dos condicionalismos e dos compromissos comunitários e das «ameaças externas» para fugir a comprometer-se com algumas das mais sentidas reivindicações sociais do nosso povo. É o que costuma traduzir-se pela expressão: sangrar-se em saúde.

Mas se o PS já se sangra agora, o que fará se for governo?

O próprio semanário «Expresso» espantava-se, em peça do passado fim-de-semana, com «esta visão pessimista da conjuntura económica» que recolheu junto de alguns dos mais reputados economistas do PS.

Ao lê-los, percebe-se, no entanto, que o

«pessimismo» serve, acima de tudo, para justificar o prosseguimento da política financeira do PSD e das receitas de Maastricht. Até quem conservar os actuais governador e administração do Banco de Portugal!

Daniel Bessa desafia: «O PS tem de encarar sem complexos o facto de ter de reduzir o défice.» Pelo seu lado, Vítor Constâncio assegura «o compromisso de não aumentar o peso das despesas públicas no PIB».

Com estas preocupações dominantes é claro que a saúde, a educação e a segurança social passam para um lugar secundário e desenvolve-se a filosofia que justifica que sejam sacrificadas.

Pior ainda é o tratamento que se prepara para a política salarial (matéria em que o PS foge assumir qualquer compromisso) e a própria política de emprego.

Lá diz Silva Lopes: «As perspectivas para o nosso mercado de trabalho não são brilhantes.»

O «contrato» que Guterres apresentou no Porto, muito significativamente, não contempla estas matérias.

Os cinco eixos do «contrato de legislatura» não tocam nenhuma questão que possa contra-

riar ou «assustar» os interesses e a voracidade do grande capital.

Numa situação socioeconómica tão profundamente degradada como a que se vive no nosso país, é muito esclarecedor acerca da política que o PS se propõe realizar, que no seu «contrato» não sejam mencionadas questões como, entre outras, a da elevação dos salários e a mais justa distribuição dos rendimentos, a garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores, o combate ao aprofundamento das desigualdades sociais e à crescente concentração capitalista, as responsabilidades do Estado na significativa melhoria do acesso à saúde, à segurança social, à habitação e à educação.

As medidas avulsas que o PS tem defendido a título de «mercado social de emprego» e do «rendimento mínimo para as famílias» não disfarçam a pobreza franciscana da sua proposta social.

Ao concentrar as suas propostas nas alterações ao sistema político, como se nele residissem os males do país, o PS opera uma significativa conversão ao neoliberalismo e procede de tal maneira que até a sua visão da solidariedade se confunde cada vez mais com a caridade. Só se engana quem quer...

■ Carlos Brito

Porquê?

As dúvidas lancinantes sobre o destino do chefe sucedem-se, agora, as excitantes interrogações sobre quem o substituirá na presidência do PSD.

Dizem umas sondagens que o vencedor será, amplamente, Fernando Nogueira. Garantem outras que Durão Barroso será, abundantemente, vencedor. É óbvio que, se todas estas sondagens são, como é uso dizer-se, feitas segundo rigorosos, sérios e científicos métodos (com margens de falibilidade reduzidíssimas), a única conclusão que há a tirar destas «mais que previsões-certezas» é que o vencedor será... serão os dois. E é possível que, logo Santana Lopes encomende e publique a sua sondagem, os vencedores passem em vez de dois a ser três.

Resultado que, aliás, se me afigura ser, de facto, o mais possível, se não o único possível. (Há ainda as sondagens-preservativo, isto é, as que preventiva e sabiamente «esclarecem» que a maioria do povo está contra a antecipação das eleições. Mas sobre essas não vale a pena falar visto que não passam de complementos das outras.)

Entretanto, e para dar mais colorido às manifestações de orfandade da família laranja, o Major Valentim Loureiro, mais por dever de ofício do que por qualquer outra razão, prepara uma espécie de imploração colectiva ao Chefe, um apelo extremo e supremo, assim como quem diz: «Em nome deste partido que "moldaste à tua imagem e semelhança" não nos abandones, ó Guia Iluminado, volta para nós e por nós, ó Bem Amado Chefe.»

Quer isto dizer que até Fevereiro, pelo menos, a questão da substituição de Cavaco Silva na presidência laranja vai ser tema preferido da comunicação social, ao lado, naturalmente, das inevitáveis sondagens que, em doses familiares, nos fornecerão os resultados das eleições como se as ditas já se tivessem efectuado.

Garantindo, umas, que «PS alcança maioria absoluta», assegurando,

outras, que «PS não alcança a maioria absoluta»; e demonstrando, terceiras, que apesar de tudo, «PSD, embora perdendo a maioria, é o vencedor».

Esperemos que o eleitorado não caia na ratoeira de dar a vitória... aos dois, ou seja: de, derrotando ou não o PSD, dar a vitória à política de direita.

Entretanto, a política de direita prossegue, sistematicamente, as suas malfetorias. Quem trabalha e vive do seu trabalho vê crescer à sua frente cada vez mais e maiores obstáculos, dificuldades e problemas. Quem vive à custa do trabalho dos outros vê o seu caminho crescentemente facilitado. A exploração aumenta, acentua-se a violação de direitos essenciais dos trabalhadores, o conteúdo de classe da política de direita assume proporções gigantescas.

Contra essa política lutam, com determinação e firmeza, os trabalhadores: na Sorefame, no sector dos Transportes, na Telecom, em todas as áreas da vida nacional. E expressam o seu protesto e a reivindicação dos seus direitos em greves e manifestações de rua... que a comunidade social ignora, silencia ou minoriza. É que o espaço e o tempo da comunicação social que temos estão totalmente preenchidos com temas outros, tais como: a sucessão de Cavaco Silva e as informações sobre o vencedor das próximas eleições...

Porquê? Pela simples razão de que a comunicação social é propriedade dos grandes grupos económicos, principais interessados na continuação da política de direita, seja ela conduzida pelo PSD ou pelo PS.

■ José Casanova

Os anjos e os demónios

Se já não o soubéssemos de uma longa experiência, teríamos ficado agora a saber que há quem tenha arrumado para sempre nas suas gavetas mentais os belos e os monstros, os anjos e os demónios, os virtuosos e os defeituosos, os dinâmicos e os roneiros, os brilhantes e os cinzentos.

Há três meses, o CDS apresentou uma moção de censura, com o propósito assumido de amortecer e retirar legitimidade à luta e intervenção dos utentes da Ponte 25 de Abril, e com isso ganhou direito a dezenas de apreciações de que estava a «marcar a agenda política» e a «liderar a oposição». Em contrapartida, o PCP apresentou uma moção de censura ao Governo assumidamente articulada com o descontentamento e a luta popular, e da parte dos mesmos que anteriormente endeusaram a iniciativa do CDS não só não houve qualquer

opinião de que o PCP estava a «marcar a agenda política» e a «liderar a oposição» como não faltaram logo reticências e mesmo a classificação de que se tratava da «gaffe política» do ano.

Se tivessem sido o PS ou o CDS a retirar uma sua moção de censura, como única forma de não a sujeitar à votação especialmente desejada nesta conjuntura pelo PSD, não faltariam rasgados elogios à maleabilidade táctica, ao rasgo de audácia e coragem e à fina condução política assim reveladas. Mas como foi o PCP que o fez, aqui e além, em órgãos de comunicação social, não faltaram os que logo vieram falar de «tiro no pé» ou de miserável «golpada», para já não falar do maremoto de dislates debitados no Telejornal do Canal 1 pela dupla Cacéres Monteiro (em representação das visões social-

democratas) - Nuno Rogeiro (em representação das diabruras da extrema direita).

As coisas já estavam assim, quando o Eng. António Guterres resolveu meter também a colherada na panela da falta de seriedade, de isenção e de respeito pela verdade, ao declarar não apenas que a moção de censura do PCP tinha sido «globalmente negativa para a democracia» mas também que «fazer política não é a agressividade, não é o insulto, não é a manobra que ninguém entende», «é debater os problemas do País como o PS está a fazer».

Ou seja, o líder do PS, qual autêntico Frei Tomás da política nacional, sabe perfeitamente que aquela história de «canalhas» e de «traições» não envolveu o PCP mas sim o PS e o PSD e sabe também perfeitamente que a orientação e intervenção do PCP estiveram claramente centradas

nos problemas vivos do povo e do país, e apesar disso consegue concluir sectariamente que a iniciativa do PCP é que foi «globalmente negativa para a democracia».

Calculamos que, para o Eng. Guterres, «globalmente positivas para a democracia» devem ser as tristes imitações de Cavaco Silva e do PSD que anda afanosamente a perpetrar, com merecido destaque para o seu teatral pedido de uma maioria absoluta que permita ao PS «governar com maioria e estabilidade», com o qual atirou pela borda fora o persistente combate que, ao longo dos últimos oito anos, os comunistas e outros democratas, incluindo muitos destacados socialistas, justamente moveram à mentirosa tese cavacista da identificação da maioria absoluta (de um só partido) com a estabilidade.

■ Vítor Dias

OLP e Palestinianos

Caminhos difíceis

Os Acordos de Oslo entre Israel e a OLP criaram, em grande medida devido ao impacto mediático (transmissão para todo o mundo desde Washington dos jardins da Casa Branca do encontro entre Isac Rabin e Yasser Arafat), uma falsa ideia geral de que a paz estaria para breve no Médio Oriente.

Se é verdade que o mundo tinha mudado desde o fim da URSS e da guerra do golfo não é menos verdade que Israel, devido à Intifada, tinha sido obrigado a reconhecer a OLP, e as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, o que não era nada de desprezar.

O que podia ser interpretado pelos palestinianos como um passo significativo no sentido da sua estratégia de reconhecimento dos seus direitos nacionais, incluindo o do seu próprio Estado, e retirada das tropas israelitas da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém leste, também podia muito bem ser interpretado como uma nova «guerra» entre o sionismo e a OLP, a partir de novas posições, muito mais favoráveis a Israel.

O encontro de Washington quebrou o isolamento e o boicote aberto a Israel por parte dos países árabes.

Deu justificação acrescida ao rei da Jordânia para fazer a paz separada com Israel com o beneplácito de Washington. Não trouxe qualquer benefício económico-social aos palestinianos de Gaza e Jericó, antes contribuiu para frustrar expectativas. Não trouxe sequer a libertação de milhares e milhares de palestinianos. Não terminou com as prisões arbitrárias, feitas pelos israelitas. Israel mantém os seus propósitos de fazer de Jerusalém capital de Israel, contra as decisões da ONU, e alarga os seus colonatos em torno de Jerusalém leste.

Na semana passada, o governo israelita anunciou que vai construir mais de três mil casas nos colonatos judeus da Cisjordânia ocupada, apesar de os colonatos serem ilegais e de suscitarem forte oposição dos palestinianos. Para se avaliar exactamente o papel de Rabin, condecorado com o Prémio Nobel da Paz, atente-se nas declarações do Ministro das Finanças de Israel admitindo que o governo de Rabin está a construir casas nos colonatos a um ritmo três vezes superior ao do partido direita do Likud.

Neste contexto, Israel sabia (conhecia por dentro o Hamas e a Jihad Islâmica) que estes teriam maiores possibilidades de acção, o que daria a Israel maiores possibilidades de concretizar o seu velho sonho de liquidar a OLP enquanto estrutura representativa do movimento nacional libertador palestiniano.

Esta, que nos parecia ser a estratégia de Israel, a vida está a confirmar. Usar o Hamas e a Jihad e os seus enormes apoios internacionais nos EUA, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Irão, Sudão, Argélia, Arábia Saudita, Kuwait e até na OLP para tentar liquidar a prazo a OLP, e impedir a fundação de um Estado laico, democrático, em território palestiniano, ou seja, «mau exemplo» para todo o Médio Oriente.

Sem pôr em causa a necessidade de negociar, também não se pode esquecer que a base da negociação foi a unidade de luta e combate do povo palestiniano em torno da OLP. Sem essa unidade a paz será sempre precária, e o processo pode descambar para uma orientação à revelia de todas as decisões do Conselho Nacional Palestino e abrir o caminho a uma via integrista nos territórios ocupados com a benção dos EUA e Israel. Entre uma Palestina democrática e livre e um Estado islâmico e reaccionário, Israel e os EUA parecem terem deixado de hesitar. Cabe agora às forças revolucionárias, democráticas e nacionais palestinianas unirem-se e procurarem outras vias para conquistar ao inimigo o território para edificar o seu Estado independente, livre e democrático.

■ Domingos Lopes

Carvalhas, na Assembleia da Cidade de Lisboa

«Não permitimos uma votação de sobrevivência»

Reunida no passado sábado, a 2ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa elegeu o novo organismo de direcção e aprovou a resolução política analisa as perspectivas de desenvolvimento da capital, a luta e acção do Partido junto dos trabalhadores e das populações, o papel dos comunistas no Poder Local, o trabalho de direcção e organização, bem como as próximas batalhas eleitorais que se avizinham.

No final dos trabalhos usou da palavra Carlos Carvalhas que dedicou grande parte da sua intervenção à Moção de Censura apresentada pelo PCP na Assembleia da República.

O secretário-geral do PCP explicou que «com a Moção de Censura, levámos à AR os problemas dos cidadãos, denunciámos as políticas de direita e as suas gravíssimas consequências para o povo português, mostrámos que o Governo que temos é um governo em trânsito, frágil, desprestigiado e desacreditado, desmascarámos também a falsa unidade do grupo parlamentar do PSD que já há muito tem substancialmente reduzido a sua base social e política de apoio».

Carvalhas comparou o grupo parlamentar do PSD aos doentes em coma profundo, afirmando que «só se mantém ligado à máquina do orçamento, à máquina do poder e dos interesses (...); desligada a máquina, a falsa unidade que o PSD quer dar, estilhaçar-se-á».

O dirigente comunista observou de seguida que «o Governo e o PSD não queriam discutir os problemas do país e por isso mesmo encenaram a manobra de diversão, para que se não debatesse a situação e a necessidade de se vir a ter eleições antecipadas».

Apesar disso, continuou, «demos voz aos trabalhadores e à sua luta (...) levámos ao parlamento a voz dos sectores mais débeis ou

marginalizados da sociedade portuguesa, dos pobres, dos reformados e pensionistas, dos deficientes. Levámos ao parlamento a voz das mulheres (...), da juventude e a sua luta contra as dificuldades no acesso ao mundo do trabalho, contra as discriminações e por uma escola de progresso».

Estragámos a festa ao PSD

Sobre da votação da Moção, Carlos Carvalhas salientou que através dela o PSD queria «mostrar ao país que apoiava o Governo como uma família unidíssima, procurando com esse acto teorizar e propagandar uma legitimação do Governo e desta maioria que já não a tem.

«Após a votação da moção de censura, o PSD tinha previsto mesmo ir em romaria a Belém, com o Pacheco Pereira à frente das hostes, levando ao Presidente da República o resultado da votação para depois em grande acto mediático vir dizer que nada justificava a demissão do Governo, a dissolução da AR e a convocação de eleições antecipadas. Procurava servir-se da votação para condicionar o Presidente da República! Esta é que era a golpada do PSD, transformar a moção de censura em moção de confiança.

«O PCP não lhe permitiu esse golpe e essa encenação.

«Estragámos-lhe a festa e a estratégia.

«Como a única maneira de não dar o pretexto ao PSD era não submeter à votação a moção de censura e como a única maneira de a não submeter à votação era retirar a moção, retirámos a moção, direi-



tos que cabem a qualquer grupo parlamentar, não permitindo assim ao PSD fazer o seu cinema».

Como acrescentou mais à frente, «o essencial é que o Governo foi censurado, mostrou-se fragilizado, sem força e sem ânimo, um governo derrotado, em fim de estação e o PSD ficou sem qualquer pretexto para ainda se agarrar a uma inventada tábua de salvação».

(...)«Com a nossa decisão, demos o nosso contributo para que o mais depressa possível, o povo português seja chamado a clarificar a situação, para que o país possa ter um novo Governo com uma nova política e não apenas uma mudança de caras», sustentou o secretário-geral, prosseguindo:

«As eleições são importantes, mas o que nos preocupa são os problemas do país. E é por isso que dizemos que o país não pode ficar mais nove longos meses arrastando-se na instabilidade institucional, política, social e económica.

«O país não pode continuar adiado e arrastado para o descrédito, com o descrédito do Governo. Uma coisa são os interesses do povo, dos trabalhadores, dos agricultores e dos pescadores, dos pequenos e médios e pequenos empresários, da juventude, dos reformados e uma outra bem diferente são os interesses dos grandes senhores do dinheiro, dos que estão sentados à mesa do orçamento.

«A situação é grave e tende a agravar-se. Por isso, numa situação política como a que hoje se vive no país, é um espanto que haja quem, com olímpica tranquilidade, proclame que não tem pressa».

Organização de Viseu reúne 4.ª Assembleia

Realizou-se, no passado domingo, a 4ª Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP, no Solar dos Peixotos, na cidade de Viseu.

Subordinada ao lema «Reforçar o PCP, desenvolver o Distrito, intervir para uma nova política», a IV Assembleia debateu a proposta de Resolução Política e elegeu a nova DORV. Com a participação de 60 delegados das diversas Organizações Concelhias e outras Organizações do Distrito de Viseu e também dos camaradas Jorge Pires, de Secretariado do Comité Central, e Sérgio Teixeira, da Comissão Política do Comité Central, os trabalhos desenrolaram-se de modo vivo e informal, com cerca de 2 dezenas de intervenções dos delegados que trouxeram à discussão os problemas reais do distrito, quer nos planos social, político, económico e cultural, quer no plano de funcionamento do Partido.

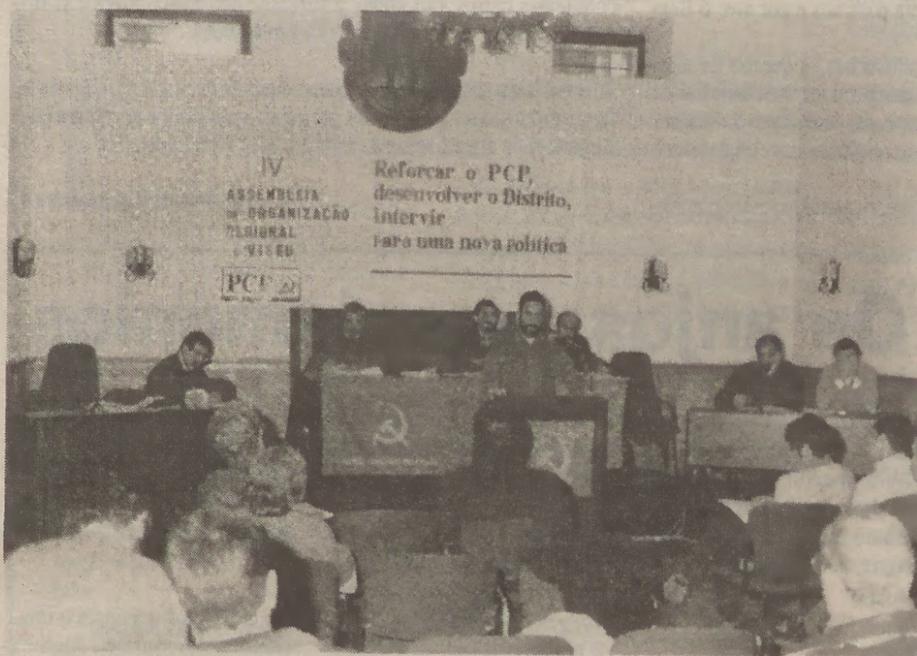
Assistiram ainda aos trabalhos da 4ª Assembleia dos Comunistas Viseenses, cerca de 20 convidados, democratas e amigos do Partido, e ainda representantes da DORAV, da DORAL e da DOR Coimbra. Foram recebidas na mesa da Assembleia saudações de diversas direcções regionais.

Com a presidência de Ma-

nuel Rodrigues, o camarada José Teles, coordenador da DORV, fez a apresentação da proposta de Resolução Política e referiu os objectivos da Assembleia, apelando à participação franca e aberta da discussão.

Foram referidos pelo camarada Rui Nobre os problemas dos trabalhadores do distrito e as tarefas dos comunistas no seio do Movimento Sindical Unitário.

A camarada Alina Sousa defendeu medidas concretas para a resolução dos graves problemas de Saúde e o camarada Afonso Clemêncio criticou fortemente a política de educação do Governo, tendo exigido a criação da Universidade Pública em Viseu. Baltazar Almeida caracterizou a grave situação da agricultura e defendeu o movimento dos Baldios que continua a desenvolver-se no distrito. Momento emotivo verificou-se quando a jovem Alexandra Figueiredo, em nome da JCP, disse como, apesar das dificuldades existentes, os jovens comunistas vão desenvolvendo a sua actividade, estando a conseguir mais apoio de outros



jovens, especialmente no ensino Secundário.

Fernando Rodrigues apelou à participação de todos na campanha dos 150 mil contos para o Partido e José Cação relatou a situação das autarquias no distrito e do trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU nas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, nas 5 Juntas de Freguesia de maioria CDU e na Câmara Municipal de Tarouca, que conta com dois Vereadores da CDU.

O camarada Mário Gandra abordou as questões eleitorais, tendo proposto que se estabeleça como objectivo da Organização Regional de Viseu nas próximas eleições legislativas a eleição de um deputado da CDU para o círculo de Viseu.

O camarada Lareiro deu conta da experiência recente no reforço e dinamização da vida partidária em Armamar e Gabriel Osório referiu a esse problema, enquanto os camaradas José Maria e Orlando

Timóteo, manifestando a vontade dos comunistas de Penedono continuarem a melhorar o seu trabalho, apontaram várias críticas ao funcionamento da Organização Regional.

A encerrar os trabalhos, Sérgio Teixeira referiu-se ao momento político que atravessamos, reafirmando a exigência do PCP de dissolução da AR, demissão do Governo e realização de eleições legislativas antecipadas, tendo caracterizado a acção do actual gover-

no do PSD como gravíssima para os problemas do País, decorrendo daí a urgência na sua demissão.

Considerando que o PS continua a alinhar numa política dúbia que, nos seus aspectos centrais, não se diferencia do PSD, classificou os Estados Gerais do PS como iniciativas para servirem de câmara de eco às posições do Secretário-Geral, eng. Guterres.

Sérgio Teixeira lembrou também que será impossível qualquer apoio do PCP a um governo do PS, sem a sua participação efectiva numa maioria parlamentar e na definição e controlo de uma política democrática.

Denunciando alguma comunicação social que tem omitido a acção permanente e as iniciativas do PCP, aquele dirigente comunista referiu que o Partido está com todas as condições para desenvolver a sua luta em prol dos interesses dos portugueses.

Encerrados os trabalhos da 4ª Assembleia da Organização Regional de Viseu, seguiu-se uma conferência de Imprensa e depois um convívio em que participaram Delegados e Convidados.



Comunistas de Braga reforçam organização no distrito

Realizada no passado domingo em Vila Nova de Famalicão, a 3ª Assembleia da Organização Regional de Braga do PCP demonstrou um grande empenhamento e entusiasmo dos comunistas e organizações apostados em recuperar o deputado da CDU nas próximas eleições legislativas.

Com cerca de 200 delegados e várias dezenas de convidados, a Assembleia contou com a presença de António Lopes, da Comissão Política, e do secretário-geral, Carlos Carvalhas, que encerrou os trabalhos.

Ao longo das 26 intervenções feitas pelos delegados, foi abordado um vasto leque de questões traduzindo o trabalho realizado pelas

organizações, as insuficiências, os objectivos e o trabalho futuro. A realidade política, económica e social do distrito foi também objecto de análise da assembleia que destacou a importância das próximas eleições para a Assembleia da República e sublinhou a necessidade de recuperar o deputado perdido pela CDU nas eleições de 1991.

A Assembleia aprovou vários documentos, nomeadamente o relatório de Actividades, as principais orientações sobre o trabalho de organização e direcção e os objectivos políticos para o futuro, elegendo no final a nova Direcção Regional.

Novo folhetim do PSD

Intervindo no final dos trabalhos, Carlos Carvalhas chamou a atenção para a sucessão de Cavaco, que considerou ser «um novo folhetim» do PSD. Segundo afirmou, «o seu grande objectivo é o de tentar com o novo líder dar a

ideia de que agora as coisas serão diferentes, dar a ideia que iremos ter um novo sucesso».

Contudo, «a mudança não está num Nogueira, num Barroso ou noutra qualquer», disse acrescentando que «a mudança necessária passa por uma nova política, por uma política de esquerda, uma política de efectivo desenvolvimento em todas as suas vertentes, passa pelo reforço do PCP».

Referindo-se à actividade dos comunistas de Braga, Carvalhas salientou o seu empenhamento em dar «voz aos problemas do têxtil, os problemas da agricultura regional, às lutas da Grunding, da Xavi,

Sarotos e tantas outras». Por isso, salientou que «Braga só tem a ganhar com o reforço do PCP(...) tendo a sua voz no grupo parlamentar do PCP».

Comentando «a velha ambição de poder e de hegemonia» que ainda na véspera, no Porto, o PS reafirmara ao apontar como objectivo eleitoral a maioria absoluta, o secretário-geral do PCP sublinhou que «o país não precisa que se mude um poder absoluto por outro poder absoluto, o quero, posso e mando, pelo mando, quero e posso, uma clientela por outra clientela, mantendo no essencial a política do cavaquismo, o neoliberalismo, o fundamentalismo de Maastricht, com as suas conhecidas consequências sociais e económicas».

Recordando que a produção industrial entre 1991 e 1994 teve uma quebra em termos de variação anual acumulada de 4,6 por cento e uma redução do investimento na ordem dos 14 por cento,

Carvalhas defendeu «uma nova política económica, orçamental, cambial e fiscal, uma nova orientação para a agricultura, para as pescas e a indústria».

Concretamente, o dirigente comunista disse que «o País precisa de acabar com a política de menos Estado para os trabalhadores e para as políticas sociais e mais Estado para o capital. O país não está condenado a ser um quintal das multinacionais, uma fonte de ganhos para o capital estrangeiro, uma economia dependente e apendicular».

Carlos Carvalhas concluiria mais adiante que «o País precisa da contribuição activa dos comunistas para a construção de uma real alternativa política, fundada não na hegemonia asfixiante de um partido, ou numa bipolarização redutora, mas sim no respeito e valorização da riqueza e contribuição plural das forças sociais e políticas, na dinâmica das forças de esquerda».

Recuperar o deputado é objectivo central

Considerando as próximas Eleições Legislativas e Presidenciais com os objectivos que no imediato devem motivar o envolvimento da organização do Partido, a 3ª Assembleia aprovou um documento que define as principais orientações e objectivos políticos para o futuro, do qual publicamos alguns excertos.

Nas próximas Eleições Legislativas, o reforço eleitoral do PCP e do número dos seus deputados na Assembleia da República são uma condição essencial, não só para a derrota política de direita, mas também para a criação das condições políticas indispensáveis a uma alternativa política, democrática e de esquerda, à governação da direita. São objectivos não definidos nem baseados em qualquer estratégia eleitoralista, mas decorrentes e em coerência com a acção e intervenção passada, presente e futura do PCP, na luta de massas e nas instituições, contra a política de direita e as suas nefastas consequências sobre o povo e o País.

A Organização Regional de Braga do PCP, aos seus aliados na CDU, aos muitos democratas do Distrito, aos trabalhadores e a todos aqueles que sofrem as consequências da política de direita e aspiram a uma nova política, cabe-lhes a responsabilidade de criarem as condições e lutarem para que o Distrito de Braga, nas próximas Eleições Legislativas, dê um forte contributo para que tais objectivos sejam alcançados.

A recuperação do deputado perdido nas últimas eleições pela CDU constitui, no Distrito, um objectivo central desse contributo.

Não perdendo de vista a necessidade de prosseguir firmemente o desenvolvimento da luta contra a política de direita, a possibilidade da realização de Eleições Legislativas a curto prazo, coloca como linhas de orientações fundamentais do Partido no Distrito:

* Desenvolver e intensificar a presença e resposta do Partido junto dos trabalhadores e das populações na denúncia da política de direita, do governo do PSD/Cavaco Silva e da necessidade de uma nova política.

* Prosseguir numa forte afirmação do partido junto dos trabalhadores e da população em geral, como portador das soluções e propostas a uma política alternativa.

* Desenvolver um intenso e alargado esclarecimento às manobras «bipolarizadoras» e de voto útil no PS, na compreensão de que os votos na CDU contam sempre para a derrota eleitoral da direita e que o PCP é

indispensável para uma alternativa democrática, seja em termos numéricos, seja em termos políticos.

* Promover e dinamizar um grande envolvimento e mobilização da organização do Partido, dos activistas da CDU, nas grandes batalhas eleitorais que se irão travar, nomeadamente a participação dos eleitos da CDU na Autarquias e dos sindicalistas comunistas.

Constituem iniciativas de grande importância para a concretização destas orientações:

* O prosseguimento, até ao fim do mês de Março, do conjunto de iniciativas já definidas e a definir, integradas no «Debate com o País para uma nova política».

* As comemorações do 74º Aniversário do Partido e em particular da mobilização para o grande Comício Comemorativo que se vai realizar no Porto, no dia 12 de Março.

* A dinamização da CDU e o seu alargamento político e social, através de iniciativas próprias a planificar.

* Assegurar o envolvimento e alargamento ao máximo da participação de camaradas nas Jornadas de Propaganda e outras acções de carácter pré-eleitoral que se irão realizar.

* Avançar na planificação regional, mas também concelhio e sectorial, da pré-campanha e campanha eleitoral.

* Aprofundar as principais linhas de intervenção e objectivos políticos locais com vista à campanha eleitoral.

O documento consagra ainda as seguintes prioridades permanentes do Partido no Distrito de Braga:

* O desenvolvimento da luta de massas e a acção dos trabalhadores, a começar pelos sectores com maiores dificuldades, dando particular atenção às zonas onde se concentram o maior número de trabalhadores e problemas, como é o caso do Sector Têxtil e do Vale do Ave.

* Reforçar o trabalho aos diferentes níveis da estrutura e organização do Partido, no desenvolvimento e reforço da luta da juventude e do alargamento da influência política da JCP e do Partido, junto desta importante camada social.

* Reforçar nos órgãos do Poder Local o trabalho dos eleitos da CDU, pugnando pelo regular funcionamento dos seus órgãos, combatendo todo o comportamento autoritário, prepotente e antidemocrático dos eleitos do PS e PSD, e defendendo o bem-estar e a qualidade de vida das populações locais.

Eleita por unanimidade

Antes da votação do novo organismo de direcção distrital de Braga, António Lopes, membro da Comissão Política, usou da palavra para notar que pela primeira vez em mais de 20 anos não integrava a lista da DORB. Este dirigente, que acompanhou o surgimento e o crescimento da organização no distrito, fez questão manifestar a sua satisfação pela evolução registada, só possível, segundo disse, graças ao trabalho colectivo dos militantes.

Como sublinhou, «a Organização de Braga está caldeada pela luta numa região em que nem sempre é fácil alguém dizer-se comunista». Contudo, «a assembleia demonstrou que o partido tem força, quadros e meios para alcançar os objectivos definidos».

Sobre a eleição da nova Direcção Regional, António Lopes defendeu a renovação no Partido, considerando que esta «não se faz pelo abandono de tarefas, mas sim pela criação de condições para que os que são mais responsáveis possam assumir outras tarefas». Isto, explicou, só é possível se cada militante tiver uma intervenção directa no trabalho do Partido.

Foi, aliás, nesta linha de grande renovação que se constituiu a nova lista para a Direcção Regional aprovada por unanimidade na Assembleia. Dos 40 membros que passam a integrá-la, 23 transitam da anterior, verificando-se a entrada de 17 novos membros.

A sua composição reflecte uma forte presença de quadros operários e empregados, entre os quais destacados activistas do movimento sindical e de massas, trabalhadores de grandes empresas e dos principais sectores industriais, nas grandes áreas sociais e serviços da administração pública e na vida autárquica do distrito. A juventude está bem representada através de três jovens trabalhadores e de uma estudante universitária.



Associação de Restaurantes recebida pelo PCP

A pedido da Direcção da Associação de Restaurantes e Similares de Portugal, o PCP recebeu na passada sexta-feira, na sede da rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação que integrava o presidente da Direcção, Mário Pereira Gonçalves.

A delegação do PCP era constituída pelo secretário-geral do partido, Carlos Carvalhas, o presidente do Grupo Parlamentar, Octávio Teixeira, e Ferreira Tão, da Comissão de Assuntos Económicos junto do Comité Central do PCP.

Impasse na LIPOR

A construção da segunda estação de tratamento de lixos caiu num impasse, afirma a Comissão de Autarquias da DORP do PCP, salientando que há um atraso de mais de um ano no respectivo processo. Com a capacidade das actuais instalações da LIPOR praticamente esgotada, estava previsto construir uma incineradora no concelho da Maia. Contudo, esta solução, segundo os vereadores da CDU na Área Metropolitana do Porto, é contraditória com as políticas de vários municípios que optaram pela selecção e reciclagem dos lixos, actividade que vai beneficiar de apoios do Fundo de Coesão. Esta via é também considerada pela CDU com «o processo mais correcto e ecológico, numa perspectiva de defesa do ambiente, além das poupanças energéticas que assim se podem obter».

Os autarcas da CDU alertam, por outro lado, que o Conselho de Administração da LIPOR aprovou um plano que prevê a aplicação de taxas de recolha de lixos domésticos. Manifestando desde já o seu desacordo, a CDU refere, no entanto, que esta medida ainda não foi discutida nas Câmaras e Assembleias Municipais, mas que a ser adoptada, poderá traduzir-se «em mais uma taxa mensal ou anual a pagar pelos munícipes, ou indirectamente, através de um complemento na facturação da água, do saneamento ou da electricidade».

Parque industrial do Tortosendo

Correspondendo a uma velha aspiração da população do Tortosendo, o PCP propôs na Assembleia da República a inclusão de 50 mil contos no Orçamento de Estado para apoiar a construção do Parque Industrial, infra-estrutura capaz de «abrir novas perspectivas de desenvolvimento com o conseqüente aparecimento de sectores diversificados e a criação de mais postos de trabalho», afirma uma nota da estrutura local do Partido.

Contudo as propostas dos comunistas, que previam ainda um montante de 5 mil contos para o Centro de Dia para a terceira idade do Tortosendo, foram chumbadas com os votos contra do PSD e CDS e com a abstenção do PS, apesar deste último estar à frente da Câmara Municipal e «passar o tempo a queixar-se da grave situação financeira» da autarquia.

As palavras e os actos

Reagindo a um planfeto «provocatório» assinado pela secção de local do Partido Socialista, a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP repudia as considerações produzidas no texto e recorda as diferenças entre «as palavras e os actos» dos socialistas. De facto, ainda recentemente, os comunistas propuseram na AR a inscrição de verbas no Orçamento de Estado para «a instalação de um Hospital no concelho de Loures; uma programa especial para a resolução da actual situação da Quinta do Mocho; a construção da esquadra da PSP em Sacavém; e para a instalação de um Centro de Saúde de Atendimento Permanente». No entanto, passando por cima das suas promessas eleitorais, os PS juntou-se aos PSD e CDS para inviabilizar todas estas propostas.

Secretismo em Coimbra

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP manifestou o seu enérgico protesto contra «o secretismo antidemocrático com que a maioria absoluta totalitária da Câmara Municipal continua a tomar as suas decisões a começar pelo plano de actividades e orçamento para 1995».

Os comunistas exigem «a urgente elaboração de um Plano de Transportes Públicos para o concelho», criticando a actual prática de «medidas avulsas». No entender do PCP, vários projectos deveriam ser reavaliados numa perspectiva de futuro, caso da central de camionagem, do interface com a CP, o eléctrico rápido e a nova localização dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos.

Vale do Sousa Os efeitos do crescimento desordenado

A necessidade de um plano de desenvolvimento integrado do Vale do Sousa a financiar pela Administração Central e Local e pelos fundos comunitários, é o caminho apontado pelo PCP para «dar o salto qualitativo para melhorar as condições de vida e assegurar o futuro da região». Esta foi uma das conclusões do debate promovido, no passado sábado, pela Comissão Concelhia de Paredes do PCP.

Na iniciativa participaram Emídio Ribeiro, da Comissão Política, Ilda Figueiredo, da DORP e vereadora na CM do Porto, e Cristiano Ribeiro, da Concelhia de Paredes do PCP. Entre a assistência encontravam-se autarcas, sindicalistas, jornalistas e outros cidadãos dos concelhos de Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel, interessados em debater as questões do desenvolvimento do Vale do Sousa.

Exemplo paradigmático do tipo de crescimento económico desordenado e anárquico que se viveu na última década, o Vale do Sousa assistiu recentemente ao surgimento de indústrias dedicadas no fundamental às madeiras e mobiliário, têxtil e vestuário e ao calçado.

De região eminentemente agrícola passou a ter a indústria com actividade dominante, cujas necessidades crescentes de mão-de-obra levaram muitos jovens trocar a escola pelas fábricas que se multiplicaram como cogumelos na segunda metade da década de oitenta.

Assim, em 1990, cerca de 50 por cento dos trabalhadores por conta de outrem tinham menos de 25 anos, registando-se na mesma altura a existência de 2800 empresas industriais que eram responsáveis por cerca de 53 mil postos de trabalho.

Com uma média de 19 trabalhadores por empresa (a média nacional é de 29), apenas sete unidades na região têm mais de 500 postos de trabalho e 37 empregam entre 100 e 500 pessoas.

Salários baixos

É nos concelhos de Felgueiras, Paços de Ferreira e Paredes que se concentram as actividades de maior peso, bem como a maior parte do emprego. Com o aumento das exportações, quer o calçado quer o mobiliário estão a ultrapassar dificuldades vividas no início da década, mas apesar disso, a região mantém salários muito baixos, que rondam os 60 por cento da média nacional.

Um estudo da Associação dos Municípios do Vale do Sousa indicava a necessidade de apostar no aumento da qualificação dos trabalhadores, designadamente dos jovens, e nas remunerações que lhes são pagas.

Contudo, como foi referido no debate, é igualmente importante «aumentar a capacidade de comercialização autónoma dos produtos da região, o que implica a criação de estruturas próprias, de apoios diversificados aos pequenos empresários e de uma redobrada atenção à formação dos empresários e à cooperação institucional e capacidade de iniciativa das instituições locais».

Como o crescimento industrial não obedeceu a qualquer critério qualitativo, nem visou a melhoria da qualidade de vida das populações, vivem-se enormes carências e há incertezas em relação ao futuro.

Ainda hoje, o emprego, no geral, é precário, são frequentes os acidentes de trabalho e continuam a faltar as infra-estruturas e equipamentos sociais e culturais.

Não deixa de ser significativo que uma região marcada por um forte crescimento industrial continue a ter dos índices mais baixos de saneamento básico, com graves carências na distribuição domiciliária de água e na recolha e tratamento de lixos.

Para os comunistas, é essencial dar o salto qualitativo de forma a melhorar as condições de vida da população e assegurar o futuro da região.

Setúbal divulga plano de acção

Para saudar e apelar à participação dos trabalhadores e da população na grande jornada de luta do dia 26, cuja expressão na capital sadina foi das maiores de sempre, a Comissão Concelhia de Setúbal do Partido convocou uma conferência de imprensa, na qual divulgou a sua apreciação sobre a situação social e política no concelho e o conjunto de iniciativas partidárias definidas a médio prazo.

Na iniciativa estiveram Odete Santos, António Cardador, Carlos Ricardo, Joaquim Pires, membros da Comissão Concelhia, e Sertório Herrera e José Cordeiro, no conjunto dos quais estavam representadas as organizações do Partido das empresas produtivas e de serviços onde a luta tem atingido uma grande intensidade e significado: Solisnor, Renault, Valfrio e Torralta.

Em documento entregue aos jornalistas, a Comissão Concelhia retomou os aspectos essenciais da declaração de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, no que dizia respeito à actualidade «do prosseguimento e ampliação da intervenção, do protesto e da luta dos trabalhadores e outras camadas da população em defesa dos seus interesses e aspirações e pelo afastamento do Governo do PSD/Cavaco Silva» — exigência, aliás, que encheu as ruas de Setúbal nos



desfiles e concentração de quinta-feira passada.

A conferência de imprensa deu igualmente conta do empenhamento da organização concelhia de Setúbal do PCP na preparação da IV AORS e das comemorações do 74.º Aniversário do Partido, assim como da necessidade de contribuir significativamente para um conjunto de acções que assinalem o 50.º aniversário da derrota do nazismo-fascismo (9 de Maio).

A evolução negativa a nível mundial, onde o imperialismo acentua a sua natureza de classe com constantes intervenções contra a soberania das nações e dos povos, a proliferação de conflitos regionais armados e o recrudescimento do racismo e da xenofobia apelam obriga-

toriamente à consciência de todos e cada um, na defesa da paz e pela solidariedade internacionalista.

A Comissão Concelhia confirmou ainda a justeza do recurso que os eleitos da CDU vão

interpor no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa para anulação das decisões da sessão do dia 7 de Dezembro da Assembleia Municipal (maioria PS), feridas de irregularidades e ilegalidades.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Jacinto

Faleceu, no passado dia 26 de Janeiro, Manuel Jacinto, natural e residente em Espargosa, no concelho de Mértola, onde militava desde 1975.

Maria Miranda

Faleceu, no passado dia 24 de Janeiro, Maria Isabel Pinheiro Geda Miranda, que contava 50 anos de idade. Foi funcionária administrativa do Partido, e militou até 1977 na organização de Portalegre até 1977. Transitou depois para a DORL, onde teve tarefas nos centros de trabalho de Alenquer, no CT Vitória e em Torres Vedras, concelho onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Peirão

Promessas não foram cumpridas

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP analisou, no passado sábado, a actual situação política e social, concluindo que esta comprova a necessidade urgente de clarificação, nomeadamente pela dissolução do Parlamento e pela antecipação das eleições legislativas.

Abordando a luta dos trabalhadores do Peirão, a DORAV sustenta, numa nota à imprensa, que este é um caso que ilustra a política do governo: «Durante cerca de um mês, dando elevado exemplo de combatividade, de determinação, de inconformismo e recorrendo a diversas formas de luta, os mineiros do Peirão demonstraram o seu profundo descontentamento pela forma como se procedeu ao encerramento das minas, sem que fossem salvaguardados os seus interesses e os da população. Ficou clara a falsidade das promessas do Governo e da Câmara Municipal de criarem alternativas de emprego, de formação profissional e de investimento no desenvolvimento da região

afectada pelo fim da laboração das minas.»

O PCP teve, mais uma vez, oportunidade de demonstrar as suas posições, expressas, nomeadamente, pela DORAV e pelos grupos parlamentares na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Contudo, acrescenta o comunicado, «as suas propostas encontraram sempre pela frente a intransigência e a incapacidade de diálogo do Governo, particularmente evidentes nesta luta, durante a qual nem o Governo, nem o Governador Civil, nem a administração da ECD se mostraram capazes de assumir responsabilidades e de negociar com os trabalhadores». «É particularmente chocante a recusa da maioria PSD no Parlamento relativamente à proposta do PCP de realizar uma audição parlamentar de forma a procurar uma solução para o conflito.»

A Regional do PCP afirma ainda que apenas com o papel assumido pela Comissão Coordenadora de Luta, pelo Movimento Sindical Unitário, pela

Junta de Freguesia de Pedrido, de maioria CDU, e pela coragem demonstrada pelos mineiros foi possível conseguir parte das reivindicações.

Na reunião, foi também destacado o protesto dos habitantes de vários concelhos do sul do distrito contra a instalação de um aterro de resíduos industriais, no lugar do Cardal, Vagos. Além da vigília permanente no local, foi salientada a manifestação do passado dia 7, em Aveiro, prova da unidade e vontade popular.

Quanto às eleições legislativas, a DORAV considerou que é necessária uma «efectiva alternativa política, e não uma mera alternância de partidos», e que «a concretização de uma nova política depende directamente do reforço da votação da CDU». A Regional está, inclusivamente, convicta que será eleito novamente um deputado do PCP do círculo eleitoral de Aveiro.

Os participantes da reunião chamaram ainda a atenção para as acções organizadas pelo movimento sindical do distrito, previstas para o próximo dia 16.



Jovens quadros no Vitória

Teve lugar, no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião plenária do Organismo dos Novos Quadros do Sector Intelectual da DORL, que debateu a actual situação política, assim como questões ligadas à organização e perspectivas de trabalho. O plenário contou com a presença de Helena Medina, membro do CC, e do deputado na AR, António Filipe.

No final do encontro, realizou-se um convívio musical com a participação do jovem pianista, Nuno Tanakovic, aluno da escola superior de música, que tocou peças de Beethoven.

Para o próximo dia 11 de Fevereiro, às 16 horas, no espaço Vitória, está agendada uma nova reunião deste organismo de jovens intelectuais comunistas, que terminará mais uma vez com um momento musical.

UGT traiu na Portucel Tejo

Uma nota da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão acusa a UGT de falta de empenhamento na luta pelo Acordo de Empresa e de «contribuir decisivamente para a desmobilização e divisão dos trabalhadores», acabando por assinar uma aumento salarial de 3,8 por cento, quando na concertação social se recusou a assinar um aumento de 4,7 por cento.

No entender dos comunistas, «a luta pela reposição do poder de compra já perdido em 1993, a manutenção do regime de Seguro Social e a dignificação da negociação colectiva nada tem de utópico, antes é justa e corresponde a uma necessidade social dos trabalhadores. A assinatura do acordo pela UGT, protagonizada na Portucel Tejo por conhecidos socialistas, em vésperas

duma greve decretada em plenário de trabalhadores, é um verdadeiro acto de traição em toda a Portucel».

O PCP recorda que, «apesar da privatização que levou à autonomização, a holding tem uma estratégia de grupo, apresentando a mesma proposta nas várias negociações». Afirmando que também «os trabalhadores de toda a Portucel têm de ter uma estratégia concertada», o comunicado da concelhia assinala que a Administração «demonstrou a razão da CGTP que sempre declarou haver condições para aumentos dignos da tabela salarial, ao impor aos trabalhadores um prémio divisionista e altamente repressivo, lesivo dos seus interesses e coarctando direitos sindicais consagrados na Constituição».

Saúde em Cascais

Listas de espera chegam aos 12 meses

Promovido pela Comissão Concelhia do PCP, realizou-se no Teatro Gil Vicente um debate sobre a situação da saúde no concelho de Cascais, iniciativa que se inseriu no âmbito do «Debate com o país para uma nova política».

Para o debate foi elaborado um documento que analisa a estrutura hospitalar do concelho e avança as propostas do PCP, destacando-se a necessidade de um novo hospital para a zona.

Esta proposta foi, aliás, apresentada pelo PCP quer à anterior administração do Hospital de Cascais quer na Assembleia da

República, tendo sido definidos os critérios de localização e dimensão.

Como razões, aponta-se o facto de cerca de 90 mil habitantes do concelho de Sintra também recorrerem ao Hospital de Cascais, o que veio agravar uma situação que já era má para os cerca de 170 mil habitantes de Cascais.

Assim, aumentou em cerca de 60 por cento a necessidade de resposta por parte do Hospital de Cascais, sem haver qualquer aumento na capacidade de internamento, nem na logística do serviço de urgência e tem sido,

no mínimo, gerador de situações de «stress» para os doentes e de grande preocupação para todos os profissionais que aí trabalham e fabricam todos os dias autênticos milagres.

Em consequência desta situação, assiste-se à invasão de unidades de internamento por doentes oriundos da urgência, ao aumento das listas de espera para cirurgia programada, que já chegam aos 12 meses. Nas consultas externas de especialidade, o utente tem de esperar no mínimo três, podendo este prazo atingir seis meses no caso da Oftalmologia.

Exclusão social em debate na Figueira da Foz

No passado dia 20 de Janeiro, realizou-se, na Figueira da Foz, um debate promovido pela Comissão Concelhia do PCP sob o tema «Que Integração: Consciente, Passiva, Alienante? - Desemprego, Toxicod dependência, Alcoolismo, Sida e outras formas de exclusão».

Na iniciativa, participou uma assistência interessada que esgotou a sala e que escutou as intervenções dos cinco participantes, moderados por Bento Pinto, médico e director dos Serviços de Medicina do HDFF.

César Príncipe, jornalista,

introduziu o tema e justificou a razão do debate, conjugando a informação e a marginalização e dizendo que «há marginais de cinco estrelas e marginais sem estrelas nenhuma».

Seguiu-se a intervenção de Francisco Allen Gomes, chefe de psiquiatria dos HUC, que focou a origem, evolução, consequências e responsabilidades da SIDA, doença que «o adiantamento da medicina nos anos 70 e 80 não admitia ser possível».

João Curto, médico psiquiatra do CAT de Coimbra, interveio

sobre a toxicod dependência e o alcoolismo e os seus consequentes problemas sociais e políticos.

A prostituição feminina foi o tema introduzido por Inês Fontinha, directora de «O Ninho», a única organização em Portugal que se ocupa com a reinserção de prostitutas.

Por fim, o pastor da Igreja Presbiteriana, João Severino Neto, abordou, apoiado em números, o desemprego no nosso país, defendendo a necessidade da participação de todos para resolver os problemas actuais.

Borba

Mármore e comércio em crise

No passado domingo, a Comissão Concelhia de Borba do PCP reuniu-se para discutir a actual situação política e social e aprovar o plano de actividades para 95.

O plenário de militantes concluiu que a situação social é negativa no sector dos mármore e de pequeno comércio (desemprego, salários em atraso e baixa de movimento), tal como a situação dos reformados, deficientes e idosos (baixa do poder de compra e mau funcionamento dos serviços de saúde). Em Borba, o problema da falta de médicos é um dos mais sentidos pela população. Por outro

lado, regista-se a cessação dos grandes projectos, geradores de empregos estáveis na região.

No entanto, «os recursos locais e as potencialidades da região podem inverter a situação. Para tal, urge dar força ao Movimento Alentejo/ Regionalização/ Desenvolvimento e criar as condições políticas para uma alternativa democrática no país», como foi salientado na reunião.

Foi também aprovada a realização, ao longo de todo o ano, de vários debates sobre a situação social no Alentejo e ainda a visita do deputado Lino de Carvalho ao concelho.

Moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP

Octávio Teixeira ao "Avante!": Responsabilizámos o Governo e o PSD e impedimos o voto de sobrevivência

"Sabemos que o PSD gostaria de aproveitar esta oportunidade para obter um resultado jurídico que procuraria esgrimir contra o efectivo e substantivo resultado político. Logicamente, não lhe daremos a possibilidade de fazer um voto de sobrevivência." Nestes termos justificou Octávio Teixeira, da tribuna, a decisão do Grupo Parlamentar do PCP de retirar em pleno debate, faz hoje oito dias, a moção de censura ao Governo.

Uma semana depois de tomar a iniciativa política com o anúncio da apresentação da moção, com isso marcando a agenda política nacional, a bancada comunista voltava a surpreender tudo e todos, ao utilizar um direito regimental, o único capaz de garantir que a moção não seria submetida a votação como almejava com ardor o PSD.

Cumpridos que estavam, do seu ponto de vista, os principais objectivos visados - dar expressão institucional ao descontentamento popular, colocando simultaneamente no centro do debate a questão da clarificação política e a necessidade de encontrar respostas para os graves problemas sociais e económicos, através do recurso à dissolução da Assembleia da República e à antecipação das

eleições -, para a bancada comunista tratava-se, pois, de desarticular a grosseira manobra ensaiada pelo PSD no sentido de transformar um inequívoco acto de censura num alegado sinal de confiança no Governo.

Objectivo este dos deputados comunistas que acabou por resultar plenamente, assumindo uma legitimidade adicional e razões renovadas a partir do momento em que ficou claro, com o próprio decorrer do debate, que o Primeiro-Ministro e o Governo estavam apostados em desviar as atenções e subverter os fundamentos que presidiram à iniciativa do PCP, colocando a reparação dos motores indonésios como o fulcro da moção.

No rescaldo do debate, em entrevista ao "Avante!", Octávio Teixeira, líder do Grupo Parlamentar do PCP, pronuncia-se sobre estas e outras matérias, explicando com mais detalhe, nomeadamente, os motivos que levaram a sua formação a retirar a moção de censura, bem como as razões que o levam a concluir que o saldo da moção de censura é positivo, não apenas porque permitiu dar voz aos problemas do povo e do País, como também pelo contributo que deu para o alargamento da consciência de "que está na hora de devolver a palavra ao povo".

AV! — Qual a razão de fundo que presidiu à decisão de retirar, várias horas após o início do debate, a moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP?

OT — Começamos pelo princípio. Apresentámos a moção de censura, explicitamente, para na Assembleia da República dar voz ao profundo descontentamento popular contra o Governo PSD de Cavaco Silva, e aí expressar a reclamação de demissão do Governo, de dissolução da Assembleia e de eleições antecipadas como a melhor forma de dar resposta ao contínuo agravamento da situação social e económica no nosso país.

Fizemo-lo no dia 20 de Janeiro, quando o PS continuava a aceitar que o Governo devia continuar até Outubro e quando o Governo foi abalado por mais um escândalo de irresponsabilidade e descrédito políticos, o da noticiada reparação de motores de helicópteros indonésios. Em termos de estratégia política, forçávamos o Primeiro-Ministro a ir ao Parlamento responder ao PCP sobre a sua política global e forçávamos o PS a definir-se claramente quanto à questão essencial da dissolução da Assembleia da República.

Três dias depois, Cavaco Silva fez a sua declaração de fuga, para não sofrer pessoalmente a derrota eleitoral do PSD que ele próprio, assim, mostrou ter como certa e inevitável.

Nessa altura, o nosso Partido, através da Comissão Política, tomou a decisão de manter a censura ao Governo. Por um lado, porque a fuga de Cavaco Silva reforçava as posições do PCP de crítica ao Governo e contra a sua permanência à frente dos destinos do País. Por outro lado, porque

era mais importante que nunca deixar claro que as responsabilidades pela situação do País não eram exclusivamente pessoais, do Primeiro-Ministro, mas fundamentalmente do PSD no seu conjunto e das suas políticas de direita.

Na sequência dessa declaração de Cavaco Silva, que fragilizou ainda mais a legitimidade de o Governo se manter em funções, o PSD e o seu grupo parlamentar quiseram agarrar-se à eventual rejeição da nossa moção de censura para retirar a conclusão abusiva de que a Assembleia da República aprovaria uma «moção de confiança» que «legitimaria» a continuação do Governo até Outubro e «condicionaria» as possíveis decisões do Presidente da República.

Obviamente, o PCP considerava reforçadas as razões para censurar o Governo, o PSD e as suas políticas, mas nunca permitiria qualquer manobra que, de forma enviesada e golpista, pudesse ser esgrimida para enfraquecer as razões essenciais que justificam a dissolução da Assembleia da República. Foi essa a razão de fundo que nos levou a não permitir a votação da moção: impossibilitar o PSD de fazer um voto de sobrevivência!

A. — Mas se se considerar que já era previsível o aproveitamento abusivo do PSD em transformar a moção de censura em moção de confiança, não será que os desenvolvimentos entretanto ocorridos após a apresentação do texto da moção — designadamente as declarações de Cavaco Silva, com a introdução de novos elementos de avaliação no quadro político — teriam justificado logo uma anulação do debate?

OT — Manifestamente não. A moção de censura, como qualquer outra figura constitu-



Octávio Teixeira

cional e regimental à disposição dos grupos parlamentares, é um instrumento legítimo de debate, combate e intervenção políticos. E a verdade é que a fuga de Cavaco Silva, a sua própria confissão da derrota do PSD nas próximas eleições, não eliminou a necessidade de censurar o Governo do PSD pelas graves consequências para o País e para os portugueses, em particular os trabalhadores, da sua nefasta política de direita. Desde logo, porque essa fuga não garante, só por si, a concretização da questão central, a necessária antecipação das eleições. E, ainda, porque é legítimo admitir que, com a mudança de liderança, o PSD tente no futuro próximo apresentar-se como um partido «renovado» não responsável pelas políticas desastrosas do «PSD de Cavaco Silva». Exactamente como Cavaco Silva fez em 1985!

Era, pois, importante e indispensável mostrar pública e institucionalmente que os graves e reais problemas sociais e económicos com que o Povo e o País se defrontam actualmente são da responsabilidade política do PSD, independentemente do seu chefe de ocasião.

Av. — E esses objectivos de dar voz aos reais problemas do povo e do país foram plenamente cumpridos?

OT — Julgo que a leitura da intervenção do camarada Car-

los Carvalhas, que o «Avante!» hoje publica, responde cabalmente a essa questão. Ela integra a análise crítica e a censura das orientações fundamentais da política do PSD e dos seus resultados, nos planos social, económico e político, e dá expressão ao profundo descontentamento e protesto popular que de há muito se vêm fazendo ouvir na sociedade portuguesa. E, a par dessa censura, traça as linhas de orientação fundamentais de uma política de esquerda que dê resposta aos problemas do país e dos portugueses.

Av. — Seja como for, a verdade é que o PSD e o Governo, com a ajuda do CDS, ao tentarem desviar o debate exclusivamente para a questão de Timor, não deixaram de algum modo de o desvirtuar e subverter...

OT — A moção do PCP foi, desde a sua apresentação, centrada na política global do Governo, e não na questão de Timor. Mas o Governo procurou desviar o debate da moção do seu centro fulcral, isto é, dos reais problemas que afligem diariamente os portugueses e da necessidade de ultrapassar esta situação através da antecipação das eleições legislativas. O Governo utilizou uma tática de manifesta má-fé, para fugir à assunção das suas inequívocas responsabilidades. O CDS enveredou pelo mesmo caminho, porque sabe que a política prosseguida pelo PSD ao longo dos anos é idênticamente igual à política do CDS, é a política de e da direita, e não está interessado em que essa verdade seja publicamente explicitada. Por seu lado, o PSD enveredou pela via do insulto e do abandalhamento e o PS deixou-se cair nessa armadilha.

Foi exclusivamente devido a este quadro de «chicana» política, de desvirtuação e degra-

dação do debate parlamentar, que nos pareceu, na altura — pois o Primeiro-Ministro já tinha intervido bem assim como o PSD — ser conveniente antecipar o anúncio da nossa decisão de não submeter a moção de votação. E a sessão não foi encerrada de imediato apenas porque o Presidente da Assembleia da República actuou, expressamente, contra o Regimento...

Av. — Contrariamente à conclusão tirada por alguns sectores e analistas, que se pronunciaram por uma derrota política do PCP, o saldo da moção de censura é, pois, positivo...

OT — Certamente. O PSD atribuía uma excepcional importância à derrota numérica da moção de censura e à sua abusiva transformação na aprovação de uma moção de confiança, para tentar negar o direito constitucional que o Presidente da República tem de dissolver a Assembleia da República. Ao não permitirmos a votação, o PSD viu derrotado esse seu objectivo central. Pela parte do PCP, conseguimos o que era mais importante: mantivemos a nossa censura ao Governo e ao PSD, demos voz aos reais e prementes problemas do povo e do país e contribuimos para que avance ainda mais a exigência de que está na hora de devolver a palavra ao Povo.

E é com os objectivos de concretização da antecipação das eleições, da derrota da direita no próximo acto eleitoral e de, com o reforço eleitoral do PCP e da CDU, criar as condições objectivas para a formação de um Governo com uma política alternativa à política de direita, que o grupo parlamentar do PCP vai continuar a trabalhar e a intervir.

Ao apresentar, no passado dia 20, a moção de censura, cujo debate agora se inicia, o PCP desde logo explicitou como objectivo fundamental desta sua iniciativa parlamentar o dar projecção institucional à opinião do PCP de que se torna imperioso proceder à demissão do Governo, à dissolução da Assembleia da República e à correspondente antecipação de eleições legislativas.

Apresentada na sequência da revelação das graves responsabilidades políticas do Governo na prestação de serviços às Forças Armadas da Indonésia — o que constituiu mais um elemento de descrédito do Governo — a moção de censura do PCP inscreve entretanto entre os seus principais fundamentos a degradação da situação económica, social e política do País, como resultado das retrógradas e nefastas orientações do Governo do PSD. (...)

O PCP apresenta esta moção de censura ao Governo para dar voz a um profundo descontentamento popular com a política do PSD, para trazer ao debate nas instituições os problemas, inquietações e aspirações que percorrem a sociedade portuguesa, para confrontar o Governo do PSD com as suas pesadas e indiscutíveis responsabilidades, para reforçar e colocar ainda mais no centro do debate político a exigência da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República e para, por essa via, favorecer um movimento de confiança e de esperança na conquista de uma alternativa democrática e de uma nova política.

Sejamos inteiramente claros: a finalidade da moção de censura do PCP não é confiar a uma Assembleia da República dominada pela maioria parlamentar do PSD a adopção das medidas de clarificação política que o PCP reclama. É trazer à própria Assembleia da República, no quadro de uma legítima forma de acção e combate político desenvolvida por um partido e por deputados que cumpram os seus compromissos com os eleitores, a exigência da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República, a concretizar através de iniciativas indiscutivelmente integradas nas competências constitucionais do Presidente da República. (...)

O que está verdadeiramente em causa é que, tendo em conta a situação e os problemas do País e critérios de interesse da democracia, o Presidente da República exerça precisamente as competências que o PSD, julgando-se o centro do mundo, o dono da democracia e o patrão das instituições, lhe pretende ilegalmente expropriar. (...)

★

O primeiro objectivo e a primeira razão de ser desta moção de censura está precisamente na denúncia das políticas de direita e das suas gravíssimas consequen-

Carlos Carvalhas

Urge devolver a palavra ao povo para que decida sobre os rumos para Portugal

cias para o povo português e para o País. Trazemos para esta tribuna institucional a voz de protesto dos portugueses e portuguesas.

Colocamos aqui, na Assembleia da República, as aspirações e reclamações populares. O País não se faz de jogos políticos, nem de lutas fratricidas pelo poder. Os quatrocentos e dez mil desempregados não querem assistir passivamente à degradação da situação. Os agricultores de Portugal não se conformam com o despovoamento e abandono dos campos e com a perda de uma riqueza essencial para o País. É o mesmo clamor que vem dos pescadores, obrigados a abater a sua frota, e que vem da indústria, em perda. O clamor de um país que abandona a actividade produtiva primária e transforma-se como fonte primeira da sua riqueza e como garantia da sua subsistência e independência. (...)

★

O PCP refere, no texto de apresentação da moção de censura, o recente escândalo da reparação de motores e helicópteros das Forças Armadas da Indonésia, como mais um caso que mostra a necessidade de pôr urgentemente termo a uma política de consequências nefastas e graves para o povo português e para os interesses nacionais. Não conte o Governo que aqui faça desse caso o centro da moção de censura. Mas importa que desde já fiquem ditas a seu respeito duas coisas.

A primeira, a de que não há caso OGMA, que não está minimamente em questão a empresa e o seu alto valor estratégico e alta qualificação dos trabalhos que aí se realizam. O que há é um caso Ministro da Defesa, um caso que tem a ver com as responsabilidades políticas do Ministério da Defesa Nacional e do Governo no seu conjunto, na condução e execução de uma política para Timor. (Em parêntesis, cabe aqui recordar que o que põe em causa as OGMA é a política de desresponsabilização que o Governo tem conduzido em relação à empresa e que intenta levar à saída de cerca de 700 trabalhadores, muitos deles altamente qualificados.)

A segunda nota, refere-se à questão da responsabilidade política e do conhecimento dos factos. A responsabilidade política do Governo e do MDN não é nada diminuída pela alegação da falta de conhecimento dos factos, caso não então teríamos o Governo a praticar com dolo uma criminosa política contra o povo de Timor-Leste. A responsabilidade política resulta antes da omissão (essa sim, dolosa) dos deveres de definir uma política clara para com Timor-Leste e, em consequência, das instruções e orientações vinculativas a todos os departamentos da Administração. (...)

★

A situação do Governo é hoje um perigoso factor de instabilidade e de risco. Quando à censura e condenação populares, e à crítica política global que formulamos, se junta o reconhecimento implícito, pelo próprio partido que o apoia, de que o Governo perdeu já a confiança do País, então não há malabarismos político-institucionais que possam dar fôlego ao Governo em trânsito, nem colmatar os gravíssimos prejuízos que resultariam da sua continuação até finais de Outubro ou princípios de Novembro, por mais 9 meses, portanto.

A moção de censura do PCP, com os seus reais e declarados objectivos, mantém assim plena actividade, sentido e justificação.

Porque a moção de censura do PCP fundamenta-se na necessidade de dar projecção institucional ao profundo descontentamento popular, expresso, por exemplo, no protesto que ontem mesmo encheu a alma do Alentejo, e nas acções de luta e reivindicação que mobilizam hoje milhares e milhares de trabalhadores.

Porque a moção de censura do PCP fundamenta-se na necessidade de reforçar a exigência de que cesse urgentemente esta política de fracasso e degradação. (...)

Finalmente, a moção de censura do PCP mantém plena actualidade porque, sendo certo que a reclamação da dissolução da Assembleia da República e a antecipação de eleições disfrutam hoje de um crescente apoio da opinião pública, a verdade é que tais objectivos ainda não foram alcançados e, por isso, é necessário continuar a lutar para que seja devolvida a palavra ao povo português para uma sua livre e soberana decisão sobre a política e os rumos necessários para Portugal. (...)

★

Do mundo do trabalho emerge e amplia-se o protesto, o descontentamento e a luta e que na sua essência traduzem uma inequívoca censura ao Governo do PSD e à sua política.

Alastram os protestos, o descontentamento e as lutas dos trabalhadores perante uma política profundamente injusta, que tenta violentar e destruir a dimensão de cidadania do direito ao trabalho como fonte de realização e valorização do ser humano, que tenta moldar o trabalho sem os direitos e liberdades que a Constituição inscreve e garante.

Censuramos e responsabilizamos o Governo do PSD pelo aumento do desemprego e despedimentos, pela cobertura e cumplicidade que dá ao grande capital, tanto no plano legislativo como na prática governativa, aumentando a precarização e insegurança dos postos de trabalho, acentuando a ofensiva aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, à liberdade de negociação da contratação, aos horários de trabalho e ao poder de compra dos salários.

Daqui desta tribuna, quantas vezes o Primeiro-Ministro e quantos ministros não proclamaram o baixo nível do desemprego chegando, até, a anunciar o desemprego «tecnicamente a nível zero»!

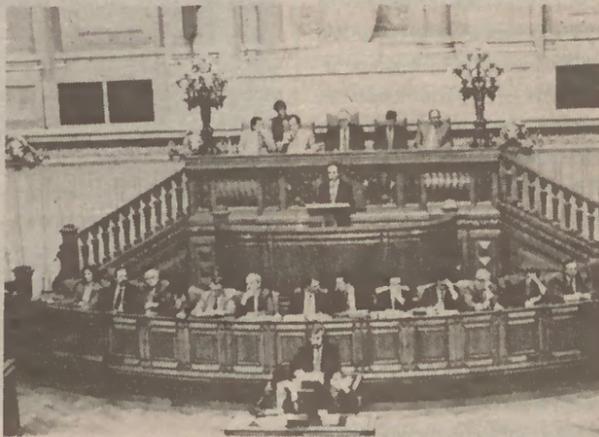
Perante o reconhecimento das estatísticas oficiais que referem a existência de mais de 410 mil desempregados, mudam a conversa como ainda antes fez o Primeiro-Ministro chamando-lhe desemprego controlado. Servirá porventura como exemplo de hipocrisia e falsidade desta afirmação o facto de, no mesmo dia das declarações do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, a multinacional ABB, que hoje domina a nossa metalomecânica pesada, após ter destruído mais de 1000 postos de trabalho na Mague, anuncia mais um grande despedimento colectivo na Hidro-Sorefame. Ou de, no mesmo dia, o INE divulgar que a taxa oficial de desemprego de 4,1% em 1991, terá já ultrapassado os 7%. (...)

★

Quando na segunda-feira o Primeiro-Ministro expunha como obra feita as privatizações e a entrega do melhor património público empresarial aos grandes senhores do capital nacional e estrangeiro, as escandalosas indemnizações de largas dezenas de milhões de contos a um punhado de agrários de novo instalados no Alentejo fustigado pelo desemprego e pela fome, esqueceu-se de nela incluir a sua nefasta acção contra os direitos e conquistas de gerações inteiras de trabalhadores. (...)

★

Contrariamente a esta política, Portugal precisa de uma política que concretize na prática os direitos económicos e sociais dos trabalhadores, que tenha como objectivos centrais assegurar o direito ao trabalho, ao



salário e à segurança e estabilidade no emprego, que promova a elevação progressiva dos salários reais e combata as injustiças e desigualdades sociais. (...)

★

Ao contrário desta política, Portugal precisa de uma nova política que efectivamente garanta o direito à saúde de todos os portugueses e defenda, reorganize e modernize o Serviço Nacional de Saúde. (...)

★

A realidade da economia portuguesa nos últimos 9 anos mostra a saciedade que a política económica dos Governos do PSD foi, e é, demonstradamente nefasta e insustentável.

O sacrifício imposto à «economia real» em nome de uma cega prioridade absoluta à convergência nominal, sustentada numa adesão fundamentalista do Governo às orientações monetaristas do Tratado de Maastricht, teve e continua a ter custos inportáveis, e nalguns casos irreversíveis, para a estrutura produtiva nacional e para os trabalhadores.

A condução da política cambial e monetária num quadro de simulação da integração do estudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME a partir de Outubro de 1990, a precipitada e irresponsável concretização dessa integração em Abril de 1992, e a estulta antecipação da completa liberalização dos movimentos de capitais de curto prazo a partir de Janeiro de 1993, são marcas indeléveis de uma desastrosa orientação política que lançou a economia portuguesa na mais longa recessão da sua história moderna. (...)

Os exemplos aí estão. A produção industrial, entre 91 e 94, teve uma quebra, em termos de variação anual acumulada, de 4,6%. Na área fulcral nos bens de investimento a redução é da ordem dos 14%.

A produção agrícola, em valores reais, está hoje abaixo dos valores de 86 e os rendimentos dos agricultores baixaram drasticamente, mais de 30%. O défice agro-alimentar agravou-se, desde 86, de 51 para 70%. Não há uma política de desenvolvimento rural e os nossos campos e aldeias desertificam-se e envelhecem, sem perspectivas de futuro. (...)

Esta situação é ainda agravada pelo processo de privatizações, que tem conduzido ao desmantelamento do aparelho produtivo e ao negociismo, à prática do cambão, aos «tratados de Tertesilhas» entre os velhos e os novos senhores do dinheiro, e tem gerado mais-valias especulativas de dezenas de milhões de contos. (...)

Contrariamente a esta política de empobrecimento nacional, Portugal precisa de uma nova política que defenda e promova a produção nacional, o aparelho produtivo nacional, o emprego e a dimensão social do crescimento. (...)

★

Acusamos o Governo do PSD de ter conduzido uma sistemática degradação da democracia política.

A governação do PSD é sinónimo de autoritarismo, de governamentalização do Estado, de policialização da sociedade, de ataques à liberdade de imprensa, de cerceamento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, de ocupação do aparelho de Estado por clientelas partidárias, visando a sua perpetuação no Poder. (...)

Ao longo dos últimos anos, o PSD tomou de assalto o aparelho de Estado, com base em exclusivos critérios partidários criando o caldo de cultura favorável à proliferação do clientelismo e da corrupção, não como fenómenos conjunturais, mas como elementos estruturais e inerentes à confusão que o PSD gerou entre o aparelho de Estado e o seu aparelho partidário.

O Governo PSD transformou o SIS numa verdadeira polícia política ao serviço dos seus objectivos político-partidários, estruturando uma escalada de ilegalidades, abusos e atropelos. (...)

A repressão policial tomou-se a forma mais frequente de o Governo responder aos justos protestos dos cidadãos.

Enquanto a criminalidade alastra nas ruas sem que as forças policiais tenham meios para a conter, o Governo destaca milhares de efectivos policiais que não têm outra função que não seja a de reprimir o protesto social. (...)

Confrontado com a denúncia pública, através da comunicação social, dos inúmeros escândalos que envolvem altas figuras, o Governo PSD lançou uma ofensiva contra a liberdade de imprensa, visando intimidar os jornalistas e sufocar o jornalismo de investigação.

Por isso, afirmamos que, contrariamente a esta política e a este Governo, Portugal precisa de uma política que assegure os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, uma justiça democrática e eficiente e uma política de segurança que garanta a tranquilidade pública, e de um Governo cumpridor da legalidade e respeitador dos princípios constitucionais do equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania e apostado na regionalização e reforço do Poder Local.

★

Tal como os que se encontram em coma profundo, o PSD já só se mantém ligado à «máquina», à máquina do Governo, à máquina do Orçamento que alimenta a rede do largo corpo de interesses.

E é isso que os traz aqui em canto do cisne — com falsos sorrisos, procurando dar a ideia de família unidíssima, no santo e reverencial apoio ao «chefe» e ao Governo.

Mas isso demonstra alguma coisa? Nada.

O deputado Pacheco Pereira escusava de se esfalfar a telefonar, a mandar telegramas e dar notícias para os jornais. Hoje ninguém faltaria. De estranhar seria que aqui não estivessem todos, cada um a procurar ser mais papista que o papa, para que o Partido os veja e não os esqueça. Uns sabem que só faltam alguns meses para a dourada reforma, outros até sabem que não voltarão ou que correm o risco de não mais voltarem à Assembleia da República. É esta a unidade dos interesses. E nada mais significa do que isto: agarrarem-se à tábua de salvação do Governo.

É que desligada a máquina, o «saco de gatos» não mais conterá ninguém.

Com a dissolução da Assembleia da República, acabar-se-á a hipócrita solidariedade que os srs. deputados estão aqui a representar. As vitórias, os golpes baixos, as «traições» como no PSD alguns afirmavam, já há muito se manifestavam na luta pelo poder, nas notícias que chegavam aos jornais, procurando queimar uns e promover outros. Era um facto conhecido que algumas das mais importantes revelações feitas pela imprensa vinham directamente dos gabinetes ministeriais ou do próprio seio do PSD. E no entanto a precissão só agora vai ao adro. Só que o País, enquanto os problemas se agravam, não pode ficar a viver mais nove meses em encenações, em fantasias, com um partido a procurar aproveitar os últimos momentos para nomear mais afilhados, compadres e fiéis por tudo quanto é Administração Pública, a aproveitar os últimos momentos no Poder, para entregar mais uns milhões às suas clientelas, a procurar a sua sustentação através da ampliação de redes tentaculares, de interesses à custa do erário público, da Administração Pública e dos dinheiros públicos. Uma coisa é a decomposição e o apodrecimento do PSD, outra é o País. (...)

E é por isso mesmo que nós afirmamos que o País não pode continuar a assistir ao apodrecimento da situação.

E não venha o PSD com mais artificios.

O PSD pode apresentar as moções de confiança que quiser para a semana, ou após o Congresso se a Assembleia da República chegar até lá, que não modifica nada, não acrescenta nenhum apoio nem qualquer legitimação. A legitimação virá dando-se a palavra ao povo português, o mais depressa possível. (...)

(Extractos da intervenção proferida por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, na abertura do debate da moção de censura ao Governo)

PROVEDOR DEFENDE MÍNIMO NO ESTADO

O Provedor de Justiça recomendou segunda-feira ao ministro das Finanças que o índice 100 da Função Pública nunca seja inferior ao salário mínimo nacional, respondendo a uma reclamação apresentada pela União dos Sindicatos de Castelo Branco, que contestou o facto de o salário mínimo dos trabalhadores do Estado ser estabelecido, desde 1992, a um nível inferior ao salário mínimo nacional, diz uma nota de imprensa sindical citada pela agência Lusa.

O Provedor de Justiça sugeriu que, sempre que o salário mínimo nacional seja superior ao índice 100, os trabalhadores integrados neste escalão devem receber pelo escalão que lhes assegure, pelo menos, remuneração de igual valor. Considerando meritória a preocupação da administração que, ano a ano, tem resolvido a situação pagando aos funcionários do nível 100 pelo nível 105, Meneres Pimentel afirma que «este sistema, por depender exclusivamente do poder discricionário do Governo, e sendo estabelecido sempre em termos transitórios para cada ano, é insusceptível de garantir solidamente que as preocupações que estão na base da existência de um salário mínimo nacional tenham efectiva aplicação na administração pública». O Provedor recomenda que esta situação fique salvaguardada no diploma que estabelece as regras do estatuto remuneratório da Função Pública.

HIDROSOREFAME INSISTE

Nas reuniões de sexta-feira e sábado, com representantes do Ministério do Emprego e da Comissão de Trabalhadores, a administração da Hidrosorefame mostrou que «continua a ter como objectivo apenas e só despedimentos, não se mostrando aberta às propostas da CT e deixando de fora o principal responsável, a Sorefame, que tem condições para a resolução do problema, integrando os trabalhadores, tal como se tinha responsabilizado e assumido» - refere um comunicado conjunto dos organismos representativos dos trabalhadores de ambas as empresas, onde se anuncia que vão ser marcados plenários para discutir esta situação e as formas de luta a encetar.

O comunicado revela ainda que no dia 27 foi a administração da Sorefame condenada em tribunal por ter discriminado trabalhadores na atribuição de um prémio de 80 por cento. «Outra sorte não espera a administração da Hidrosorefame, pelo mesmo assunto», também levado a tribunal, comentam os ORTs, que denunciam «mais uma ilegalidade que se avizinha»: a atribuição de um «ridículo» aumento de 4 por cento só para alguns trabalhadores.

JOVENS EM PLENÁRIO

Reuniu, sábado, no Porto o plenário nacional de jovens trabalhadores promovido pela Interjovem e que contou com a participação do coordenador da CGTP, Carvalho da Silva. Em debate estiveram os problemas mais sentidos pela juventude nos locais de trabalho (nomeadamente a precariedade de emprego, o desemprego, a sinistralidade e a formação profissional), bem como a participação no processo de reestruturação e rejuvenescimento das estruturas sindicais.

DOMINGO PREJUDICIAL

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul pronunciou-se sexta-feira contra a decisão do Governo relativa à abertura do comércio ao domingo, considerando-a «prejudicial». Em comunicado citado pela Lusa, o CESSul refere que «o Governo joga no caixote o parecer que havia solicitado ao Conselho Económico e Social». «O parecer do CES é um documento sério e fundamentado, que exprime a opinião da sociedade civil e se pronuncia correcta e claramente pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados», adianta o comunicado. O CESSul considera que o ministro do Comércio «escamoteia as responsabilidades» e «iludiu os incautos através de expectativas geradas, primeiro com a criação de um grupo de trabalho e depois com a consulta ao CES».

WISEU

A União dos Sindicatos de Viseu manifestou a sua «inteira solidariedade» aos trabalhadores em luta no distrito, defendendo a necessidade de «uma nova política que promova o desenvolvimento económico, a criação de empregos, a melhoria dos salários e da protecção social» - afirma-se numa nota divulgada à imprensa na semana passada. A Direcção Distrital da USV, reunida nas vésperas da jornada nacional da CGTP, indigiu Rui Nôbre para coordenador da União, «face ao empenhamento dos seus quadros dirigentes nas mais diversas frentes, procedendo a novas direcções de trabalho».

MIGUEL TORGA

O falecimento recente de Miguel Torga foi considerado pela CGTP «uma perda irreparável para as letras, as ideias e a cidadania portuguesas». Numa nota divulgada a 17 de Janeiro, a central aponta Torga como «reconhecidamente um dos maiores vultos da nossa literatura» e sublinha «o humanismo e a dignidade de Adolfo Rocha - médico, escritor e cidadão -, o seu amor à terra portuguesa e às suas gentes e o seu profundo empenhamento na denúncia das condições de vida e de trabalho do povo e na luta pela sua melhoria».

Levantado o bloqueio no Pejão

Quatro semanas de luta movem promessas de quatro anos

Foram conseguidas garantias de que vão avançar as medidas para criação de emprego na região, objectivo central da luta - sublinha a comissão coordenadora dos mineiros

Os mineiros do Pejão decidiram, na passada quinta-feira, por 76 votos contra 56, e depois de cerca de duas horas de debate, aceitar a contraproposta que a administração da Empresa Carbonífera do Douro apresentara na véspera, na reunião com a comissão coordenadora da luta.

Em comunicado à população do concelho de Castelo de Paiva, a estrutura representativa dos mineiros sublinha que «o objectivo central» por que os trabalhadores lutaram «foi completamente conseguido», uma vez que foram obtidas garantias de que «o projecto global da variante à EN 222 está de pé e que ainda este ano se vai dar início à execução do troço entre a Ponte do Arda/Pedorido e a Ponte do Inha, bem como à construção do Parque Industrial das Lavagueiras/Pedorido», o que representa «uma conquista extremamente positiva e absolutamente necessária, tendo em conta o desenvolvimento futuro da região do couro mineiro».

Este resultado permitiu que fosse levantado o bloqueio à entrada das instalações, que se mantinha desde 2 de Janeiro. A luta, contudo, vai prosseguir «no tempo e na forma que se considerar mais adequada, tendo em conta a necessidade de dar resposta a problemas sociais graves decorrentes do processo de encerramento da mina», como



referia, numa nota de imprensa divulgada dia 7, a comissão coordenadora dos mineiros (que se mantém em funções).

É que, se no que respeita à concretização dos compromissos que o Governo foi forçado a assumir quando, em 1990, anunciou que ia encerrar a mina, há motivos para dizer que «a luta histórica dos mineiros conseguiu, em quatro semanas, aquilo que não foi conseguido em quatro anos» (como se afirma no comunicado desta semana à população), no que toca às reivindicações complementares os resultados obtidos são considerados insuficientes.

Combater custos sociais

Os mineiros do Pejão - recorda o documento que está a ser

distribuído no concelho - «sentiram-se enganados pelo facto de o Governo PSD/Cavaco Silva não ter cumprido a promessa da criação de novos empregos na região. Esta reivindicação foi, sem dúvida, o objectivo central da luta dos mineiros. É já no decorrer da luta que surgem reivindicações complementares, que têm como principal objectivo evitar e minorar problemas sociais graves». Foram exigidos, nomeadamente, um regime especial de reformas e um sistema de compensações, «dada a natureza da empresa (por ser mineira), a sua especificidade (por ser estatal) e a própria região onde está implantada».

A proposta da Empresa Carbonífera do Douro estabelece, «para aplicação imediata»

(como foi exigido no plenário de dia 26 e como se sublinha no comunicado da comissão de luta), um regime especial de reformas aos 45 anos de idade, para quem trabalhou no interior da mina, e aos 50 anos, para o pessoal do exterior. É ainda atribuída uma indemnização adicional, no valor de um mês de salário, a todos os trabalhadores que ficaram sem emprego no final de Dezembro.

«Nesta matéria, o que foi conseguido é insuficiente, razão pela qual a comissão coordenadora da luta dos mineiros do Pejão se vai manter em funções, de modo a continuar as negociações com as várias entidades envolvidas no processo» - refere o comunicado à população de Castelo de Paiva.

Plenários, abaixo-assinados, vigília dia 10 Professores preparam greve nacional

No passado sábado, os sindicatos da Fenprof realizaram plenários de professores em Lisboa, Coimbra, Évora e Porto. Para a federação, estes foram «momentos de reflexão colectiva sobre a necessidade de defender um ensino de qualidade e uma rede pública capaz de responder às necessidades de toda a população - incluindo o direito à frequência de jardins de infância e de escolas de ensino especial -, estes plenários, sendo em si mesmos momentos de luta, constituirão igualmente momentos de mobilização para a greve nacional marcada para 16 de Fevereiro».

Não faltam motivos - antes se avolumam novas razões - para a participação activa dos docentes no plano de luta aprovado pela Fenprof e que inclui, até à greve

nacional, a recolha de abaixo-assinados sobre os problemas dos professores contratados (com entrega no ME prevista para 14 de Fevereiro) e da avaliação de desempenho dos membros dos órgãos de gestão (a ser entregue no Ministério dia 9). Para sexta-feira, 10 de Fevereiro, está marcada uma vigília contra a falta de diálogo do ME e pelo desbloqueamento das negociações com os sindicatos.

Como os restantes sectores da administração pública, os professores viram este ano, mais uma vez, o seu poder de compra reduzido com as actualizações salariais impostas pelo Governo, com o aval da UGT.

Os professores licenciados a realizar o 2º ano de estágio viram em Janeiro os seus vencimentos serem passados do índice 120

informação
Sindicato dos Professores da Região Centro

greve
nacional dos professores
16 de fevereiro

para o índice 80, perdendo assim cerca de 40 contos. Já no passado ano lectivo o Governo tentou aplicar uma medida semelhante, mas foi forçado a recuar devido ao descontentamento manifestado pelos docentes.

Ao abrir os concursos dos professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com pequenos remendos à legis-

lação, a ministra mostrou-se incapaz de regulamentar o Estatuto da Carreira Docente no que toca a quadros, concursos e habilitações - acusa uma nota de imprensa do SPGL. O sindicato da Grande Lisboa sublinha que «a Fenprof tem propostas concretas, já discutidas com os professores, que o Ministério recusa negociar, argumentando ser impossível fazê-lo em ano eleitoral».

O regime de acesso ao 8º escalão e a absurda candidatura que é exigida aos docentes também está entre as razões dos fortes protestos da classe. Ainda por cima, o próprio ME revelou que, na região de Lisboa, tinham sido apreciadas apenas 1230 candidaturas das 2369 apresentadas em 1992. «E as de 1993? E as de 1994?» - questionou oportunamente o SPGL.



Em Braga, estiveram no centro dos protestos as empresas a quem o Estado e a Segurança Social perdoaram milhões de contos de dívidas para permitir a viabilização e que, no entanto, continuam encerradas e não assumem as suas responsabilidades perante os trabalhadores



Trabalhadores de dezenas de empresas do distrito de Setúbal reuniram-se no Largo da Misericórdia, onde teve lugar na tarde de 26 de Janeiro a maior manifestação dos últimos dez anos na capital sadina

Cavaco e o Governo do PSD fomentam «terra queimada»

A CGTP realça a grande indignação que a jornada de dia 26 trouxe para a rua. A luta vai continuar, com novas acções marcadas para 16 de Fevereiro



Lisboa

Carvalho da Silva devolveu ao primeiro-ministro a acusação de que a luta dos trabalhadores se integraria numa agitação social pretendida pelos defensores da política de terra queimada. «Quem está a fazer política de terra queimada é o primeiro-ministro e é o Governo», acusou o coordenador da CGTP na segunda-feira.

Em conferência de imprensa realizada num intervalo da reunião da Comissão Executiva da central, Carvalho da Silva referiu os casos do Pejão, da Marinha Grande e da indústria naval como situações onde o Governo (através das administrações que nomeia ou aliado ao grande patronato) incentiva a radicalização de posições, quando não recorre mesmo a provocações usando as forças policiais. Em contrapartida, é a CGTP e são as estruturas de trabalhadores quem demonstra «ponderação e sentido de responsabilidade».

A Intersindical Nacional reafirma que vai manter estas características na sua acção, «mas vamos continuar a lutar». A necessidade de prosseguir o combate foi salientada na reunião da Executiva, que apreciou as acções levadas a cabo pelos trabalhadores nos últimos tempos, sublinhando que «as razões de luta continuam a aumentar».

A «grande movimentação» da passada quinta-feira - envolvendo milhares de trabalhadores em greves, plenários e concentrações,

com destaque para as manifestações realizadas em Setúbal, Braga, Lisboa e Porto - «mostrou que a indignação é muito grande» contra uma política que «só é restritiva para quem trabalha».

Para a CGTP, disse Carvalho da Silva, «é urgente» a demissão do Governo e a criação de «uma alternativa sólida». Acompanhado por Manuel Lopes, Joaquim Almeida, Maria Augusta e Jerónimo Rodrigues, da Executiva da *Inter*, apresentou cinco «razões muito concretas» que fundamentam a exigência da substituição urgente do Governo:

- elude a realidade do País,
- não dá resposta aos problemas concretos,
- apresenta como exemplos da sua governação os actos mais graves para o País e os trabalhadores,
- alimenta um ambiente de desresponsabilização, ao colocar-se como Governo «provisório», fomentando a instabilidade,
- e permite que continue e alaste o clima de corrupção e compadrio.

A jornada do próximo dia 16 vai exigir respostas para os problemas concretos dos trabalhadores e vai reafirmar que «o País não pode continuar adiado, não pode continuar suspenso de manobristas políticos». Além de exigir a demissão do Governo, a CGTP vai também desafiar as forças políticas a pronunciarem-se sobre as reivindicações dos trabalhadores e as linhas

de resposta aos problemas do País - anunciou Carvalho da Silva.

As acções concretas a levar a cabo no âmbito da jornada vão agora ser preparadas pelas estruturas sindicais. Na conferência de imprensa, foi já revelado que em Lisboa terá lugar uma concentração, às 16 horas, na Praça da Figueira.



Braga



Lisboa

Lutar com razão

A reclamação de melhores salários, a redução para 40 horas do horário máximo de trabalho semanal, a defesa do emprego e o respeito pelos direitos conquistados são motivos comuns que levam milhares de trabalhadores a enveredarem pelo caminho da luta, no dia-a-dia como na jornada nacional da passada quinta-feira. As razões gerais que alastram pelo País ganham corpo nos problemas concretos enfrentados com coragem e firmeza nas empresas e sectores. A exigência de uma nova política e um novo Governo é o rio para onde continuam a convergir as lutas de trabalhadores e os motivos que lhes dão razão.

No dia 26, a participação do pessoal dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas na jornada da *Inter* começou mais cedo, bem longe da baixa lisboeta que seria inundada de tarde. Concentrados de manhã frente ao Ministério da Defesa, obtiveram o compromisso de



Setúbal

que vão ser abertas negociações sobre aumentos salariais, aplicação nos EFFAs do novo sistema retributivo (aprovado em Outubro de 1989 para todos os demais trabalhadores do Estado) e efectiva reestruturação dos estabelecimentos (em vez da continuada degradação dos últimos anos).

Com uma adesão de 95 por cento, considerada um êxito pelo sindicato da Hotelaria do Sul, estiveram em greve no dia 26 os trabalhadores do hospital da Cruz Vermelha, cuja administração não cumpre, em vários aspectos, o acordo de empresa firmado em 1994. Além disso, tem-se recusado a actualizar os salários para 1995.

No centro das reivindicações dos trabalhadores das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico - um dos sectores em greve no dia da jornada - esteve o horário máximo semanal de 40 horas. Em plenários realizados durante a greve, revelou o STIEN, foi decidido prosseguir a luta até 25 de Fevereiro, para que esta regra seja generalizada a todas as empresas.

O recente plenário de sindicatos da Federação da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa apontou uma vasta lista de razões para a adesão dos trabalhadores do sector à luta de dia 26, nomeadamente: desbloqueamento da contratação co-

lectiva nos sectores da imprensa diária, da fabricação de papel, das empresas gráficas e de transformação de papel, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda e na Portucel; fim dos despedimentos, habitualmente encapotados (na Portucel, Inapa, Papelaria Fernandes, Copinaque, Renova, Fapajal, «O Comércio do Porto», Interpress, CEIG e IN-CM), e da instabilidade gerada por encerramentos totais ou parciais de empresas e pelo não pagamento de salários e outras remunerações.

Obrigam as administrações das empresas a iniciarem as negociações e apresentarem propostas credíveis de actualização salarial para 1995 foi um dos objectivos das estruturas sindicais dos transportes ao promoverem dia 26 uma concentração que se deslocou à Secretaria de Estado da tutela, interrompendo por mais de uma hora o trânsito na baixa lisboeta. Depois, porque também protestavam contra a política económica e social do governo, juntaram-se com os trabalhadores da administração pública e dos demais sectores.

Juntaram-se as razões, juntaram-se as lutas, juntaram-se as forças. Foi assim em Lisboa e foi assim por todo o País. Foi e vai continuar a ser.

Encontro Distrital de Portalegre da JCP Por um futuro melhor!

Um debate aberto, vivo e participado, a envolver cerca de 70 jovens de sete concelhos do distrito de Portalegre, caracterizou o Encontro Distrital da JCP realizado no passado sábado na Junta de Freguesia de Avis. «Por um Futuro Melhor, Vale a Pena Lutar» foi o lema adoptado para este encontro onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal que, no final, produziu uma intervenção onde falou da actual situação política e dos problemas que a política de direita coloca aos trabalhadores e, em particular, aos jovens.

Sobre a realidade do distrito, o debate analisou temas como as condições de ensino, desemprego e trabalho precário, o aumento do consumo de drogas, o movimento associativo juvenil e as principais linhas de força do futuro trabalho da JCP.

Essa orientação do trabalho da JCP ficou expressa num documento aprovado no final do Encontro, onde se advoga o reforço orgânico da JCP, a realização de mais iniciativas de

convívio e debate e o aumento de vendas do «Agit».

Por outro lado, pretende-se intervir junto do Movimento Associativo, para o tornar mais dinâmico, criativo e despolitizado.

Em relação aos jovens eleitos da CDU, pretende-se o cumprimento rápido das promessas eleitorais e a atenção para os novos problemas que surgem.

Igualmente pretende-se trabalhar junto dos estudantes do



superior e secundário e dos jovens trabalhadores no sentido de os alertar para os malefícios da política de direita e incluir na luta por uma nova política. Neste sentido, o Encontro salientou a necessidade de derrotar a direita e o PSD nas próximas eleições e de voltar a eleger um deputado da CDU pelo distrito de Portalegre, afirmando a CDU como força indis-

pensável para uma nova política para Portugal.

Os problemas do distrito

Entre as situações concretas da realidade distrital levantadas durante o debate, conta-se a elitização do ensino, os seus cres-

centes encargos financeiros, a sua centralização em Elvas, Portalegre e Ponte de Sor, a deficiente qualidade de serviços (cantinas, bibliotecas, pavilhões gimnodesportivos, etc.) das escolas.

Críticas foram também feitas à maioria dos cursos profissionais e do secundário por não estarem dimensionados e adaptados às necessidades da região.

A Juventude Comunista Portuguesa de Portalegre condenou igualmente a inexistência de uma cantina integrada no Instituto Politécnico de Portalegre, a falta de saída profissional de muitos dos cursos leccionados, as insuficiências da Acção Social Escolar.

Droga

O aumento do consumo de droga entre os jovens do distrito, em proporções alarmantes, o alastramento do trabalho precário e a degradação dos salários foram outros motivos de preocupação dos jovens presentes.

Alertando para a inexistência de um movimento associativo juvenil de carácter popular e democrático, a JCP criticou a actividade da delegação do Instituto Português da Juventude, classificando o grande número de associações existentes de serem obrigadas a submeterem-se aos interesses do IPJ, caso contrário não recebem dinheiro.

Évora Isto tem de mudar!

A Organização Distrital de Évora da JCP realizou, no passado dia 21, o seu Encontro Distrital. Com a presença de cerca de 80 jovens, muitas foram as intervenções que referiram os problemas dos jovens do distrito, condenaram a política do PSD, tendo, nos documentos finais, acusado este partido de ser «um travão ao desenvolvimento do Alentejo».

Entre as denúncias feitas neste Encontro sobre a política do partido do Governo, conta-se a da não implementação da Regionalização no Alentejo, considerada como uma recusa de trabalho e vida estável a milhares de jovens da região.

A JCP de Évora acusou também o Governo pelo clima de instabilidade vivido pelos jovens, a todos os níveis, como consequência da destruição do aparelho produtivo e de conquistas de Abril como a Reforma Agrária.

Emigração juvenil

Referida foi a elevada taxa de emigração que de novo se faz sentir no Alentejo, particularmente elevada entre os jovens.

Neste Encontro, foi exigida a dissolução da Assembleia da República, a demissão do Governo e a convocação de eleições. Esta a fórmula considerada pela JCP para viabilizar uma solução governativa que venha a defender os interesses dos jovens trabalhadores e estudantes.

No final da reunião, foi aprovada uma moção onde se exige aquela solução política para a actual crise que se vive na sociedade portuguesa.

Não há paciência!

Nessa moção, que faz um levantamento dos problemas mais importantes vividos pela juventude eborense, refere-se o alastramento do trabalho precário, a degradação salarial, a ineficácia da formação profissional, o não acesso à habitação e as limitações impostas ao Movimento Associativo Juvenil.

«Cabe a nós, jovens, mudarmos radicalmente esta situação. Não há paciência! Isto tem de mudar! Os jovens lutam por uma alternativa democrática que resolva os reais problemas do país», lê-se na referida moção.

Mais de meia centena de países confirmaram já a presença na Assembleia da FMJD

«Acção e participação juvenil para a Paz, a Democracia e o Desenvolvimento Sustentado» é o lema da XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) que decorrerá em Portugal de 9 a 15 de Fevereiro, cabendo à Juventude Comunista Portuguesa a sua organização.

A Assembleia da FMJD, organização que este ano comemora o seu 50.º aniversário, decorrerá no Fórum da Câmara Municipal do Seixal e é descrita pelos organizadores como «a mais importante iniciativa internacional de organizações progressistas e revolucionárias após 1991».

Campanha por Timor

Paralelamente à realização da Assembleia, decorrerá um programa político onde se enquadra uma iniciativa internacional de solidariedade com Timor-Leste, na qual se procederá ao lançamento de uma Campanha Mundial de Solidariedade com o povo maubere.

Igualmente, será organizada uma Conferência Internacional, aberta à participação do Movimento Juvenil português, subordinada ao tema «Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento» e que se insere no 10.º Aniversário do Ano Internacional da Juventude, decidido pela ONU em 1985.

Finalmente, ocorrerá um Encontro entre organizações juvenis provenientes dos vários países de língua oficial portuguesa.

Em nota distribuída à imprensa, a JCP afirma que a Assembleia se reveste de particular importância pois a sua realização ocorre «num momento em que, ao contrário do que nos têm tentado fazer ver, as importantes e inegáveis vitórias do imperialismo nos últimos anos e a sua força presente não puseram fim à história. Por todo o mundo, a resistência juvenil é uma realidade, bem como é uma realidade o crescimento, reorganização e reforço das organizações juvenis progressistas e revolucionárias, jovens que se organizam rumo ao futuro, rumo à libertação da humanidade».

Até ao momento, confirmaram oficialmente a sua presença 77

organizações de 55 países: África do Sul, Alemanha, Angola, Antilhas Holandesas, Argélia, Azerbaijão, Bangladesh, Barbados, Bélgica, Benin, Bolívia, Brasil, China, Chipre, Colômbia, Cuba, Egipto, El Salvador, Eritreia, Espanha, EUA, Etiópia, França, Gana, Grécia, Ilhas Comores, Ilhas Maurícias, Índia, Inglaterra, Iraque, Israel, Jamaica, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Malásia, Marrocos, México, Namíbia, Nepal, Palestina, República Dominicana, Roménia, RPD Coreia, Rússia, Sahara Ocidental, Senegal, Serra Leoa, Síria, Sri Lanka, Sudão, Venezuela, Vietname e Zâmbia.

50 anos de história

A Assembleia da FMJD contará com a presença do Presidente da organização, Neville Naidoo - membro da Liga Juvenil do ANC - e do secretário-geral Palatb Sengupta - membro da All India Youth Federation.

A FMJD foi criada em 1945, em Londres, imediatamente após o fim da II Guerra Mundial, na Conferência Mundial da Juventude que aí se realizou em Novembro. Adoptou então como lema «Por uma Paz duradoura», lema que ainda hoje é o seu. De então para cá, tem desenvolvido uma actividade em várias frentes, de que são de destacar os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes.

Presentemente, a sua sede encontra-se em Budapeste, na Hungria, e a JCP é membro do Conselho Geral da organização.

A FMJD é uma Organização Internacional Não Governamental com estatuto consultivo nas Nações Unidas (ECOSOC) e Unesco, tendo sido agraciada com o prémio «Mensageiro da Paz» pela Secretaria Geral das Nações Unidas em 1987.

Entre os seus objectivos conta-se o de contribuir para a educação dos jovens no espírito de liberdade, democracia e solidariedade, pelo fim do imperialismo, do colonialismo do neocolonialismo, pelo fim dos regimes fascistas e do racismo, para assegurar a Paz e segurança no mundo, apoiando todas as iniciativas e esforços nesse sentido.

Com a Assembleia da FMJD, será também organizada uma Conferência Internacional, aberta à participação do Movimento Juvenil português, subordinada ao tema «Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento»

Campanha Nacional de Fundos Já começou!

Iniciou-se ontem a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de um esforço fundamental para se atingirem os objectivos políticos do Partido, já que se agudiza a batalha política e é previsível a antecipação de um período eleitoral.

Elemento fundamental para a dinamização de iniciativas é o cartaz sobre a Campanha Nacional de Fundos, que pode ser usado em bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

**Cupões de 500
a 50 mil escudos**

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campa-

A Campanha Nacional de Fundos começou ontem. Um bom lançamento e o aproveitamento das iniciativas de aniversário do partido serão fundamentais para o seu sucesso.

na Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego

(Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que deve ser encarada de modo combinado,

do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da

quota média recolhida. Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).



Cupões de Apoio



Alentejo deu o alerta pela Regionalização e Desenvolvimento

Milhares de alentejanos manifestaram-se nas principais localidades do Alentejo, como forma de "alertar o país" para os problemas da região e exigindo desenvolvimento e a criação das regiões administrativas. Tratou-se de uma iniciativa desencadeada pelo movimento "Alentejo, pela Regionalização e Desenvolvimento" que teve como palcos principais as três capitais de distrito do Alentejo: Évora, Beja e Portalegre.

Cerca das 18 horas do passado dia 25, ocorreram as principais concentrações nas cidades de Évora, Beja e Portalegre, com intervenções e deslocações aos respectivos governos civis. O movimento, liderado pelas autarquias alentejanas, reúne mais de meio milhão de personalidades e entidades aderentes e recolheu cerca de 20 mil assinaturas individuais e colectivas.

Os seus promotores prevêem realizar brevemente um Tribunal de Opinião Pública e dirigir uma petição à Assembleia da República, ao mesmo tempo que esperam respostas aos pedidos de audiências com o Presidente da República e Primeiro-Ministro.

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP emitirá no dia seguinte a esta iniciativa um comunicado onde saúda o movimento pelo «inagável sucesso alcançado por esta sua importante iniciativa de sensi-

bilização e mobilização da opinião pública».

Grave crise vitima milhares

Em Évora, centenas de pessoas concentram-se na Praça do Giraldo, centro da cidade, onde ouviram o presidente do município, Abílio Fernandes, afirmar que "o Alentejo atravessa uma grave crise, traduzida no desemprego, envelhecimento e desertificação."

"O Alentejo é uma região com futuro e com enormes potencialidades", disse o presidente da Câmara Municipal de Évora, que defendeu a necessidade de "pôr cobro à actual política" governamental. Referiu que o movimento a que pertence "não tem pretensão a ser partido político, nem é antigovernamental", mas sim um movimento "aberto", cujos objectivos

assentam na regionalização e no desenvolvimento do Alentejo.

Uma delegação do movimento entregou posteriormente no Governo Civil de Évora, à semelhança do que se verificou em

Beja e Portalegre, um documento intitulado "Proposta para o Desenvolvimento do Alentejo".

Críticas ao Governo

O Governador Civil de Évora recebeu a delegação do movimento, composta por autarcas, tendo havido discordâncias na apreciação feita pelas duas par-

tes quanto à situação do Alentejo e aos investimentos oriundos do Poder Central e da União Europeia. Abílio Fernandes teceu algumas críticas à política do Governo relativamente à região, e, em resposta, Mira Branquinho apontou exemplos de investimentos governamentais no Alentejo, embora tivesse admitido que "não foram os suficientes".

O representante do Governo referiu-se à "esperança" no futu-

ro, sobretudo devido aos fundos oriundos do segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e apelou ao dialogo entre as várias instituições regionais tendo em vista o desenvolvimento da região.

No exterior do edifício do Governo Civil concentraram-se muitas pessoas que posteriormente incorporaram uma caravana automóvel, que percorreu as principais artérias e bairros limítrofes da cidade, com buzinas e sirenas.

Foguetes e música

A iniciativa do movimento "Alentejo, pela Regionalização e Desenvolvimento" iniciou-se cerca das 16 horas em várias povoações da região com o lançamento de foguetes e distribuição de panfletos, fazendo-se ouvir buzinas e sirenas.

Música, carros de som, chovalhos, tambores e apitos, foram outras das formas utilizadas pelos aderentes do movimento, que recentemente promoveram uma "embaixada" a Lisboa, com idênticos objectivos.



Os alentejanos resolveram lutar na rua em defesa da sua região

Palestina

O principal negociador palestino, Nabil Chaath, que se reuniu em Davos com o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, indicou que não há ainda uma data para o reinício das negociações israelo-palestinas. Chaath, indicando que a Autoridade Palestiniana está a desenvolver esforços no plano da segurança, advertiu o dirigente israelita para o facto do encerramento dos territórios palestinos permitir à oposição islâmica recrutar pessoas dispostas a "suicidar-se". A suspensão das negociações por parte de Israel mereceu, entretanto, um apelo do chefe da OLP, Yasser Arafat, ao presidente norte-americano, Bill Clinton, pedindo-lhe que intervenha para salvar o processo de paz.

Líbano

A companhia aérea britânica "British Airways" vai retomar os voos com destino ao Líbano após uma interrupção de 15 anos. O recomeço de ligações com Beirute está prevista para o fim de Março, já que entretanto o processo de paz no Médio Oriente levou à retoma dos negócios e turismo na região. A companhia aérea prevê igualmente retomar os seus voos para Damasco (Síria) na Primavera.

Nuclear

Os Estados Unidos anunciaram uma prorrogação da moratória relativa aos testes nucleares, até à entrada em vigor de um tratado internacional que proíba totalmente esse tipo de ensaios, o que pode acontecer no Outono de 1996. O presidente Clinton decidiu prorrogar a moratória norte-americana sobre os testes nucleares até que um tratado global sobre esta questão entre em vigor, baseando-se na "hipótese de uma assinatura de um tratado antes de 30 de Setembro de 1996", afirma-se num comunicado oficial divulgado pela Casa Branca.

ONU

O Conselho de Segurança da ONU criticou Israel por se recusar a retirar as suas tropas do sul do Líbano, ao mesmo tempo que manifestava apreensão pelo crescendo de violência na região. Numa declaração lida pelo seu presidente, o embaixador argentino Emilio Cardenas, o Conselho solicitou contenção a todas as partes envolvidas na única frente de guerra árabe-israelita e deu razão à reivindicação do governo libanês no sentido de exercer o controlo total sobre o território do Líbano. Esta declaração surgiu

França

Mais um passo na luta contra a exclusão social

Em Paris, a luta contra a marginalização social, desencadeada em torno do direito a uma habitação para os milhares de pessoas sem casa, deu agora um novo passo com a criação de um "espaço activo de solidariedade e mobilização" - "Avante com os direitos!" - promovido pela Associação Direito à Habitação (DAL).

Um espaço que engloba universidade popular, ateliers e serviços de acolhimento para os sem abrigo, instalado simultaneamente no edifício da Rua Dragon, em Paris, ocupado actualmente por 60 famílias (que para esta acção contaram com o apoio determinante do abade Pierre) e numa antiga escola actualmente devoluta.

Um lugar que, nas palavras do investigador Albert Jacquard, ligado ao movimento contra a marginalização social, irá regressar à vida "pelo direito ao saber, pelo direito a compreender". Pois "há demasiadas pessoas que nunca entrarão na Sorbonne, pelo que é necessário que a Sorbonne vá até às pessoas".

Será ainda, conforme sublinhou o presidente da DAL, "um lugar de mobilização de onde partirão iniciativas concretas".



Manifestação, em Paris, pelo direito à habitação

Este movimento, que se tem vindo a afirmar na capital francesa, surge, não apenas como resposta à pauperização e exclusão de um número crescente de pessoas pelas sociedades capitalistas (mesmo quando em tempos de "retoma"...), mas ainda à indiferença ao nível do poder, e mesmo promoção de políticas que agravam realidades sociais já de si dramáticas.

Um exemplo claro dessa indiferença - para além das políticas de privatização da saúde e dos sistemas de segurança social - é

a recusa, por parte da presidência alemã da União Europeia, de concretizar o quarto programa de luta contra a pobreza aprovado em 27 de Outubro passado pelo Parlamento Europeu, o que nomeadamente levantou os protestos do Grupo Esquerda Unida no Parlamento.

Apenas na União Europeia, a pobreza e a exclusão social atinge neste momento 52 milhões de pessoas. A nível mundial, o número de pessoas privadas dos meios mínimos de subsistência é calculado em mais de um bilião.

A primeira cimeira mundial sobre desenvolvimento social, que deverá decorrer em Copenhaga entre 6 e 12 de Março, irá avançar com diversas propostas no sentido da erradicação da pobreza extrema. Propostas que necessariamente precisam, para

a sua concretização, de uma vontade política pouco consensual com os interesses do poder do grande capital.

Não por acaso, num momento em que as riquezas disponíveis se multiplicam por sete em cinquenta anos, as desigualdades se agravam. Um quinto do planeta continua mergulhado no subdesenvolvimento e o fosso aprofunda-se entre a maioria e o quinto de população mais rica, que detém três quartos das riquezas mundiais.

Em termos absolutos, pode-se dizer que o planeta conta hoje com a maior geração de excluídos da história humana. Mais de um bilião de pessoas - maioritariamente concentradas nos países subdesenvolvidos - sobrevive sem as condições mínimas. Também nos países industrializados aumentam as zonas de exclusão social. Nos Estados Unidos e na Europa, 15% da população vive abaixo do limiar da pobreza.

Os EUA são - ainda - frequentemente apresentados como um exemplo de êxito do sistema capitalista. Fala-se agora de recuperação económica. E o desemprego nunca chegou a atingir os níveis da Europa. Mas para os trabalhadores, o preço deste "êxito" é pesado.

Antes do mais, subsídios de desemprego particularmente limitados, que empurram os desempregados a aceitar rapidamente qualquer trabalho. Os novos postos de trabalho entretanto criados são maioritariamente não-qualificados, mal pagos e precários. Pelo que numerosos americanos são obrigados a acumular trabalhos diferentes, chegando a fazer 60 horas de trabalho por semana.

O salário mínimo é muito baixo e não há qualquer garantia de cobertura pela segurança social.

Catástrofe humana em Grozni

As destruições em Grozni "são mais importantes que as de Sarajevo", declarou o chefe da missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Istvan Gyarmati, regressado há três dias da Tchetchénia.

Cerca de "150.000 civis permanecem ainda na capital tchetchena e a ajuda humanitária à cidade é insuficiente", sublinhou o embaixador húngaro em Budapeste, reafirmando que recomendará no seu relatório ao conselho permanente da OSCE que lance um apelo de cessar-fogo para pôr fim à "catástrofe humana" de Grozni.

O cessar-fogo deverá permitir nomeadamente o início de negociações políticas, acrescentou Gyarmati, que antes dera uma outra conferência de imprensa em Moscovo sobre a sua missão na Tchetchénia, onde se referira a uma intervenção russa "desproporcionada" e a direitos humanos "gravemente violados".

Reportando-se à necessidade de "restaurar a ordem constitucional na Tchetchénia - principal argumento utilizado por Moscovo para justificar a intervenção militar - sublinhou que o



A população civil é a principal vítima da guerra

objectivo deve consistir em organizar, "com todos os representantes do povo tchetcheno, eleições livres num futuro próximo".

Ao descrever a situação em Grozni, vítima da artilharia russa desde Dezembro, um outro elemento da missão,

Audrey Glover, declarou nunca ter visto nada assim "salvo nas fotos dos bombardeamentos em Dresden após a guerra" e apelou à ajuda humanitária, referindo ainda que muitos dos habitantes que permanecem em Grozni querem partir.

Amnistia Internacional denuncia violações dos direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos da ONU, que iniciou na segunda-feira a sua reunião anual em Genebra, deve analisar especialmente os casos da Colômbia, Argélia, Timor-Leste, Índia e Turquia, segundo a Amnistia Internacional (AI).

Sobre Timor-Leste, a AI indica que as sérias violações dos direitos humanos têm sido a resposta persistente à oposição política.

Para a Colômbia, onde mais de mil pessoas foram executadas em 1994, a AI exige a nomeação de um relator especial para supervisionar a concretização das recomendações do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, José Ayala Lasso.

Na Argélia, segundo a Amnistia Internacional, a situação deteriorou-se muito desde a imposição do estado de emergência em 1992 e a tortura é agora muito vulgar nas esquadras de polícia.

A AI denuncia ainda que a Turquia recebe "o apoio de poderosos aliados para os quais a posição estratégica do país é mais importante do que o desastroso historial em matéria de direitos humanos", numa nação em que as mortes por violência política atingiram no ano passado 1200 pessoas.

Sobre a Índia, a Amnistia Internacional refere que no Estado de Jammu e Caxemira as forças de segurança torturaram ou mataram sistematicamente centenas de jovens suspeitos de serem militantes separatistas.

Palestina

Processo de paz ameaçado

O governo israelita dá luz verde à construção de mais três mil casas para colonos, na Cisjordânia ocupada. O ritmo de colonização triplicou nos últimos dois anos, pondo em causa as próprias bases do processo de paz - terra em troca de paz. Simultaneamente, erguem-se barreiras electrificadas em torno das terras palestinianas, e reduz-se ao mínimo o afluxo de trabalhadores palestinianos em Israel, agravando mais ainda um quadro socioeconómico já de si dramático. Toda uma política propícia ao alimentar da contestação do processo de paz e à fuga para o terrorismo.

O governo israelita vai prosseguir com a colonização da Cisjordânia, em violação dos acordos com a OLP e as resoluções da ONU. Uma decisão do comité especial para os colonatos, criado por Rabin e presidido pelo próprio primeiro-ministro.

Três mil novas habitações vão ser construídas em três colonatos próximos de Jerusalém: Maale Adoumin, a sul, Givat Zeev, a norte, e Beitur, a leste da cidade, agravando assim o cerco a Jerusalém oriental.



O colonato de Maale Adoumin, perto de Jerusalém oriental, está em crescente expansão

O ministro das Finanças de Israel, Abraham Shohat, admitiu mesmo que o ritmo de implantação dos colonatos tem sido três vezes mais rápido desde a chegada ao poder dos trabalhistas.

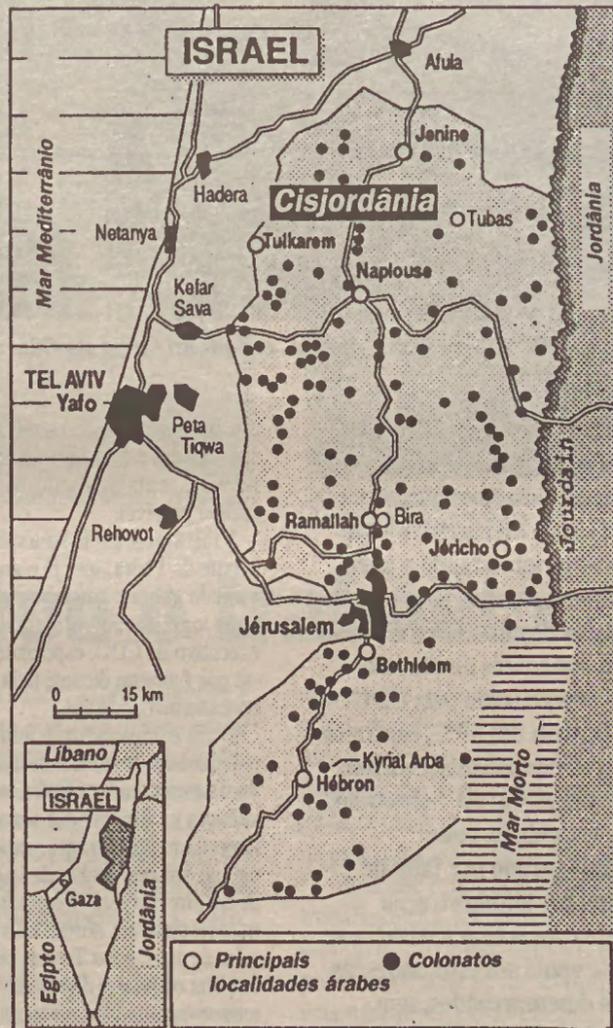
De par deste processo de ocupação de terras palestinianas, que na prática põe em causa a viabilidade de um Estado palestiniano - e por

isso mesmo é favorável à desesperada saída do terrorismo - pretende-se cercar agora o que resta de terras palestinianas (menos de um terço da Cisjordânia de 1967), em nome da necessidade de se defender desse mesmo terrorismo.

No plano de "separação", redes electrificadas, guaritas de vigilância, detectores electrónicos de ruídos, patrulhas permanentes, um corpo de 2.000 guardas fronteiriços, acompanhados de cães.

O plano prevê ainda a redução do número de autorizações concedidas aos palestinianos a trabalhar em Israel. Placas de matrícula especiais serão obrigatórias para os automobilistas palestinianos autorizados a circular em Israel.

Um plano idêntico já fora



anteriormente imposto à faixa de Gaza (onde, entretanto, vivem cerca de cinco mil colonos, defendidos por outros tantos soldados). As consequências foram o agravamento da situação socioeconómica numa zona onde a economia está de facto paralisada e o desemprego atinge 50% da população activa.

O plano de "encerramento" da Palestina foi ainda acompanhado de outras medidas repressivas, como o adiamento da libertação de seis mil prisioneiros palestinianos, prometida desde Abril passado e o prolongamento da autorização concedida em Novembro aos serviços de segurança para recorrer a interrogatórios "mais duros", o que na prática significa a autorização explícita da prática de tortura.

Outro problema - a retirada das forças israelitas das localidades palestinianas da Cisjordânia, que se deveria ter concretizado em Julho passado, para permitir eleições livres de um Conselho palestiniano, e que hoje é posta em causa por Israel, em nome da segurança dos colonos.

Comentando a decisão de "encerramento" da Palestina, Nabil Chaath, um dos principais negociadores e conselheiro de Yasser Arafat, disse que o processo de separação não seria de rejeitar se realizado no "quadro de um Estado palestiniano, com base na legalidade e na reciprocidade". Mas, actualmente, "a separação significa encerramento, ou seja, cerco e prisão para os palestinianos".

Factos e números

* Colonos - A 15 de Janeiro, o número de colonos era de 141.000, o que representa um aumento de 5% desde a assinatura dos acordos de Oslo, em Setembro de 1993.

* Acordo - O acordo israelo-palestiniano estipulava a suspensão do processo de colonização e o congelamento dos colonatos existentes. Entretanto, o primeiro-ministro israelita, Rabin, autorizou, em Dezembro, a sua expansão, com um programa de construção de mais 30.000 habitações.

* Trabalhadores - Actualmente, mais de 60.000 trabalhadores estrangeiros, provenientes da Ásia e da Europa oriental, trabalham em Israel, em substituição dos trabalhadores palestinianos.

* Terra - Em oito meses, entre os acordos de Washington e os do Cairo, Israel confiscou cerca de 40 quilómetros quadrados de terras. Foram arrancadas 14.000 árvores de fruto.

depois do Conselho de Segurança ter votado por unanimidade a renovação por mais seis meses do mandato das forças de manutenção da paz da ONU no sul do Líbano (FINUL), e inclui a supervisão da retirada de Israel da região e a sua substituição por unidades do exército libanês.

Itália

O recém-nomeado primeiro-ministro italiano, Lamberto Dini, apresentou-se segunda-feira no Senado. O programa de governo em quatro pontos - correcção orçamental, revisão da tabela de reformas, reforma eleitoral regional e reforma televisiva - foi exposto por Dini à Câmara de deputados, da qual obteve a confiança, por 302 votos a favor, 39 contra e 270 abstenções. A Refundação Comunista votou contra. Forza Italia, Aliança Nacional e o Centro Democrata-Cristão, os partidos do "Pólo da Liberdade" de Berlusconi, optaram pela abstenção, como forma de protesto pela recusa do presidente Scalfaro em anunciar uma data para eleições antecipadas.

Pesticidas

Dezenas de crianças são utilizadas, sem nenhuma protecção, na aplicação dos 1.200 tipos de pesticidas usados na República Dominicana, muitos dos quais proibidos pelas leis dominicanas e pela Agência de Protecção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). Este problema é denunciado publicamente num estudo sobre o impacto ambiental do uso dos pesticidas na República Dominicana, realizado sob os auspícios da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID). Uma elevada percentagem dessas crianças são analfabetas, tal como os seus pais, outras mal sabem ler e escrever e muito poucos percebem o que está escrito nas etiquetas dos pesticidas que utilizam. Muito embora a utilização de crianças na aplicação de pesticidas seja ilegal na República Dominicana - teoricamente em qualquer trabalho -, ela constitui uma prática muito difundida e aceite pelos funcionários da Secretaria da Agricultura e da Saúde Pública, segundo denuncia o relatório. O uso inadequado de pesticidas tóxicos e de fertilizantes inorgânicos causou a morte de numerosas crianças e adultos e afectou a saúde de muitos mais, bem como problemas ambientais e de contaminação, sem falar no aumento da resistência dos insectos e muitas outras pragas, como é o caso da mosca branca nos vales de Azua e Constanza, no sudoeste e noroeste de Santo Domingo.



Dia 30 de Janeiro, Carlos Carvalho, Secretário-Geral, e Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, receberam, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, Faruk Khadumi, ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestiniana. O dirigente palestiniano informou sobre a continuação da luta do povo palestiniano e sobre problemas actuais da constituição em curso do Estado Palestiniano. Carlos Carvalho e Álvaro Cunhal manifestaram a solidariedade do PCP para com a justa luta do povo palestiniano.



A varanda do Prior do Crato, um dos ex libris da vila, em pleno largo da Câmara Municipal

Em apenas um ano de mandato, o novo executivo CDU da Câmara Municipal do Crato, no Alto Alentejo, conseguiu o saneamento financeiro da autarquia, amortizando 104.000 contos de uma dívida de 187.000 deixada pela gestão socialista anterior, estando a parte restante controlada. Paralelamente, lançou para este ano de 1995 um Plano de Actividades de um milhão e 98.000 contos, quase o dobro dos 570.000 contos do Plano de 1994, herdado da gestão PS e concretizado pela CDU com um nível de execução na ordem dos 80%, contra os 40/44% habituais nos anteriores executivos socialistas. São números comprovados e comprováveis. Sobretudo, são factos à vista num ano de actividade, onde recomeçaram obras que haviam parado por falta de verbas e foram lançadas outras por administração directa, enquanto se acertaram contas com a ADSE e se multiplicaram as iniciativas de apoio aos estudantes, às escolas, ao associativismo, aos desempregados, sem esquecer o relançamento económico da região, com passos concretos como a legalização das Termas de Monte da Pedra, o lançamento da zona industrial e a inauguração do cais de carga ferroviário de Vale do Peso.

Isto sem embargo duma intervenção intensa e permanente nas instâncias regionais e centrais, exigindo melhoramentos estratégicos como a reactivação da Metalúrgica e da Moagem do Crato, a tão estudada Barragem do Pisão ou a modernização das acessibilidades.

Isto, repita-se, em apenas um ano de mandato.

Reanimar o passado e lutar pelo futuro

Quando chegámos ao Crato, aguardava-nos uma vila limpa e sossegada, sob um céu pesado de chuva. No largo da Câmara Municipal, deparámos com o primeiro sinal de actividade autárquica: o restauro do futuro museu do Crato, a instalar num palacete que beneficiará de novos equipamentos, nomeadamente um anfiteatro a construir num terreno das traseiras do edifício. Trata-se da única empreitada mantida pelo actual executivo da CDU, dada a especificidade dos trabalhos de recuperação e restauro. Todas as outras obras, prosseguidas ou lançadas desde o início do mandato, em Janeiro do ano passado, estão a ser feitas por administração directa e rentabilizando, integralmente, os recursos humanos e materiais do município.

O vereador Francisco Faria, um independente que integra o executivo da CDU, estava à nossa espera para uma rápida visita ao Concelho. As obras foram-se sucedendo, aqui rasgando valas, ali avançando numa piscina, além tratando de problemas de saneamento, ora em pequenos arranjos de estradas e ruas, ora em discretas limpezas. Trabalhos necessários, tantas vezes fundamentais no seu anonimato aparentemente modesto. E todo executado por administração

A Enciclopédia Luso-Brasileira ainda refere a existência, na vila do Crato, de "uma fábrica de moagem considerada a segunda do Alentejo em importância, outra de metalurgia". Os edifícios estão lá, imponentes apesar da ruína, mas há muito que as suas largas centenas de trabalhadores deixaram de lhe transpor os portões.

Disse-nos o presidente Manuel Ferreira que a Câmara tem estabelecido contactos com diversas entidades para desbloquear a situação que paralisou estas duas grandes unidades industriais, a antiga Metalúrgica do Crato (hoje Tecnofábrica, sob a alçada do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) e a Moagem do Crato.



O edifício da Moagem (na foto) foi, a par com o da Metalúrgica, um dos grandes pólos industriais do Crato, onde trabalhavam centenas de pessoas. O executivo da CDU quer que o Poder Central viabilize a reactivação destes grandes equipamentos industriais

Este empenho do actual executivo da Câmara insere-se na estratégia de relançar a economia da região, na qual teria uma importância fundamental a construção da barragem do Pisão, obra já com 27 estudos realizados e com um custo estimado entre os cinco

Câmara do Crato Um ano de vida nova

empresários locais. Outra legalização significativa foi a de vários loteamentos (Aldeia da Mata, Monte da Pedra, Rua Um do Crato e zonas envolventes), que solucionou um problema que se arrastava há anos, permitindo aos que ali haviam construído casas as pudessem legalizar, e abrindo caminho ao ordenamento do território e ao benefício urbanístico.

Entretanto, as más acessibilidades continuam a ser um grave problema do Crato. Conforme nos explicou Francisco Faria e, mais tarde, o presidente da Câmara, Manuel Ferreira, luta-se para que a construção do IC-13 (neste momento em estudo prévio), que ligará Ponte de Sor à fronteira de Galegos, se faça com um nó de ligação ao Crato, tal como se reclama a reposição da estrada nacional 119, que liga a Portalegre, e a 245, que liga ao IP-2. Tais infra-estruturas são fundamentais para que o Concelho saia do seu isolamento e se abra ao desenvolvimento.

Presidente Manuel Ferreira Como pagámos as dívidas já podemos investir

Manuel Ferreira é presidente da Câmara Municipal do Crato desde Janeiro do ano passado, há precisamente um ano. Vereador comunista na edilidade desde as primeiras eleições autárquicas, foi eleito nas últimas encabeçando um executivo CDU que, por maioria absoluta, arredou o PS do poder que conservou ao longo de sucessivas eleições, apesar dum crescente descrédito.

É, portanto, um homem que conhece profundamente a realidade do Concelho.

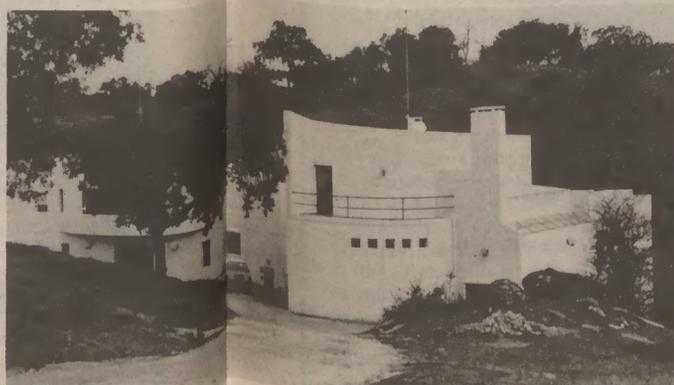
Solicitado a comentar a actuação do anterior executivo



Manuel Ferreira, presidente da Câmara Municipal do Crato, quando conversava com a nossa reportagem

PS e o estado em que encontrou a Câmara, atreve-se a factos e foi incisivo:

Encontrámos a Câmara com uma dívida de 187.000 contos, da qual já amortizámos 104.000 contos, estando o resto controlado, tal como regularizámos as dívidas para com a ADSE, acumuladas desde 1991. Está tudo pago. Neste quadro, o primeiro ano do nosso mandato virou-se para o saneamento financeiro da Câmara. Paralelamente, preocupámo-nos em recuperar e adquirir equipamento, formar pessoal, rentabilizar serviços e meios para relançar obras paradas e avançar com novas, tudo na base da



As Termas de Monte da Pedra já foram legalizadas e funcionarão em pleno este ano, atraindo o turismo termal para a região

■ Henrique Custódio



Piscina de Aldeia da Mata, em fase de construção, por administração directa da Câmara



Implantação de infra-estruturas básicas na tapada da fonte do Crespo

Recomeçou o trabalho

Com 187 mil contos de dívidas à banca, a fornecedores e a empreiteiros, a gestão PS da Câmara do Crato quase deixou paralisar a autarquia, chegando ao ponto de acumular dívidas à ADSE desde 1991, pondo os quase 100 trabalhadores da Câmara na iminência de perderem a assistência médica e social. Em apenas um ano, o novo executivo CDU pagou 104.000 contos da dívida geral, controlando o resto, e negociou os encargos com a ADSE, estando, neste momento, tudo pago, incluindo 1994.

Mas o executivo da CDU não se limitou a sanear, financeiramente, a Câmara. Pegando nos recursos humanos e materiais de que dispunha, lançou obras entretanto paralisadas por falta de verbas e começou outras. Num concelho com seis freguesias, oito povoações, 5064 habitantes, 393,44 km² de área e um atraso acumulado em todo o tipo de infra-estruturas básicas, a actividade autárquica da CDU tem-se desdobrado em múltiplas direcções. Sem sermos exaustivos e apenas a título

de exemplo, refira-se as pavimentações do cais de carga ferroviário de Vale de Peso (uma estrutura que liga o Concelho a toda a rede ferroviária nacional), os arruamentos de Gáfete e Crato, o saneamento básico na Rua Um do Crato e em Vale do Peso, as casas mortuárias de Monte da Pedra e Aldeia da Mata ou toda a manutenção da rede de água e esgotos.

Para que este trabalho se pudesse realizar, reciclaram-se trabalhadores, recuperou-se o parque de máquinas, com o arranjo de carrinhas, dumpers e a aquisição de um novo compressor, além de se ter adquirido equipamentos indispensáveis para reactivar as oficinas.

A par disto, legalizaram-se as Termas de Monte da Pedra, a Zona Industrial (já com 12 lotes vendidos), o cais de carga de Vale do Peso e loteamentos em Aldeia da Mata, Monte da Pedra, Rua Um do Crato e zonas envolventes, o que veio resolver problemas antigos e angustiantes de muitos municípios, há anos à espera de poderem legalizar as suas casas.

... e do barro se fez escola

Por fora, a casa não parece nada, no anonimato da fronteira perdida na rua principal de Flor da Rosa. Lá dentro, abre-se em labirintos que ligam amplas salas de trabalho, refrescadas pela sombra e o barro. Na divisão maior, o espaço aparece meticulosamente organizado: rodas de oleiro, bancas de tendimento, tanques de amassar, mesas de secagem, expositores de obra feita. Como na Bíblia, 12 discípulos cingiam à volta do mestre. Com algumas singularidades: não são discípulos, mas discípulas, e o mestre não é um carpinteiro a remir os homens, mas um oleiro a ensinar a arte antiga de trabalhar o barro.



O mestre oleiro António Serra Dias (à esquerda) e as suas 12 discípulas na escola de olaria. Na altura da foto, faltava uma, pelo que ficaram apenas 11, o que não diminuiu a boa disposição reinante... e a grande simpatia com que nos receberam

com o apoio do Centro de Emprego. Desenvolve acções de formação que, simultaneamente, minoram o desemprego na região e salvaguardam um património importante do Concelho, a olaria. Com os mesmos objectivos, a edilidade lançou também uma acção de formação para auxiliares de termalismo, apontada à revitalização das termas de Monte da Pedra.

O desemprego é um dos grandes dramas do Crato, à semelhança do que aconte-

ce no resto do Alentejo. Contou-nos Manuel Ferreira que o seu executivo encontrou mais de 400 desempregados inscritos no Concelho. Ao contrário do que se fazia antes, onde apenas alguns eram escolhidos para os Programas Ocupacionais (POCs), ao sabor de simpatias do executivo, o ano passado optámos, através de um esforço financeiro da Câmara, pela rotação de todos nos POCs. Assim todos trabalharam alguns meses e entraram

ce no resto do Alentejo. Contou-nos Manuel Ferreira que o seu executivo encontrou mais de 400 desempregados inscritos no Concelho. Ao contrário do que se fazia antes, onde apenas alguns eram escolhidos para os Programas Ocupacionais (POCs), ao sabor de simpatias do executivo, o ano passado optámos, através de um esforço financeiro da Câmara, pela rotação de todos nos POCs. Assim todos trabalharam alguns meses e entraram

O desemprego, as "lágrimas" do sr. Delors e a demagogia dos socialistas

O desemprego massivo crónico, tornado um dos mais graves problemas socioeconómicos, flagela, nesta "Europa próspera e democrática", muitos milhões de pessoas.

A par do desemprego propriamente dito, não pára de crescer a precarização do mercado do trabalho, obrigando outros tantos milhões de pessoas a "flutuar" entre o emprego e o desemprego e cuja dura vida não inveja os desempregados.

A brutal intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada exprime-se na crescente miséria, no gravíssimo número de acidentes de trabalho (18 milhões na CE), no proliferar da mão-de-obra infantil (mais de 2 milhões).

A tendência do desenvolvimento social é marcada por uma enorme polarização social. Milhões de excluídos sociais (uma expressão que entrou na linguagem corrente, a maior parte das vezes despida de conteúdo) coexistem e multiplicam-se a par do crescimento em flecha das grandes fortunas e do poder do mundo da alta finança.

Os planos para atacar o desemprego sucedem-se uns atrás dos outros, sem que se vejam melhoras. Os eurocratas não atinam no rumo. Pior. É que as trombetas anunciadoras de melhores dias pela via da retoma vão-se calando à medida que a realidade vai mostrando que afinal o crescimento (a mezinha infalível no altar da qual se deverão sacrificar os direitos dos trabalhadores) não impede o agravamento do desemprego.

Mas os eurocratas não são pessoas que se deixem perturbar. Para grandes males grandes remédios. Falharam os planos anteriores de combate ao desemprego? Faça-se outro plano. O fundamental é amortecer as consciências e iludir os necessitados, em nome da sacrossanta propriedade privada, do livre mercado e, obviamente, do aumento dos lucros do grande capital.

É assim que o sr. Delors, sem perder tempo com explicações sobre as causas da ineficácia dos seus planos, terá dedicado parte significativa das suas energias, antes de abandonar a Presidência da Comissão, a ultimar uma espécie de Livro Branco II para combate ao desemprego.

Para os grandes capitalistas, nomeadamente para os da "Mesa Redonda", a partida do sr. Delors, depois de 10 anos à frente da Comissão (uma década de luxo para o grande capital), deixa uma enorme saudade. Para os trabalhadores, esmagados por uma pesada herança, os sentimentos são bem diferentes.

Foi sob a gerência do sr. Delors à frente da Comissão que se reforçou a concentração e centralização do capital e se assistiu ao desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado de tendência multinacional, como foi igualmente sob a sua gerência que se elaboraram e coordenaram as orientações para a ofensiva do grande capital e dos seus governos de *revanche* social contra os trabalhadores, assente na degradação dos salários, na generalização da precarização do mercado do trabalho, na desregulamentação das relações laborais, no des-

mantelamento da Segurança Social, orientações que, com o Livro Branco, não só se refinaram, como se tornaram numa espécie de catecismo inspirador da nova ofensiva patronal.

Os resultados das políticas ditas neoliberais das quais o sr. Delors se arvorou estrênuo defensor, traduzidas em 20 milhões de desempregados na CE e mais de 50 milhões de pobres, constituem um gritante libelo acusatório que nenhuma demagogia pode eludir.

O anúncio do Livro Branco II faz pensar que vêm aí ainda maiores borrascas anunciadoras de orientações e medidas negras para os trabalhadores, tanto mais que esta nova iniciativa coincide com as recomendações do patronato europeu (patronato junto do qual o sr. Delors - segundo confissões do próprio - recolheu sempre úteis conselhos e inspirações) aos diferentes governos para que se prossiga a política de degradação salarial, de precarização do trabalho, de desregulamentação do horário de trabalho, de revisão da legislação laboral de modo a acabar-se com o que chamam a rigidez do mercado de trabalho e de desmantelamento da Segurança Social.

É precisamente nesta altura que o sr. Delors, um homem que vive com o credo social na boca e os interesses do grande capital no coração, à imagem daquele grande senhor que depois de criar os pobres se dedicava a organizar festas de beneficência, sentindo-se doído com a sorte dos desemprega-



DOMINGOS ABRANTES
membro da Comissão Política

Os resultados das políticas ditas neoliberais das quais o sr. Delors se arvorou estrênuo defensor, traduzidas em 20 milhões de desempregados na CE e mais de 50 milhões de pobres, constituem um gritante libelo acusatório que nenhuma demagogia pode eludir.

dos, vem lançar um apelo piedoso aos capitalistas (ao que diz bem acolhido) para que decididamente criem postos de trabalho.

Já em fins de Novembro, discursando no encerramento da Conferência sobre o Emprego, realizada em Bruxelas, dias antes da Cimeira de Essen, o sr. Delors, dando conta do seu estado de alma socialista/cristã, e como se nada tivesse a ver com as políticas responsáveis pelo aumento explosivo do desemprego e a exclusão social, sentenciava: "É necessário realizar uma política de emprego; caso contrário, perder-se-á o lado social das sociedades (europeias)."

A sentença do sr. Delors não é nova; novo é o mistério que o corrói e para o qual não encontra resposta. Como é possível, interrogava-se ele, que "tornando-se a Europa cada vez mais rica, não consiga assegurar emprego para toda a gente?!".

Mergulhando o sr. Delors no purgatório das políticas que percorrem a Europa e das quais se revelou activo mentor e defensor, pode-se-lhe avivar a memória, lembrando que a estratégia da competitividade pela competitividade, ditada pela rentabilidade financeira, assente nas reestruturações para "libertar" trabalho assalariado, na compressão dos custos salariais, na destruição da Segurança Social e na fúria de privatizações, faz aumentar o desemprego, tornando-o um fenómeno crónico massivo.

E no entanto a Cimeira de Essen aos graves problemas do emprego disse: prossiga-se e intensifique-se a mesma política!

É por isso que o apelo do sr. Delors, quando já estava de malas aviadas, "para a realização de uma política perseverante para atacar o desemprego e a exclusão social" ressoa como uma enorme hipocrisia e cortina de fumo para cobrir as políticas ao serviço do grande capital, políticas que têm o beneplácito e mesmo fiéis executores nos Partidos Socialistas.

Nas vésperas da Cimeira de Essen, como vem sendo hábito, os Partidos Socialistas dos países da Comunidade, incluindo o Partido Socialista Português representado na pessoa de António Guterres, realizaram a sua própria Cimeira. Ficou-se então a saber que para os socialistas o "combate ao desemprego era uma das principais preocupações" (onde é que já ouvimos isto?) e que nesse sentido se torna necessário aproveitar as vantagens do mercado único (saberão que desde o mercado único se destruíram 5 milhões de postos de trabalho?), realizar uma política fiscal mais favorável ao emprego (isto é, ainda mais dinheiro para o patronato), reiterar o apoio às orientações do Livro Branco sobre o crescimento, competitividade e emprego, alcançar-se uma maior flexibilização da organização do trabalho e incentivar o trabalho em *part-time*!

Se dúvidas pudessem existir quanto à originalidade e eficácia da política social dos socialistas, elas ficaram completamente desvanecidas e ficamos a perceber por que é que o secretário-geral do PS e demais dirigentes deste Partido se refugiam nessa abstracção chamada "mercado social" à medida que vão minguando as propostas sociais.

O combate ao desemprego exige outra política. Exige uma política que ponha fim à destruição do sector público, que combata os investimentos especulativos e dê prioridade aos investimentos geradores de emprego, que combata a precarização do mercado do trabalho, uma política que faça da satisfação das necessidades básicas das massas condição do desenvolvimento.



95 Um ano de retrocesso da C&T em Portugal

1. Os quadros de números que o Governo, através do Ministro do Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira, e do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Manuel Fernandes Tomás, fez entrega à Comissão Parlamentar de Educação Ciência e Cultura e a que chamou "Orçamento de Ciência e Tecnologia" (OC&T) permitem retirar esclarecedoras conclusões sobre o rumo que o país está a seguir num domínio de fundamental importância para o seu futuro.

Deixando de lado as incorrecções, erros e incoerências que sistematicamente afectam os referidos quadros, importa sublinhar as características mais salientes dos elementos agora apresentados quando comparados com a "informação" correspondente apresentada em 1994.

Segundo eles, a chamada "despesa em I&DE" dos organismos públicos financiadores e executores de actividades de investigação teria passado de 64,6 Mc (milhões de contos) em 94, para 69,3 Mc em 95, isto é, teria tido um crescimento real próximo de 3%, aumento que, se fosse verdadeiro, ainda assim teria que ser considerado gritantemente insuficiente.

No entanto, importa chamar a atenção para o facto de que aqueles totais incluem uma parcela correspondente ao "valor estimado para o financiamento de actividades de I&DE" no ensino superior, que passa de 18,6 Mc em 94 para 25,2 Mc em 95 (em 93 era de 14,4 Mc). Ora a origem desta parcela é duvidosa e mais duvidoso ainda é o aumento de cerca de 35% que apresenta de um ano para o outro. Acresce que o quadro para 1995 inclui também cerca de 3,7 Mc atribuídos ao PRODEP II, embora este programa seja dirigido para a área da Educação e, tal como sucedeu em 1994, não devesse ser incluído no OC&T.

Assim, a comparação do que é mais seguramente comparável, entre 94 e 95, ou seja a despesa indicada como despesa em I&DE dos organismos públicos incluídos nos quadros, passa de cerca de 45 Mc em 94 para cerca de 41 Mc em 95, isto é, decresce em termos reais cerca de 13%, o que tem, obviamente, um significado gravíssimo.

O principal decréscimo verifica-se nas dotações da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) cuja dotação total passa de 23,034 Mc em 94, para 17,621 MC em 95. Nestes montantes estão também incluídos os fundos comunitários dos programas PRAXIS XXI e STRIDE e também as contrapartidas nacionais, verificando-se assim que no ano que se prevê vir a ser o ano de arranque do primeiro daqueles programas, os fundos disponibilizados para a comunidade científica, em lugar de aumentarem, diminuem.

2. Importa ainda sublinhar que, ao contrário do estipulado na legislação em vigor o OC&T, tal como o próprio Orçamento de Estado (OE) do qual deve ser parte integrante, se caracteriza pela ausência de um mínimo de transparência que permita quer à AR quer à opinião pública apreciar as orientações e os montantes dos dinheiros públicos destinados ao fomento da I&DE em Portugal. Relativamente a 1995, por exemplo, não é possível encontrar no OE registo dos fundos comunitários do PRAXIS que, no OE de 94, estavam incluídos num montante de cerca de 107 Mc respeitantes aos 6 anos de vigência do programa. Também a dotação da JNICT de 17,6 Mc indicada no OC&T para 95 não corresponde aos valores inscritos quer no OE, quer no Orçamento Privativo da JNICT que somam cerca de 9,7 Mc.

Existe assim uma discrepância de perto de 8 Mc entre os documentos apresentados para apreciação pela AR.

É certamente uma verba não desprezável à qual se deverão provavelmente acrescentar pelo menos parte dos 12 Mc inscritos no OE de 94 para o PRAXIS e que não chegaram a ser distribuídos dado o atraso no início de execução do programa. O Ministro Valente de Oliveira, na discussão do OC&T na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, não quis ou não foi capaz de esclarecer nenhuma destas questões. Ocorre relacionar estes factos com a circunstância de se ter retirado à JNICT a gestão do programa PRAXIS, sugerindo uma interrogação sobre o papel que o Governo decidiu agora atribuir nesse campo a outras enti-

95, não tendo já as respectivas despesas de funcionamento (estimadas em cerca de 1 Mc em 1994) sido incluídas no orçamento do INETI.

As surpresas e as inconsistências da "programação" do Governo tornam-se também patentes ao comparar os quadros agora distribuídos com os que foram apresentados há mais de um ano e referentes ao ano de 1994. Enquanto nestes se estimava que a despesa em I&DE, em percentagem do PIB, dos organismos públicos, por um lado, e a despesa total (incluindo empresas e instituições privadas sem fins lucrativos), por outro, atingissem, em 1994, respectivamente, 0,50 e 0,87, nos quadros agora distribuídos os mesmos índices passaram a ser 0,45 e 0,75... De notar que mesmo assim estes índices revistos ainda têm implícito uma "execução prevista" (assim mesmo indicada na proposta de OE para 1995), de cerca de 12,7 Mc do PRAXIS até 31 de Dezembro! Restará assim observar que se a realidade não se compadece com as previsões do Governo... é a realidade que está mal.

3. Se juntarmos a esta falta de rigor e incapacidade de previsão, a completa ausência de controlo, neste domínio, nomeadamente por parte da AR, por total inexistência de condições para o fazer, parece poder concluir-se que o OC&T (que, nos termos da lei, deve ter subjacente à sua elaboração um planeamento plurianual) de facto não existe.

O Governo não cumpre a legislação que ele próprio elabora e destina a seu bel-prazer os dinheiros públicos de que depende a sobrevivência do debilitado sistema científico e tecnológico nacional, fugindo a qualquer veleidade de fiscalização.

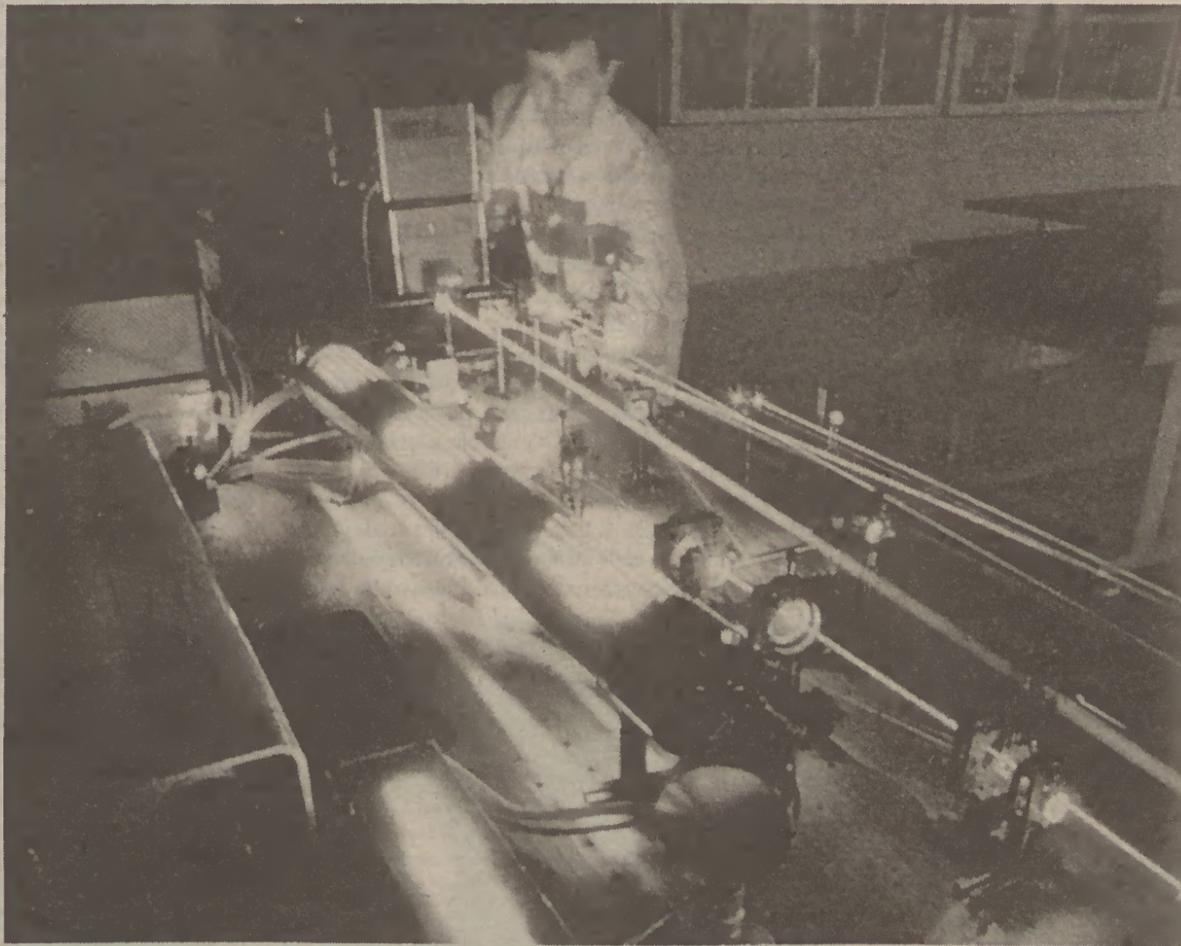
Este estado de coisas, inaceitável numa sociedade democrática, verifica-se numa área de importância crucial para o futuro do país, como é a do desenvolvimento científico e tecnológico.

Urge pois promover um debate sério sobre prioridades, recursos e transparência das decisões na área da Ciência e Tecnologia com a participação da comunidade científica e das suas organizações, e em que as instituições democráticas igualmente se empenhem.

O PCP, para além do alerta em relação a esta matéria que dirige à comunidade cien-

tífica e às suas instituições, torna público que vai propor a chamada do Conselho Superior da Ciência e Tecnologia e o Grupo Permanente para o OC&T criado pela Portaria nº 72/89 de 2 de Fevereiro, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, para a prestação de esclarecimentos.

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP



dades como uma sociedade anónima (de direito privado... e capitais públicos) - a Agência de Inovação S.A.

Outra questão, com importância, é saber o que se passa com as dotações a atribuir ao novo Instituto Tecnológico e Nuclear, resultado da anunciada separação do INETI de parte significativa das suas actividades de I&DE, desenvolvidas nos laboratórios situados em Sacavém, e ainda sem existência legal, mas que aparece em branco no OC&T para

**O Vaticano
afastou
mais um bispo...**

A ética e a moral

■ Jorge André

Monsenhor Jacques Gaillot, bispo da diocese francesa de Evreux, foi afastado das suas funções por intervenção directa de João Paulo II. A medida, tomada a pedido de «centenas de católicos locais» não identificados, não se seguiu a qualquer audição prévia do acusado. Segundo a Santa Sé, terá tido fundamento no facto do bispo ter assumido, repetidamente, posições contrárias às que a hierarquia prescreve em relação ao aborto, ao controlo da natalidade, à ordenação de homens casados, à homossexualidade, etc.

Monsenhor Gaillot é conhecido, em França, pela sua independência face ao poder, pela sua adesão à teologia da libertação e pela luta sem tréguas que tem travado em defesa dos «sem abrigo», dos humildes e dos imigrantes.

A notícia não espanta mas encerra alguns traços originais. É claro que decisões deste género autoritário já anteriormente se verificaram, não só em relação a bispos mas, igualmente, destruindo as carreiras de professores, de outros sacerdotes e de teólogos. Mas que isto aconteça na Europa, é raro. As perseguições mais abertas à «igreja da libertação» têm decorrido, como se sabe, na América Latina. O «caso Gaillot» encerra o reconhecimento implícito de que uma igreja libertadora existe nas catacumbas do capitalismo europeu.

No processo latino-europeu de renovação da igreja católica, tudo passa pela fronteira que separa os conceitos de Ética e de Moral. A Ética, na perspectiva do cardeal Wojtyła, que a ensinou na sua Polónia natal, é «uma tarefa de acomodação e coordenação de toda a actividade moral». Como tal, na igreja, a ética integra-se, como tudo o resto, no eixo vertical da obediência hierárquica.

Para os teólogos da libertação, a moral depende de cada situação concreta. Implica necessariamente, nos casos em que é solicitada, uma situação de ruptura que ela própria não provocou (situações de miséria/opulência, corrupção e repressão, etc.). Não cataloga pecados, como nos catecismos. Perante cada situação-limite é autónoma e decide. À ética formal apenas vai buscar uma metodologia. Por exemplo, da ética conciliar basta-lhe saber que a opção preferencial da igreja é pelos pobres. Depois, cada católico da libertação é um teólogo que escolhe, por si mesmo, os meios e as formas que cada situação concreta exige a fim de que o pecado da pobreza seja eliminado.

Todos estes elementos de contraste coexistem nesta deplorável história de Monsenhor Gaillot o qual, segundo rezam os noticiários, «pensa ir dentro de algum tempo para um mosteiro onde a oração e reflexão o guiarão sobre o caminho a prosseguir» («Voz da Verdade», n.º 3238, 22.1.95). As tenebrosas práticas de que a igreja nunca se desabituou...

Pobre do bispo de Evreux, pobres dos irmãos Boff de quem nunca mais se falou, pobres daqueles que no seio da igreja católica institucional ousam pensar e agir, um pouco que seja, à margem da hierarquia. O que interessa ao Vaticano é a obediência e não que os padres lutem pelos que não têm tecto, nem trabalho, nem pão.

Pobres de todos esses. Mas a sociedade é assim. Cimenta-se sobre os corpos dos mártires desconhecidos. Dos que ousam lutar. Dos que se atrevem a violar dogmas e barreiras.

O «caso de Monsenhor Jacques Gaillot» representa uma extraordinária lição para os bispos portugueses.



O milagre de Cavaco Silva

■ J. Ferreira Tão

Em entrevista ao canal da TV 2, no programa «Vice-Versa» de Dezembro último, o eurodeputado António Capucho, num discurso eleitoralista, teceu elogios ao governo, tendo afirmado, entre outras coisas, que todos os indicadores socioeconómicos começavam a ser positivos, à excepção do desemprego. Mais, que o País estava no bom caminho e que havia da parte de alguns críticos ao executivo de Cavaco Silva a tendência para se dizer muito mal, apresentando-se o País numa forma miserabilista. Acrescentou que fosse tomado, como exemplo, a inflação que de há muitos anos a esta parte nunca fora tão baixa como presentemente. Porém, não nos lembramos de ter ouvido aquele Sr. referir-se aos cerca de 200 milhões de contos que foram transferidos para o exterior no 1º semestre de 94 (mais 25% em relação a igual período de 93) o que reflecte, a nosso ver, a falta de confiança neste governo da parte daqueles que o elegeram.

Ao escutar-se aquele deputado de palavra fácil, num ambiente calmo que os entrevistadores lhe porporcionaram, criava-se no telespectador a sensação de que tudo o que ali fora dito era irrefutável, verdadeiro. Dir-se-ia que estávamos no melhor dos mundos possíveis...

Contudo, um observador atento à realidade portuguesa sabe que não é assim: a situação socioeconómica da nossa sociedade é de crise generalizada, com reflexos muito negativos para aqueles que vivem apenas do seu trabalho, com a agravante de que a taxa de desemprego continuará a subir durante o presente ano, o que só por si é suficiente para denunciar a tão apregoada retoma económica. Também o consumo se encontra em queda.

Vejamos, em poucas linhas, como o governo de Cavaco Silva combateu o flagelo da inflação que o eurodeputado do PSD tanto enfatizou:

1º - limitou ao máximo possível o aumento dos salários, diminuindo, significativamente o poder de compra dos trabalhadores, tornando inacessível a compra de muitos bens. A taxa de poupança (% do rendimento disponível) teve uma quebra da ordem dos 100% em 93 em relação a 1989, ou seja, em 93 foi de 8.1%, quando em 89 tinha sido de 16,1%;

2º - baixou os preços dos produtos agrícolas, alimentares e outros com a abertura da fronteira aos bens estrangeiros. Estes, colocados nos mercados a preços baixos e com boa aparência, rapidamente conquistaram os consumidores, arruinando os nossos pequenos e médios empresários;

3º - restringiu e continua a restringir fortemente a compra de bens duradouros, nomeadamente a aquisição de automóveis, através de impostos (as vendas em 94 tiveram uma quebra significativa em relação a 93);

4º - a crise económica que o governo-do-«menos Estado, melhor Estado» não quis gerir para limitar as graves consequências sociais, criou as condições para que o investimento produtivo fosse o pior dos últimos anos. Na verdade, a taxa de crescimento em volume de bens de equipamento que tinha sido em 92 de (6,0%), em 93 e 94 desce para valores negativos. A título de exemplo e segundo dados do Banco de Portugal, a venda de carros pesados no 2º trimestre de 94 foi de (-25,4%) em relação a igual período de 1993. Esta situação restringe a criação de postos de tra-

balho, mas beneficia a política do governo, uma vez que, não havendo importações destes bens de equipamento, a evolução da taxa de inflação não é afectada;

5º - o encerramento de fábricas, as reestruturações nas empresas, o uso de novas tecnologias, agravaram fortemente o desemprego, originando um exército de reserva, cuja força de trabalho se encontra desvalorizada, sem possibilidades de reintegração a curto prazo na esfera produtiva, e retira capacidade reivindicativa a todos os trabalhadores por conta de outrem;

6º - os compromissos assumidos com o Sistema Monetário Europeu, por parte do governo português, que obrigam a que o escudo só possa desvalorizar dentro de parâmetros rígidos, limitaram toda uma política de interesse nacional e de posicionamento estratégico do nosso sector exportador, tornando-o menos competitivo e inviabilizaram a existência de muitas empresas. Como consequência desta política, uma vez mais foram (são) os trabalhadores a pagar a factura com despedimentos e salários em atraso, acabando por ter reflexos negativos na Segurança Social que se encontra em difícil situação financeira. Mas, logo o sistema capitalista esfrega as mãos de contente: as companhias de seguros estão «aptas» a oferecerem alternativas à Segurança Social. O negócio é chorudo, e a T.V., como aparelho ideológico por excelência, tem «massajado» os telespectadores com sugestões de que as companhias de seguros são as únicas entidades capazes de garantirem a segurança social ou de a completarem, já que, segundo os homens do governo, o Estado não tem possibilidades de, só por si, garantir aos cidadãos deste País a segurança social.

Foi este o quadro em que o governo se movimentou para baixar a taxa de inflação: limitou o consumo dos Portugueses, sacrificando milhares de trabalhadores e de famílias com restrições que colocam Portugal na cauda da UE. Mais, o fosso que nos separa destes Países tem vindo a aumentar. A convergência social com a Europa está cada vez mais distante, excepto nos impostos. E assim, para este ano, tivemos mais um pacote: IVA (+1%), Imposto Automóvel (+4%), gasolina (+2,6%) e gasóleo (+3,9%). Mais uma vez se contém o consumo através dos impostos.

Pode o leitor ser levado a pensar que o autor deste texto é partidário da inflação. Respondemos-lhe que não. Mas não podemos aceitar que esta seja contida em tão curto intervalo de tempo e tão drasticamente, acarretando custos sociais incalculáveis, principalmente para quem vive do trabalho. Para mais, uma economia como a nossa, que não produz bens de equipamento diversificados e em fase de crescimento, não deixaria de originar uma certa inflação. A política correcta assentaria no seu controlo dentro de parâmetros razoáveis, garantindo consumos e bem estar aos Portugueses de modo a criar um mercado interno dinâmico e amplo e não o desemprego, a contenção de salários, das reformas e das pensões. A este propósito, o Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio de Outubro de 94 é explícito: o factor mais limitativo à actividade deste Sector é a insuficiência da procura.

Este ano é ano de eleições. É tempo dos Portugueses se libertarem deste governo «autista» que só zela pelos seus interesses que são os dos grandes grupos económicos.



Kursk (2)

A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

Desenha-se uma grande derrota da «Wehrmacht»

Como notámos, o ataque alemão que iniciou a primeira fase (defensiva) da acção do Exército Vermelho na batalha de Kursk, teve lugar na madrugada de 5 de Julho de 1943. O general Pukov (13.º exército), tendo obtido informações através de prisioneiros de que tudo estava preparado para as três da manhã, telefonou a Rokossovski. (1) Este, por sua vez, dirigiu-se a Jukov pelo rádio-telefone: «Que vamos fazer?» Jukov coordenava as operações das Frentes soviéticas em nome da «Stavka» e como adjunto do Comandante Supremo. «Não temos tempo a perder», respondeu. «Dê ordens para que a contrapreparação da nossa artilharia comece imediatamente. Informei Stalin.»

Gigantescas batalhas de tanques

Os dois históricos generais do Exército Vermelho, da URSS e das forças mundiais antinazis, encontraram-se logo a seguir no quartel-general da Frente Central onde o movimento de pessoal era intensíssimo e se destacava o trabalho febril do Chefe do Estado-Maior, Malinin, e do general Boikov, Chefe de Operações da referida Frente. A contra preparação começara às 02.20 da manhã utilizando foguetões M-31 e as já famosas rampas de foguetes «Katiuchas». A distância entre os dois campos inimigos não ultrapassava os 20 quilómetros. Mas a tarefa da aviação soviética, a meio da noite, não foi tão efectiva como se tinha esperado. Os alemães abriam fogo de preparação e ao romper da manhã conseguiram, de facto, pôr os seus exércitos em movimento e ganhavam, rapidamente, uns cinco ou seis quilómetros. A «Luftwaffe» estava no ar, o que provava ter a contrapreparação soviética falhado nos objectivos de destruição das pistas e dos aparelhos que nelas depositavam. Mais tarde, Jukov diria que essa contrapreparação de artilharia por parte das Frentes Central e de Voronezh deveria ter começado 30 ou 40 minutos mais tarde. De qualquer maneira, a batalha de Kursk estava em curso.

Durante todo esse dramático dia 5, sucederam-se as vagas de ataques dos alemães. Mas a resistência de todo o sistema defensivo soviético susteve a impetuosidade desses ataques dando lugar a pesadas perdas no campo nazi. A 6, os hitlerianos lutavam, desesperadamente, para conseguir romper em massa através da saliência onde as duas Frentes de exércitos soviéticos operavam. Isso, como sabemos, permitir-lhes-ia uma vasta operação de envolvimento contra as outras formações do Exército Vermelho que se concentravam nas zonas de Orel, a norte, e de Belgorod e Kharkov, a sul, abrindo-lhes caminho, eventualmente, para Moscovo. Em certos sectores, os alemães tinham conseguido penetrações de cerca de dez quilómetros. Mas as perdas sofridas, em vidas humanas e em material, eram colossais. O mesmo se notava entre as forças soviéticas que defendiam esses sectores. A 7, formações «Panzer», reagrupadas, avançavam em direcção a Poniri. Mas, atingidas pelo fogo de artilharia e da aviação soviéticas muitas desses carros de combate tornavam-se pasto das chamas e ardiavam, lugubrememente, na vastidão onde se desenrolavam os combates. Exércitos inteiros, com milhões de homens nos seus efectivos, dependiam do resultado das batalhas de tanques que se travavam, agora, em toda a zona de Kursk. A 8, no sector de Olkhoverka, a 3.ª Brigada de Artilharia Anti-Tanque, do coronel Rukosuiev, cobriu-se de glória ao enfrentar uma formação inimiga que se compunha de mais de 300 tanques. Era altura, agora, de entrarem na batalha as tropas da Frente de Bryansk (Popov).

O telefonema de Stalin denotava ansiedade: «Camarada general Jukov: quando pensa que o general Popov estará em condições de agir?» A resposta do representante da «Stavka» naquilo que era já uma imensa batalha, foi clara: «A partir do dia 12, camarada Stalin.» Os nazis, temendo a possibilidade de envolvimento por parte da Frente de Bryansk e reconhecendo as dificuldades que enfrentavam na zona de Kursk, (2) fizeram deslocar forças substanciais para Orel, mais a norte, onde, todavia, o general Popov as esperava. O comando soviético tinha, por assim dizer, tomado o pulso à capacidade do inimigo. Tornava-se evidente que o seu poderio era superior entre os grupos de tropas que lutavam na área de Belgorod onde as respectivas operações eram comandadas por von Mannstein. (3) Aí, as iniciativas de ataque dos hitlerianos tinham produzido sangrentos combates, a 6, principalmente. No sector de Oboian tanto os nazis como as tropas da Frente Steppe (Konev) perderam centenas de aviões, tanques e peças de artilharia móvel. O 6.º exército (Guardas) e o 1.º exército de Tanques pertencentes àquela Frente, sofreram devastadores e furiosos assaltos em Oboain e Prokorovka. Em Karochka, o 7.º exército (Guardas) comandado por Chumilov, dava combate a um grupo de cerca de 200 tanques nazis. Mas estes exércitos soviéticos receberiam importantes reforços, a 7.

Nesse dia, o choque entre as duas mais poderosas forças militares do mundo, lutando naquela que ficou na História como a mais espectacular batalha de sempre e a que mobilizou maior número de efectivos, atingia proporções jamais vistas. Centenas de tanques em chamas transmitiam a toda a cena um desastroso e terrível aspecto. No entanto, novas unidades de carros de combate avançavam sempre, umas contra as outras, e o ruído produzido por toda aquela infernal maquinaria que gemia, paralisava, explodia, ou avançava sobre novos objectivos, punha em tudo um significado novo: a «Wehrmacht» vivia os seus últimos momentos como força de ataque; o Exército Vermelho, agora, era senhor da nova situação e, na verdade, do destino da guerra.

Inferno em Prokorovka

Regressemos à zona da saliência de Kursk. As tropas da Frente de Voronezh (Vatutin) sob densa e permanente cobertura aérea e apesar das grandes baixas sofridas na sua primeira zona defensiva, tinham conseguido, na segunda, suste as investidas dos alemães. Mas, em certos sectores, a ferocidade com que unidades especiais soviéticas barravam o caminho ao inimigo, não impediu que este tivesse conseguido fazer penetrar parte das suas forças. Os 2.º e 5.º Corpos de exércitos de Tanques (Guardas) com a colaboração de diversas divisões de infantaria de choque e de artilharia móvel, tudo trazido de outras direcções, opuseram-se àquelas perigosas penetrações e, heroicamente, destruíram, em dois dias de combates, mais de 200 tanques. A 11 de Julho, lutava-se, agonizava-se, morria-se, ou vencia-se, no sector de Prokorovka. O Comando Supremo mandou para lá o 5.º exército (Guardas) e o 5.º exército de Tanques (Guardas) que, a 12, entravam em combate utilizando mais de 800 carros de combate. O comandante deste exército de tanques era o general P.A. Rotmistrov.

Stalin ordenou a Jukov que voasse do seu posto de comando junto da Frente de Bryansk para a zona de Prokorovka com vista à coordenação das operações da Frente de

Voronezh que se posicionava no terreno à direita da Frente Steppe. O comando soviético, evidentemente, temia que os nazis acabassem por ser capazes de avançar, solidamente, naquela área. Konev (Frente Steppe) voou, também, para Prokorovka. A 13, chegou Vasilievski. E nos ares, rolavam nuvens de poeira e de fumo enquanto no terreno seco e ardente o fogo devorava máquinas de todos os tipos. Imobilizados, corpos de soldados, aos milhares. Experimentava-se o nauseabundo odor de carne humana carbonizada. O sol brilhava intensamente. E ninguém sabia se a guerra travada em pleno Verão seria menos ou mais cruel do que os meses malditos de combates na neve à volta de Moscovo, em Leninegrado, em Stalingrado. Era a guerra. Ontem, morria-se na neve e no frio. Agora, comia-se a terra quente; o fumo, denso, fazia sofrer. Fogos crepitavam, furiosos, e os aviões roncavam, nos ares, poderosamente, e faziam medo.

Mas, a 16 o inimigo começou a denunciar as consequências do desgaste e da exaustão das suas tropas e do seu material e equipamento. Os seus ataques perderam ímpeto, finalmente, e suspenderam-se. A 17, a retirada nazi daquele terrível sector que era o de Prokorovka tornava-se clara. E os generais soviéticos puderam, então, analisar de perto os detalhes da planeada contra-ofensiva das Frentes de Voronezh e Steppe. Ainda se combatia, porém, na área das explorações agrícolas estatais «Komsomolets» e em Ivanovskiye Viselki. A 18 de Julho, os exércitos dos generais Rotmistrov e Zadov apenas tinham conseguido recuperar 4 ou 5 quilómetros de terreno. O 6.º exército (Guardas), de Chistiakov, mostrou-se completamente incapaz de perseguir o inimigo e impedi-lo de retirar para posições defensivas. Ninguém dormira ou experimentara um só momento de descanso desde o dia 4 de Julho. Chegaram àquelas áreas outras forças do Exército Vermelho: o 18.º Corpo de exército de Tanques (major-general Bakarov), o 29.º (major-general Kirichenko) e parte dos efectivos do 53.º exército, do general Managarov. A 23, porém, quase todas as principais formações nazis tinham sido forçadas a retirar para os locais de onde haviam partido para a batalha de Kursk — as zonas defensivas de Bryansk e de Orel e, principalmente, de Belgorod.

A batalha defensiva travada pelo Exército Vermelho em Kursk, Orel e Belgorod constituiu um dos maiores confrontos da Grande Guerra Patriótica da URSS e de toda a Segunda Grande Guerra Mundial. Nesse período, os mais poderosos grupos de forças nazis sofreram irreparáveis perdas. Muitos, foram simplesmente destruídos. A capacidade germânica para fazer frente aos novos exércitos soviéticos, tão propagandeada pelos serviços de Goebbels e não só, não existia. E Adolf Hitler, incapaz de compreender que o futuro da guerra dependia de um conjunto de factores militares, estratégicos, políticos, morais e materiais, entrara numa furiosa e histórica nova campanha de substituição de generais. A segunda fase da batalha de Kursk, a da decisiva contra-ofensiva soviética, começaria a 3 de Agosto de 1943.

(1) No comando da Frente Central.

(2) Onde operavam as Frentes Central (Rokossovski) e de Voronezh (Vatutin).

(3) «Grupo de Exércitos Sul» de que faziam parte, entre outros, o 4.º exército «Panzer», o 6.º exército, e a Força de Operações Especiais «Kempf».

Álvaro Cunhal em Penamacor meio século depois

Lembrar uma Companhia por causa dos



Foram feitas muitas perguntas a Álvaro Cunhal sobre a localização das diversas dependências do antigo quartel



Duas horas de conversa com a população sucederam-se à visita

A convite da Assembleia Municipal de Penamacor, Álvaro Cunhal deslocou-se no domingo passado a Penamacor, local onde há 55 anos cumprira parte do Serviço Militar Obrigatório numa Companhia Disciplinar. Uma visita que serviu fundamentalmente para ilustrar as diferenças do Portugal de Abril daquele outro que durante quase meio século os comunistas combateram determinadamente: o do fascismo. Uma visita a uma terra onde nos órgãos autárquicos não existem eleitos comunistas e cujo convite foi em si prova de uma das conquistas da Revolução: a democracia de instituições como as que fazem o Poder Local.

Em 1939 Álvaro Cunhal, então um jovem membro do Secretariado do PCP, havia já sido preso por motivos políticos. Chamado à tropa, apresenta-se onde fora destinada a sua colocação: o quartel de Artilharia 3 em Lisboa. Lá fica a saber que não poderá ser o oficial miliciano que as suas habilitações permitiriam e que não poderá cumprir o Serviço Militar Obrigatório numa companhia vulgar: será assim transferido para a Companhia Disciplinar de Penamacor, onde ficará alguns meses de 1939 e 1940.

A visita de domingo passado, à mesma terra que Álvaro Cunhal conhecera há 55 anos, iniciou-se com uma curta sessão solene, onde estiveram os membros da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara, José Luís Gonçalves, e muitos populares - ficou gente fora da sala - que desde a altura em que Álvaro Cunhal chegou à vila até ao fim desta estada, acompanharam todos os passos do dirigente comunista.

O Poder Local de Abril

Manifestando-se honrados pela presença de Álvaro Cunhal na vila, o presidente da Assembleia Municipal, António José Seguro, e o presidente da Câmara explicaram o convite pela influência que pessoas como o presidente do Conselho Nacional do PCP tiveram ali, ao passar pela Companhia Disciplinar, demonstrando aos penamacorenses a realidade negra do fascismo. José Luís Gonçalves chegaria a utilizar o termo «figura mítica em Penamacor» para expressar melhor a sua ideia.

No final da sessão, Álvaro Cunhal agradecerá o convite da edilidade e referirá ser esse convite unicamente possível pela democracia conquistada com o 25 de Abril e por essa outra realidade feita pela Revolução, que se chama Poder Local, de aspectos únicos na Europa.

Uma casa que mudou

Iniciou-se então a visita às antigas instalações da Companhia Disciplinar e, depois de atravessar a vila entre aplausos da população, chegou-se finalmente junto ao antigo quartel.

Álvaro Cunhal, os membros das instituições municipais de Penamacor, jornalistas e as dezenas de populares que os acompanhavam, deparam com as mudanças que o tempo e a mudança de regime permitida pelo 25 de Abril provocaram no edifício: ali agora funcionam o Tribunal Judicial, a Repartição de Finanças, uma Biblioteca e um excelente Museu Municipal, orgulhosamente mostrado pelo seu director e onde o dirigente comunista escreveria no livro de honra aquilo que, certamente, ilustra as razões para ter aceite o convite para esta viagem: «a visita a este belo museu no mesmo local onde, nos tempos da ditadura fascista, estava instalada uma companhia disciplinar, é um testemunho dos valores que Portugal conquistou com a conquista da liberdade e da democracia alcançada com a Revolução de Abril».



O antigo quartel situa-se numa das mais belas zonas de Penamacor

Um copo e uma patanisca

Em quase todas as suas declarações Álvaro Cunhal pôs a tónica precisamente nas diferenças entre o Portugal do tempo do fascismo e o Portugal de Abril, mesmo quando contava alguma pequena história a propósito da sua presença na vila em 1939.

Histórias que foram surgindo à medida que se caminhava e se recordava este ou aquele lugar.

Logo ao chegar ao largo fronteiro ao antigo quartel, a «comitiva» foi interrompida na sua marcha para alguém recordar a Álvaro Cunhal que pela porta de um quintal ali à vista se entrava numa tasca onde os soldados iam. «Recordo-me perfeitamente: bebia-se um copo e comia-se uma patanisca». O homem que fizera surgir a recordação iden-

tifica-se como filho da dona do local. Álvaro recorda a solidariedade e simpatia das pessoas de Penamacor para com os soldados do pelotão disciplinar, e a pobreza de muitas dessas gentes «no Inverno só comiam castanhas, que generosamente partilhavam connosco».

Formar a quatro

Muitas perguntas foram feitas ao dirigente comunista para este precisar a localização das antigas instalações: «onde é que ficava a sua caserna?», «havia cavalariças?», etc. Álvaro Cunhal foi respondendo na medida da possibilidade que a memória de acontecimentos ocorridos há 55 anos pode permitir.

Episódios foram surgindo, como aquele contado na parada interior do antigo quartel - hoje campo de jogos - quando a dada altura o pelotão formava com apenas quatro soldados para as ordens de um oficial dois sargentos e dois cabos. «Cheguei a pedir que nos ensinassem a formar a quatro...».

O que mudou

Finda a visita às instalações do quartel, seguir-se-iam, já numa sala do edifício da Câmara Municipal, duas horas de conversa entre o convidado e a população de Penamacor,

numa entrevista onde se falou do passado mas também das preocupações que actualmente existem com a democracia portuguesa.

Álvaro Cunhal, antes de começar a responder às perguntas que lhe seriam postas, disse que esta visita, depois de ter estado em Penamacor há mais de 50 anos, na Companhia Disciplinar, deu uma imagem da diferença da situação do nosso país entre a ditadura fascista de 48 anos e aquilo que foi alcançado com a Revolução de Abril.

«Num sítio tão belo como é esta terra esteve durante alguns anos uma Companhia Disciplinar para onde eram enviados presos da mais diversa natureza e também cidadãos que pelas suas actividades políticas antifascistas não podiam fazer o serviço militar nos quartéis para onde tinham sido distribuídos após o apuramento. Creio que a lembrança que desse tempo poderia ter de Penamacor era de reserva, era de amargura, por a sua terra e um dos sítios mais belos dessa terra estar ocupado com uma instalação desse tipo».

Em contraste, Álvaro Cunhal disse que hoje se visita esse «sítio bellissimo e aquilo que era o testemunho de uma ditadura, de uma violência, é agora um testemunho de liberdade, de democracia, de progresso. É um testemunho daquilo que se alcançou com a Revolução de Abril».

■ Texto de
Pedro Tadeu
■ Fotos de
Jorge Caria

Disciplinar combates de hoje

A conversa é como as cerejas...

Durante toda a visita a Penamacor as histórias e episódios contados por Álvaro Cunhal a propósito da sua estada em 1939 na Companhia Disciplinar foram, naturalmente, sucedendo-se. No encontro de duas horas com a população, a conversa estendeu-se e, como as cerejas, vieram agarrados os assuntos mais diversos. Em discurso directo, ficam aqui duas das histórias escutadas:

A tropa disponibiliza fundos para o PCP

«Eu era membro do Secretariado do Comité Central do PCP. Dois meses depois de vir para aqui dois camaradas meus, Francisco Miguel e Ludgero Pinto Basto, foram presos. Foi necessário eu apressar a minha estada aqui. Tentei apressar os acontecimentos, fiz uma greve da fome de, creio, 18 dias e acabei por ir para um hospital de Coimbra. Voltei para aqui com outros dois soldados que também tinham feito a greve. O comandante dizia aos que cá estavam "eles vêem, voltam, mas ficam aqui até ao fim!" Mas nós voltamos livres à Junta.

«Já hoje confirmei que daqui até à estação da Fatela são 18 quilómetros. O capitão, para nos castigar por termos ficado livres da companhia disciplinar, não nos concedeu o transporte de camioneta até ao comboio. Ficou uma situação complicada: 18 quilómetros a pé para quem tinha acabado

de fazer uma greve da fome...

«Dirigi-me a um Tenente, que era o responsável pelas finanças da Companhia e disse-lhe que me responsabilizava pessoalmente pelo dinheiro que ele me adiantasse, devolvendo-o quando chegasse a Lisboa.

«Assim foi: mandei de Lisboa o dinheiro acompanhado de uma carta irónica em que agradecia ao Tenente "ter disponibilizado os fundos da Unidade para as despesas que foram necessárias".

«Eu fui preso em Maio de 1940 e então a PIDE, que ficou com uma cópia dessa carta que estava em meu poder, andou a tentar saber qual era a unidade militar que punha os recursos financeiros à disposição do PCP. Claro, eu nunca disse qual...»

Balas nas espingardas da Companhia Disciplinar

«Uma altura um preso morreu porque o sargento

que estava de serviço foi para casa e, quando foi necessário levá-lo ao hospital, não o fizeram. Depois fomos nós, os soldados, que foram fazer o desfile de honra no funeral para o cemitério, tendo sido decidido que no final dispararíamos uma salva de tiros.

«Tiveram que arranjar fardas minimamente decentes, luvas brancas, etc. Mas o que é que foi discutido? Foi discutido que esta era uma Companhia Disciplinar e dar oportunidade aos soldados de fazer fogo com balas reais era perigoso. Pensar que poderia haver um incidente num funeral de um nosso camarada!

«Ainda puseram a hipótese de usar balas de pau, mas acharam que mesmo assim isso poderia ser perigoso. Solucionaram então a questão com umas buchas bem fortes de algodão e de uma matéria que escolheram que meteram nos cartuchos.

«Nós chegamos ao cemitério com toda a solenidade, pela primeira vez a Companhia Disciplinar desfilava nas ruas, chegamos ao cemitério. Dão-nos as vozes de comando. Puxamos as barulhentas culatras atrás. Finalmente dá-se a ordem de fogo... E o «fogo» que sai é um apenas barulhinho; pshh! pshh!».



Álvaro Cunhal visitou também o Museu Municipal situado numa parte do edifício da antiga Companhia Disciplinar

Comunistas das Beiras reúnem-se em Idanha-a-Nova



Os comunistas das Beiras aproveitaram a ida de Álvaro Cunhal a Penamacor para organizar, em Idanha-a-Nova, um almoço onde, no final, o presidente do Conselho Nacional do PCP, interveio para falar aos muitos presentes sobre o actual momento político e as perspectivas que se abrem para o Partido e para a CDU no contexto da construção de uma alternativa democrática para o país



Muitas pessoas de Penamacor acompanharam a visita

«Alternativa» rompe com maioria no Sindicato dos Seguros do Sul

A tendência unitária «Movimento Alternativa» comunicou anteriormente oficialmente que se desliga da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas, onde estava representada desde o final de 1992. Sobre os motivos desta ruptura e as perspectivas que se colocam para os tempos mais próximos, conversámos com José Manuel Jorge (trabalhador da Tranquilidade), José Manuel Gueifão (da Império) e Augusto Fidalgo (trabalhador da Bonança e até agora membro da direcção do STSSRA).

Começando por recordar o que significou o acordo firmado em Maio de 1992 e que levou à constituição da lista de coligação eleita em Outubro desse ano para a direcção do sindicato, José Gueifão refere que «nunca escamoteámos as divergências que nos separavam, mas face à ofensiva do patronato era necessário procurar a maior unidade possível para enfrentar os problemas». E se «nos primeiros meses» o acordo de cooperação com a tendência socialista teve «resultados positivos», ele foi «logo à partida ensombrado por alguns aspectos».

E recorda o que o Movimento Alternativa então denunciou: «Os elementos socialistas cuidaram de obter para si um conjunto de benesses que a ética sindical desaconselha, que os estatutos do sindicato proibem e que nós recusámos: subvenções, prémios de presença, complementos de ordenado».

Além disso, «um dos aspectos fundamentais que nos levaram a participar nesta lista de coligação foi a alteração profunda da dinâmica sindical: fomentar a participação dos trabalhadores na vida do sindicato, fazer deste um sindicato aberto a todas as correntes de opinião, um sindicato reivindicativo que denunciasses os atropelos praticados diariamente pelo patronato e pelo Governo e que estivesse disposto a lutar por melhores condições de vida, pelos trabalhadores e com os trabalhadores. Nada disso aconteceu. O patronato continuou a desenvolver e intensificou a sua política, sem nenhuma acção de resposta por parte da direcção do sindicato.»

Começou com a tabela de 1993...

Na negociação da tabela salarial de 1993, surgiu o primeiro momento de ruptura: «A maioria da direcção acordou com o patronato uma tabela lesiva dos interesses dos trabalhadores. Fê-lo juntamente com o Sindep, um sindicato do PSD que nós consideramos que está ao serviço do patronato. Na altura, dissemos várias vezes que era um erro estratégico, quer por lesar os trabalhadores, quer por abrir ao patronato possibilidades, que se vieram depois a confirmar, de intensificar a sua ofensiva.»

Augusto Fidalgo sublinha que, «até este momento, todas as acções de luta se tinham desenvolvido em unidade com o sindicato do Norte, mantendo sempre no isolamento o sindicato dos patrões», pelo que «a posição da maioria da direcção do Sul ainda tem mais essa agravante: abandonaram o sindicato aliado, que continuou a lutar sozinho, para irem atrás da posição dos patrões».

Em 1994, a situação «agravou-se drasticamente», retoma José Gueifão. «Os dois sindicatos, o nosso e o do Norte, subscrevem uma proposta única de tabela salarial e desenvolvem acções em torno dessa

proposta; o patronato coloca-se numa posição irreductível, condicionando a discussão da tabela salarial à aceitação de uma revisão dos complementos de reforma e de doença.»

Para a tendência unitária, tal exigência «era perfeitamente ilegal: os sindicatos denunciaram unicamente a tabela salarial, não estávamos em ano de revisão contratual, não havia nenhuma proposta de revisão de qualquer matéria para além dos salários; como tal, não tinha qualquer base

Chegou a hora de dizer «basta!» e passar à acção junto dos trabalhadores para defender os complementos de reforma e aumentos salariais justos em 1995



legal a chantagem do patronato. Urgia desmascarar e combater firmemente a imposição patronal e lutar por aquilo a que os trabalhadores tinham direito.

«Neste ano, os trabalhadores desenvolveram acções de luta como há muito não se via, com destaque para duas greves, uma de sete horas ao longo de uma semana, e outra de um dia inteiro, com uma importante adesão. Só que, infelizmente, a maioria da direcção tratou rapidamente de desvalorizar estas lutas.»

Preferiu apresentar ao patronato um pré-compromisso negocial, aceitando a revisão dos complementos de reforma. «Também aqui deixaram o sindicato do Norte sozinho» - comenta José Manuel Gueifão.

Em 1994, não houve revisão da tabela salarial. O pré-compromisso acabou por não ser assinado.

Em 1995, a situação «é pior ainda», uma vez que «o patronato entende que só depois de se reverem os complementos de reforma é que será possível negociar a tabela salarial, e a direcção do nosso sindicato dá indicações de que está disposta a ceder em tudo o que os patrões pretendem» - constata José Gueifão, lembrando declarações públicas do próprio presidente do sindicato.

Sindicalismo degradado

Na direcção do STSSRA, os representantes da tendência unitária foram excluídos. «A estrutura própria foi ilegítimamente substituída pela chamada *troika* da área da presidência e nós não somos ouvidos nem achados» - diz José Manuel Jorge, defendendo que deixou de

haver funcionamento democrático e o acordo que esteve na base da lista de coligação não está a ser cumprido.

Augusto Fidalgo refere que «vai começando a ficar clara a estratégia que foi definida para o sindicato, intimamente ligada aos objectivos da conferência da UGT sobre organização. Têm tido uma política verdadeiramente desastrosa a nível, por exemplo, da gestão de pessoal. Semearam o pânico para reduzir o pessoal, embora empreguem amigos, filhos, enteados...

A maioria que domina a direcção do Sindicato desvalorizou as importantes lutas desenvolvidas em 1994 pelos trabalhadores, acusa a tendência unitária. (foto da concentração, com corte de trânsito, frente à sede da APS, no «aviso» de 24 de Março)

O funcionamento está cada vez mais burocratizado, parece mais uma repartição pública, não tem nada a ver com uma estrutura de trabalhadores. Querem aniquilar o sindicato e transformá-lo numa mera secção da UGT para os seguros, tal como desejam fazer noutros sectores. Na verdade, o que defendem é aquilo que estão a pôr em prática no sector e que se revela na forma como conduzem as negociações com o patronato: é o compromisso nas cúpulas, é a cedência, é a troca de interesses, tudo isto sem luta».

A propósito, José Gueifão



José Manuel Jorge

recorda que, «no conselho geral em que propusemos a continuação da luta, a maioria da direcção disse simplesmente isto: «não aceitamos qualquer acção de luta agora, porque estamos a travar reuniões de gabinete com a APS»».

José Manuel Jorge cita um facto «demonstrativo de que estes homens estão no sindicato mas não para lutarem, não para defenderem os interesses dos trabalhadores: todas as acções que foram levadas a cabo em 1994 resultaram do empenhamento dos elementos do Movimento Alternativa na estrutura sindical aos diversos níveis. A maioria está tão afastada dos trabalhadores dos seguros, que a primeira proposta que então apresentou foi de uma semana inteira de greve, num sector onde havia



mais de dez anos que não se promovia qualquer tipo de luta».

«Foi difícil avançar para a greve em 1994», recorda, salientando que o sucesso das paralisações «passou pela realização de plenários, por contactos constantes e persistentes, pela recolha de mais de oito mil assinaturas para um abaixo-assinado entregue na Associação Portuguesa de Seguros...»

E, se nessa altura «houve um crescendo de apoio à luta», «neste momento, vive-se um grande descrédito relativamente ao sindicato, motivado pela traição, pelo abandono da luta em favor das negociações de gabinete».



Augusto Fidalgo



José Manuel Gueifão

Impõe-se intervir contra novos conluíus

A maioria instalada na direcção do STSSRA «prepara-se para traír os trabalhadores na negociação do CCT que se está a iniciar, sem qualquer auscultação à classe, sem qualquer discussão das propostas que o sindicato deverá defender, sem um mínimo de luta, prepara-se simplesmente para assinar todos os conluíus que entender com o patronato» - alerta José Guelfão.

Os sindicalistas do Movimento Alternativa afirmam-se muito preocupados com o que a direcção do STSSRA se prepara para fazer nos tempos mais próximos. Augusto Fidalgo avança uma previsão: «Já disseram que não assinarão nada sem antes fazerem um referendo. Mas sabemos o que são referendos promovidos por esta gente. Ainda não há muito tempo se viu, nos Bancários. Aqui também querem fazer a traição e depois vir com um referendo perfeitamente dirigido e chantagista, em que os trabalhadores não têm opção e são forçados a aceitar aquilo que é o desejo da direcção e do patronato. Contra esse referendo vamos ter de começar, desde já, a combater.»

«Em 1994, se o sindicato do Norte e o Movimento Alternativa têm fraquejado na denúncia e no combate à posição da direcção do STSSRA e do Sisep, eles teriam assinado já no ano passado a venda dos direitos, não tenho qualquer dúvida. E não tenho dúvida também de que se preparam para vender muitos outros direitos. São eles próprios que propõem ao patronato a constituição de uma comissão técnica para negociar de imediato as alterações ao contrato colectivo de trabalho, mas os trabalhadores desconhecem em absoluto qualquer proposta de alteração ao CCT feita pela direcção do sindicato, não foram chamados minimamente a participar.»

«Perante a perspectiva da cedência da direcção às pretensões do patronato, impõe-se intervir», sublinha José Manuel Jorge, apontando algumas linhas de acção no imediato: «Não podemos ficar à espera que da parte deles surja qualquer iniciativa para defender o contrato colectivo e uma melhor proposta para a tabela salarial. Estão previstas reuniões nas empresas, plenários de trabalhadores, outro tipo de tomadas de posição e denúncia pública. Não podemos deixar campo livre ao Sisep e à direcção do Sul para que vendam de bandeja o que tantos anos levou a conquistar.»

A forte implantação da tendência unitária foi confirmada nas eleições anteriores ao acordo, em que recolheu cerca de um terço dos votos. Augusto Fidalgo confia que «com um trabalho correcto, paciente, sério, como aquele que estamos a fazer, poderemos demonstrar força e iniciativa sindical a nível do sector. É um esforço que temos vindo a fazer ao longo do



tempo e que se reflecte, por exemplo, no facto de produzirmos incomparavelmente mais informação aos trabalhadores que a direcção do sindicato.

«A tendência unitária, com esta dinâmica, conseguirá ganhar um forte apoio dos trabalhadores neste nosso objectivo, que é derrotar o gang que hoje ocupa o Intendente. Nem sequer é tratado como tendência socialista, porque as divergências que possam existir entre nós e os socialistas não têm nada a ver com a condenação daqueles indivíduos que se instalaram na direcção do sindicato e que não são sindicalistas nem são tendência sindical. Estão ali, como amanhã estarão noutro lado onde esteja o poder. A nossa tendência luta contra isto e está aberta a toda a gente disponível para modificar as coisas. Queremos gente séria no sindicato.»

«Vamos lutar para levar aqueles indivíduos a pedirem a demissão. Se tivessem um mínimo de dignidade, era isso que já teriam feito. E as eleições, que em princípio deviam ter lugar em Outubro, devem ser convocadas no mais curto prazo possível.»

Educação Pública

em debate no Porto

Os problemas do sistema de avaliação dos alunos do ensino secundário, do novo modelo de gestão, da democratização da escola, o ensino artístico e o estatuto da carreira docente estiveram em debate numa iniciativa da DORP do PCP realizada no passado sábado, em que foram intervenientes os drs. Rogério Fernandes, Isabel Baptista, José Luís Borges Coelho e Adriano Teixeira de Sousa.

O camarada Jorge Sarabando iniciou os trabalhos caracterizando a Reforma Educativa em curso, na «sua deriva e inconsistência», como estando em crescente contradição com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o que é verificável, não nos preâmbulos dos decretos e despachos normativos, que empregam uma retórica progressista, mas sim no corpo do seu articulado, nas condições reais da sua aplicação. Mais claramente a partir do ministro Roberto Carneiro, o ensino público, apesar do empenho dos professores e pais, tem vindo a degradar-se enquanto o governo financia crescentemente o ensino privado sem fiscalizar a sua qualidade.

Rogério Fernandes abordou a introdução dos conceitos economicistas na política educativa, em que a escola é equiparada à empresa e por isso deve ser «rentabilizada», em que a educação é encarada como «produtora de capital humano», sendo, apesar das «modas» que se vão sucedendo, estabelecidas orientações rígidas.

Criticando o sistema de avaliação por colocar a tónica na remediação e não na prevenção e por não ter em conta as condições concretas, pois os planos individuais de recuperação são irrealizáveis, referiu-se depois ao novo modelo de gestão que o governo quis impor como conduzindo a uma menor participação dos professores e não contribuindo para o sucesso escolar.

Isabel Baptista falou sobre a Escola Democrática, em que os alunos sejam sujeito e não objecto, ou «clientes» submetidos à lógica de mercado, onde deve haver percursos alternativos e realizada a formação de uma cidadania responsável. A gestão democrática e a dignificação da carreira docente são condições para uma escola pública de qualidade, disse.

Adriano Teixeira de Sousa considerou que a política educativa nos últimos anos tem desvalorizado a função docente, correndo-se o risco de chegar a um ponto sem retorno. Rever o actual Estatuto ou exigir um novo é uma questão essencial, que impõe desde já um debate e entendimento prévio entre os professores.

Borges Coelho, depois de um fundamentado historial sobre o ensino da música no nosso país, analisou a situação existente desde a reorganização de 1983, em que é patente a desorientação, a falta de diálogo por parte do Ministério, as deficiências da formação especializada, a desatenção com os músicos portugueses, tendo apontado um conjunto de medidas prioritárias para melhorar o ensino artístico.

No curso do debate, que viria a centrar-se nas condições de trabalho na escola e nas relações professor/aluno, foi defendido que a Escola pode ajudar mas não deve substituir-se à família, que é possível encontrar espaço para actividades livres sem que isso agrave as cargas horárias.

Rogério Fernandes, a finalizar, afirmou que a Escola pode contribuir para uma educação da cidadania sem que isto seja tema de uma disciplina, pois não deve ser sua missão inculcar valores mas sim a de despertar o espírito cívico.

A Educação Pública pode e deve ser uma Educação de Qualidade, o que não implica menos atenção para com o ensino privado e cooperativo, diria Jorge Sarabando, que considerou ser cada vez mais necessário um novo governo com uma nova política, o que não dispensa a participação dos cidadãos num Movimento que urge construir e dinamizar em defesa da Escola Pública.

Questão essencial

«Questão essencial» lhe chamou Jorge Sarabando, «justamente agora, neste ano de 1995, em que se abre a possibilidade de encerrar um ciclo da vida portuguesa, caracterizado pelo acentuar das desigualdades sociais, da concentração da riqueza e destruição do recido produtivo, pela abdicação dum genuíno projecto nacional de desenvolvimento económico, pela gradual eliminação de importantes direitos laborais, pelo crescimento da corrupção e

Debate com o País



para
uma nova
política **PCP**

do poder autoritário do Governo, pela invasão do economismo e da mercantilização em quase todas as esferas da vida social. É necessária e possível uma nova política que respeite e promova os valores de Abril,

que retome as bases da convivência e da organização da sociedade portuguesa que a Constituição da República define e consagra. Mas para isso é indispensável que das próximas eleições não resulte uma simples rotação de figurantes, com novas roupagens e clientelas, e o prosseguimento da mesma política. O que na área da educação poderia significar, por exemplo, a repescagem do «guião» de Roberto Carneiro, agora com novos actores, outra coreografia e linguagem actualizada.

A Reforma Educativa ainda em curso, na sua deriva e inconsistência, resulta de dois movimentos contraditórios: a Lei de Bases do Sistema Educativo e a reforma ou contra-reforma implantada ao tempo do ministro Roberto Carneiro.

«A Lei de Bases é uma sobrevivência dos valores democráticos de Abril, sob um impulso já tardio da Revolução, e impôs-se, num momento transitório, na sua generosidade e conformidade com a lei constitucional. A sua regulamentação iniciou-se num período de marcada ascensão de novos interesses sociais ligados ao grande capital - ainda difusamente financeiro e produtivo - e de recomposição de equilíbrios na partilha do poder político, em que a direita começou a consolidar a sua hegemonia.

«A apreciação de uma Reforma Educativa deve sempre ter em conta que ela reflecte e reproduz os interesses de classe dominantes na sociedade e no poder político. Por isso, um dos mais estimulantes exercícios que se pode recomendar a qualquer professor é a de compulsar a retórica progressista e simpática à esquerda dos preâmbulos dos decretos e o corpo do seu articulado, nas condições reais da sua aplicação e nos efeitos perversos resultantes da sua concretização. As contradições são por vezes flagrantes.»

Ensino e mercado

Mais adiante, referiu Jorge Sarabando:

«A par das restrições orçamentais que constroem a escola pública, a quem são negados elementares meios de funcionamento, com turmas superlotadas e instalações carenciadas ou inexistentes, o Governo estimulou a criação de escolas privadas, cumulando-as com subsídios e incentivos diversos, homologando cursos sem a ponderação necessária, sem cuidar da sua fiscalização e da qualidade mínima que é exigida. Não está em causa o ensino privado e cooperativo, que desempenha um útil papel supletivo da rede pública, valioso e mesmo indispensável em muitas regiões. O que está em causa é a falta de regras claras e o incumprimento das que vigoram nesta actividade. O que leva a acontecer, por exemplo, que o número de cursos de Direito ultrapasse os 40, já existam 23 cursos superiores de Comunicação Social, cresçam o número de cursos intensivos que a troco de algumas centenas de contos atribuem licenciaturas.

«Parece, assim, acentuar-se uma disfunção entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, que terá a médio prazo desastrosas consequências sociais, com a frustração de legítimas expectativas em largas camadas da juventude.

«Os cursos de formação profissional, funcionando muitas vezes sem apoios oficiais condignos e atempados, têm servido em alguns casos para colmatar situações de desemprego e não acompanham a reconversão económica indissociavelmente ligada à integração europeia. Se é que tal reconversão foi efectivamente considerada, e tendo sido, não esteja hoje completamente à mercê dos impulsos imprevisíveis do mercado, quando cresce o número de empresas que vai mudando as suas instalações de país para país em busca de incentivos fiscais, subsídios dos governos e mão-de-obra cada vez mais barata.

«É também visível que a rede pública da educação pré-escolar está cada vez mais afastada das prioridades da política social.»

PONTOS CARDEAIS

Desculpas

António Guterres, secretário-geral do PS, arranjou uma forma nova de estar na política. Nos últimos 15 dias, não faz mais nada que pedir desculpas. Desculpas a Cavaco Silva pelo que não havia, afinal, dito, desculpas a Fernando Nogueira pelo que, entretanto, não queria dizer, desculpas ao PSD por isto e mais aquilo.

Como homem que quer substituir a maioria laranja pela sua própria maioria, Guterres está a pedir desculpas a mais - tão excessivas que até parece estar com problemas em tocar no adversário. Como dirigente político, Guterres exagera ainda mais. É que um político não tem que pedir desculpas. Um político assume responsabilidades.

O original

Manuel Monteiro, dirigente do CDS, ainda não percebeu que a falta de sentido de humor só produz uma boa piada involuntariamente. Foi o que lhe aconteceu mais uma vez há dias, quando resolveu dar a sua jovem cara de pau à pretensa piada de que ia "registar as suas ideias na Sociedade Portuguesa de Autores" para que não lhe as roubassem.

O homem, não se meta por aí! Já viu o que lhe acontece se alguém se lembra de citar as fontes onde você próprio foi beber as suas ideias?!... Olhe que, aí, os epítetos são capazes de ser bem piores que o de plagiador...

O burlão

Mário Conde, o homem que burlou não apenas a Espanha,

mas também Portugal, via incompetência do Governo de Cavaco Silva, o que faz dele um aldrabão de dimensão ibérica (dele, Mário Conde, entenda-se, que a dimensão das corrupções do cavaquismo ainda não está apurada), vai sair ou já saiu da prisão sob uma caução de 2,4 milhões de contos (é isso mesmo, 2,4 milhões de contos).

Como é possível que alguém, que há meia dúzia de anos não era ninguém e agora rapa assim de dois milhões e 400 mil contos só para uma caução, tenha, ainda por cima, a lata de dizer que está "inocente"? O senhor Conde, vá lá burlar outro!

O pagador

Não é apenas o Mário Conde que rapa de milhões de contos como quem desabotoa o casaco. O ministro da Saúde, Paulo Mendo, também rapou, de repente, de 70 milhões de contos e disse que ia pagar as dívidas todas do Serviço Nacional de Saúde.

Quanto ao à-vontade do ministro a mexer em milhões de contos, é normal nestes governantes que se especializaram em lidar com facilidade com o dinheiro dos outros. O que espanta é outra coisa.

É que o Ministério da Saúde apareça de repente com 70 milhões de contos para pagar dívidas de quase um ano, quando passou esse tempo todo a desculpar-se com a falta de verbas...

Donde diabo veio tão repentino dinheiro?

É que se não veio e sempre lá esteve no Ministério, então o ministro não apenas mentiu a toda a gente como... burlou os seus fornecedores nestes longos meses de espera.

Os perguntadores

O País entrou num frenetismo de perguntas e sondagens, via crise do PSD e de Cavaco Silva. Desde que o homem do leme anunciou o abandono do barco, as perguntas ao indefeso cidadão não param, apontadas por um batalhão de jornais, jornalistas, televisões, empresas de sondagem, inquéritos de rua, telefonemas para casa. "Vota no Nogueira ou no Barroso?" "Quer o Santana Lopes ou antes pelo contrário?" "Que nome escolhe para a nova ponte?" "Onde votava hoje, se fosse ontem, e onde votava amanhã, se fosse hoje?"

E por aí fora, até darmos todos em malucos, transformando tricas internas de um partido e jogos surdos de poder em acontecimentos nacionais, como se o desemprego e a miséria provocada por esta enxurrada de gente deixasse de importar. O que interessa é a vidinha dessa gente.

O que realmente interessa, não é perguntar a opinião do cidadão. É manipulá-la.

FRASES da SEMANA

"É altura de dar a outro o meu lugar no Sporting."

(Sousa Cintra - «Semanário», 28.01.95)

"O adeus de Cavaco Silva à liderança do PSD constituiu o epílogo desajeitado de um psicodrama mal encenado."

(Mário Mesquita - «Diário de Notícias», 27.01.95)

"Pode haver motivos económicos não conhecidos da opinião pública para o abandono do primeiro-ministro."

(Nicolau Santos - «Semanário Económico», 27.01.95)

"Como é que fará quando de manhã receber os seus ministros e à tarde precisar de ir receber instruções à São Caetano à Lapa?"

(João Amaral, no debate da AR, citado em «Público», 27.01.95)

"Em casa, na Travessa do Possolo, Cavaco Silva prepara-se assim para assistir às dificuldades (do PSD) - aguardando o dia em que se conclua que só há uma salvação para a Pátria: o seu regresso ao poder. Aí, Cavaco poderá voltar ou não. Mas terá a satisfação de ver reconhecida a sua obra."

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 28.01.95)

"Aguardo a realização do Congresso para tentar saber o que o meu partido pensa em termos de presidenciais e como será a nova liderança."

(Pinto Balsemão - «Expresso», 28.01.95)

"Este dado é importante, mas não é minimamente decisivo nem vai modificar em nada o caminho que foi traçado."

(Ramalho Eanes - «Expresso», 28.01.95)

"O PS, se vencer as eleições, chega ao Governo rigorosamente ao centro. Pediu-se que definisse uma política de esquerda, o que recusou com determinação. É pena, porque o país precisava dela."

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 26.01.95)

"A Portugal Telecom respeitou, como não podia deixar de o fazer, a completa legalidade em todo este processo e manterá esta posição permanentemente."

(Luís Todo Bom, presidente do CA da Telecom em carta ao «Público», 27.01.95)

PONTOS

NATURAIS

Versos muito pessoais

I

Puxa pela estrada fora
o teu carro de milho
e irás entre nuvens de pássaros.
Desde que o leves descoberto
é claro.

II

É em silêncio que
se ouve a palavra sábia.
Ouvi-la é uma dádiva.
Entretanto
as flores nascem
no silêncio.

III

És livre?
Isto é:
quem amas?

IV

Realizo-me no acto de pagar
as cotas do Partido.
Não tem nada de heróico.
Nada mais natural
como beijar o filho
na hora de deitar.

V

Leio
o AVANTE!
devagar
e com toda a atenção
como se o escrevesse.

VI

Colho estes versos.
Colho-os com a mão
com que recolho o sol.
Se eles de pouco valem
não é da culpa o sol.
A mão é que terá
de ser mais ágil.

VII

Canta a tua canção
nada pedindo
em troca.
Deixa-a
deixa-a ir.
Se alguém a ouvir
então
feliz canção, feliz canção.

Mário Castro



para
uma nova
política **PCP**

• LISBOA

"Saída precoce do mercado de trabalho: para onde? em que condições? qual o papel da segurança social?"

Centro Trabalho Vitória - 2 de Fevereiro - 17h30
Com a participação de
Sérgio Ribeiro, Luís Costa, José Abreu e Manuel Ramos

• LISBOA

"O Livro e a Leitura"

Assembleia da República - Casa Amarela - 6 de Fevereiro - 17h30
Com a participação de
Maria Fernanda Abreu, Henrique Barreto Nunes, José Manuel Mendes, Zeferino Coelho e Carlos Brito

• LISBOA

"Uma nova política da água em Portugal"

Centro de Trabalho Vitória - 8 de Fevereiro - 21h30
Com a participação de
João Bau, Jorge Nascimento Fernandes, Rui Godinho, Sidónio Pardal, Viriato Soromenho Marques e Luís Sá

• LISBOA

"Salários, emprego e desenvolvimento económico"

Centro Trabalho Vitória - 9 de Fevereiro - 21h00
Com a participação de
Agostinho Lopes, Carvalho da Silva, Domingos Abrantes, Sérgio Ribeiro, Ulisses Garrido, Vasco Cal

• LISBOA

"Segurança social: universalidade, selectividade e financiamento"

Hotel Plaza - Sala Garrett - 9 de Fevereiro - 17h30
Com a participação de
Isabel Quintas, Fernando Marques, Maria do Carmo Tavares, Maria Bento e Edgar Correia
e a presença de CARLOS CARVALHAS

• ALMADA

"Movimento Associativo"

Auditório do Pavilhão Municipal - 3 de Fevereiro - 21h30
Com a participação de
Joaquim Tavares, Carlos Rabaçal

• CASTELO BRANCO

"Por uma nova política, viver e trabalhar com direitos"

Auditório Esc. Sup. de Educação - 3 de Fevereiro - 21h00
Com a participação de
Carvalho da Silva, Jerónimo Sousa, Joaquim Ferreira, Luís Garra, Francisco Moreira, Luís Freitas.

• COVILHA

"Por uma nova política, viver e trabalhar com direitos"

Sala da Assembleia Municipal - 4 de Fevereiro - 15h00
Com a participação de
Jerónimo Sousa, Carvalho da Silva, Luís Garra, Joaquim Ferreira, Luzia Lopes

• FUNDÃO

"Para uma nova política, desenvolver a agricultura - concretizar o regadio da Cova da Beira"

Auditório da Caixa de Crédito Agrícola - 6 de Fevereiro - 14h30
Com a participação de
Lino de Carvalho, Rogério de Brito, José Nunes da Silva

• LOURES

"Rede Viária, Transportes Públicos, Qualidade de Vida"

Salão do Centro de Dia da 3ª Idade (Curpio) - 4 de Fevereiro - 15h30
Com a participação de
Demétrio Alves, Fernanda Mateus

• LOURES

"As propostas do PCP e a alternativa política"

Póvoa de Stº Adrião - Salão Junta de Freg. - 4 de Fevereiro - 15h30
Com a participação de
Carlos Gonçalves

• LOURES

"Ambiente"

S. João da Talha - Pavilhão S. Joanense - 4 de Fevereiro - 15h00

• MOITA

"Península de Setúbal - desenvolvimento económico, política salarial e emprego"

Na Velhinha, Alhos Vedros - 3 de Fevereiro - 21h00
Com a participação de
Rui Paixão, Augusto Pólvora

• OEIRAS

"Os direitos dos trabalhadores e a necessidade de uma política de esquerda"

Algès - Coop. União de Algès - 4 de Fevereiro - 15h00
Com a participação de
Domingos Abrantes

• PINHAL NOVO

"Segurança dos cidadãos no Concelho de Palmela"

Salão da SFUA - 3 de Fevereiro - 21h30
Com a participação de
António Filipe, Carlos de Sousa, Fernando Arrobas, José Agostinho

• PORTO

"Uma nova política de saúde"

Hotel Tuela - 4 de Fevereiro - 15h00
Com a participação de
Edgar Correia, Durão de Carvalho, Edite Pina, António Graça, Ilda Figueiredo, Rosalvo de Almeida

5º CONGRESSO REGIONAL DOS AÇORES DO PCP

Ponta Delgada,

Auditório dos CTT

Sábado, dia 4, das 15 às 19h
e das 21 às 23h
Domingo, dia 5,
das 9h30 às 12h30
com a participação de

Carlos Carvalhas

que intervirá na
sessão pública
de encerramento
- domingo às 15

CANEÇAS

1ª Assembleia da Organização de Caneças

Sábado, dia 4, às 15h, no CT do PCP
com a participação do camarada
Blanqui Teixeira

CHAMUSCA

Ulme - Sociedade Recreativa
Domingo, 5 de Fevereiro, 14h30
Encontro Concelhio da CDU
Almoço-convívio às 13h

CALDAS DA RAINHA

Almoço-convívio promovido pela Com. Conc. do PCP
No CT, dia 5 de Fevereiro

Reuniões e Plenários

ALMADA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: quinta, 2, no CT Concelhio, às 17h da célula da Lisnave, às 18h da célula dos trabalhadores da Autarquia; das células dos Professores, Coop. do Laranjeiro, Companhia de Teatro de Almada; sexta, dia 3, da organização de freguesia da Trafaria (CT da Trafaria, 21h), das células dos CTT, Telecom, AIPICA, Função Pública, Têxteis CT Concelhio, 21h30; sábado, 4, às 10h, no CT concelhio, da célula da Rodoviária do Sul do Tejo e da organização de freguesia da Charneca CT da Charneca, 15h; terça, dia 7, da organização de freguesia de Costa da Caparica (no CT da Costa, 21h) e da organização de freguesia do Feijó CT do Feijó, 21h.

Plenário de eleitos da CDU: no CT concelhio do PCP, sábado, 4, às 15h.

BARREIRO

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: de pequenas empresas - sexta, 3, às 21h, no CT do

Barreiro. Dia 4: da freguesia de Barreiro - às 15h, no CT; da freguesia de Coima; da freguesia do Lavradio; da célula da Função Pública: às 16h, no CT. Dia 7: da Juventude, SIP, etc.

CASCAIS

Plenário de militantes que trabalham nas Empresas do concelho, Comissões de Freguesia, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores: sábado, dia 4, às 15h, no CT.

GRÂNDOLA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 2: das organizações de Canal Caveira - dia 2 às 21h; de Santa Margarida da Serra - 21h; de Carvalhal - no CT, 21h. Dia 3: trabalhadores da Câmara, Unicer-vi, Joaq. Ângelo, Rodoviária (17h, no CT); da organização de Melides (21h, CT); de Aldeia do Futuro (21h, Centro Social); de Ameiras (21h).

LISBOA

Plenário de Médicos organizados no Sector de Saúde da ORL



sobre questões profissionais e eleições legislativas: quinta-feira, dia 9, às 21h30, no CT Vitória, com a participação do camarada Edgar Correia.

MONTIJO

Assembleia plenária preparatória da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: de Professores - dia 2. Dia 3: da freguesia de S. Simão (21h); de Empresas (18h, CT); de Gâmbia (21h); de Alto da Guerra (21h); da freguesia do Sado (21h, CT); da freguesia de Pontes (16h30, CT); da freguesia de S. Sebastião (15h, CT). Dia 5: da organização de S. Julião/Sta. Maria.

OEIRAS

Porto Salvo - Plenário da organização local, com a participação do camarada Carlos Chaparro: sexta, dia 3, às 21h, no CT de Porto Salvo.

Linda-a-Velha - plenário da organização de freguesia: sexta, dia 3, às 21h, no CT de Algés.

Leceia - Plenário da organização local: sexta, dia 3, às 21h, no CT de Leceia.

PINHAL NOVO

Assembleia plenária da organização de freguesia, preparatória da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: sexta, dia 3, no CT

SANTIAGO DO CACÉM

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 4, das organizações de S. Domingos, Abela e Ermidas Aldeia (todas às 15h)

SEIXAL

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 3, às 21h, das organizações de Miratejo e Fernão Ferro (nos respectivos Centros de Trabalho), e dos trabalhadores da Câmara: dia 4, às 15, das organizações locais de Amora, Arrentela (nos Centros de Trabalho respectivos) e Paio Pires (na Junta de Freguesia), de Seixal e Pinhal de Frades (às 15h, no CT)

SESIMBRA

Plenário de militantes, preparatório da 4ª Assembleia da ORS,

com a participação de Augusto Flor: sábado, 4, às 21h, na Biblioteca do Zambujal; da organização do Castelo (igualmente dia 4)

SETÚBAL

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: de Professores - dia 2. Dia 3: da freguesia de S. Simão (21h); de Empresas (18h, CT); de Gâmbia (21h); de Alto da Guerra (21h); da freguesia do Sado (21h, CT); da freguesia de Pontes (16h30, CT); da freguesia de S. Sebastião (15h, CT). Dia 5: da organização de S. Julião/Sta. Maria.

SINES

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 3, da organização de Quinta dos Passarinhos/Bairro dos Pescadores (CT, 15h); dia 4, de operários de várias empresas (16h, CT); dia 6, de PMDI's; dia 7, plenário de Mulheres (220h, CT).

SINTRA

Queluz - Plenário de militantes sobre a situação política e questões autárquicas: sexta, dia 3, às 21h30, no CT de Queluz, com a participação do camarada Felício Loureiro.

Rio de Mouro - Plenário de militantes sobre a situação política e questões autárquicas: sexta, dia 3, às 21h30, no CT de Queluz, com a participação do camarada Lino Paulo.

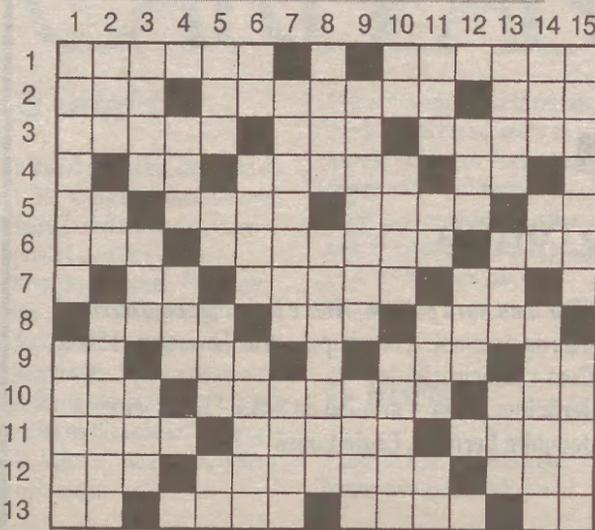
Almargem do Bispo - Plenário de militantes sobre a situação política e questões autárquicas: sexta, dia 3, às 21h30, com a participação do camarada António Cordeiro.

Algueirão-Mem Martins - Plenário de militantes: no CT do Algueirão, sexta, dia 3, às 21h30.

VIALONGA

Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada José Casanova: sexta-feira, dia 3, às 21h30, no CT de Vialonga.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Esplendor, grupos de aviões que voam em conjunto; 2 - Nome de letra; toldo que cobria os teatros; con.º do distrito de Cabo Delgado, Moçambique; 3 - Higiénico; furor; lanígero; 4 - Aspecto; sacudo; satélite de Júpiter; 5 - Pref. de neg.; tontura; D. João foi seu mestre; a tí; 6 - Hora canónica; pesaras; o invólucro de mercadoria para diminuir do peso bruto; ofertai; 7 - Laço apertado; sinais cabalísticos; prep.; 8 - Coisa ou ideia intocável; patrão; oração; 9 - Frequentar; patroa; lamentos; forma redutiva de José; 10 - Aguardente de melão; lançada fora; paz latina; 11 - Semelhante; anos; capital europeia; 12 - Afluente do Mondego; pusera em camadas; ruído; 13 - Art.; parencas; líquido gorduroso (inv.); popa.

VERTICAIS: 1 - Festas particulares; zangado; 2 - Ligue; laço apertado; cogumelos subterrâneos; 3 - Alegre; mulher de Henrique VIII decapitada por adultério; miado. 4 - Eiro; mangueira do Gabão. 5 - Germe; antiga nota musical; qualquer; atmosfera. 6 - Acusada; lavras; nome de mulher. 7 - Ataria; saídas; 8 - Vestuário feminino indiano; desejam muito. 9 - Mordiscarão; o primeiro homem. 10 - Letra grega; ovários de peixe; une-se. 11 - Lista; vogal no pl.; esteiro de rio; Alumínio (s.q.). 12 - Suspiros; entregues. 13 - Bom senso; uma dezena; colocou. 14 - Parte do chapéu; praça marítima marroquina conquistada pelos portugueses em 1513. 15 - Extração de números de uma lotaria; prova escolar.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

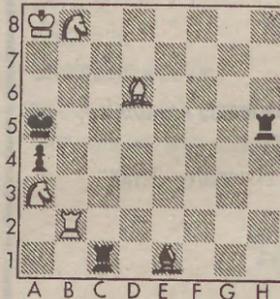
HORIZONTAIS: 1 - Idiota; imerso; 2 - Abel; úmero; eiró. 3 - Pilula; resmas; 4 - Usada; lis; ciara. 5 - Si; selim; dó. 6 - Ou; rios; leme; fá. 7 - Tê; acatara; te. 8 - Ca.; pior; boer; lâ. 9 - Ar; salas; em. 10 - Podem; mor; acima. 11 - Alegar; pregar; 12 - Zola; olaia; Baco. 13 - Rastro; aspera.

VERTICAIS: 1 - Apupo; capaz. 2 - Ibis; Utá; olor. 3 - delas; adela. 4 - Iludir; pregas. 5 - Lá; íai; má. 6 - Tua; socos; ror. 7 - Am.; lesaram; ló. 8 - Edil; loja. 9 - ir; silabar; ía. 10 - mor; meros; pás. 11 - Ec; mãe; ar. 12 - Reside; recebe. 13 - Simão; migar. 14 - Orar; fel; maca. 15 - Osaca; amaro.

XADREZ

CDXCVIII - 2 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X009
Por: EMILÉ PÁLKOSKA
Narodni Politika, 1912

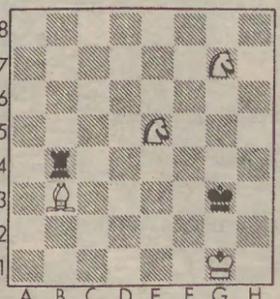
Pr: [5]: Pa4 - B61 - Ts. ç1, h5 - Ra5
Br: [5]: Cs. a3, b8 - Bd6 - Tb2 - Ra8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X010
Por: HENRI RINCK
La STRATÉGIE, 1920

Pr: [2] Tb4 - Rg3
Br: [4] Cs. e5, g7 - Bb3 - Rg1



Branças jogam e ganham

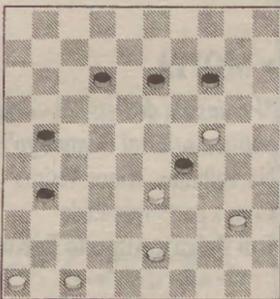
SOLUÇÕES DO Nº CDXCVIII
Nº 1995X009 [E.P.]: 1. Tb7!, [Ameaça: 2. Ta7+ e Ta6 #], Tcc5: 2. Tb5+, T.b5: 3. Cç4 #
Nº 1995X010 [H. R.]: 1. Cf5+, Rh3: 2. Cd3, Tg4+: 3. Rh1, Tg2: 4. Cf4+ e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCVIII - 2 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D009
Por: BLONDE
Fr. - 1798

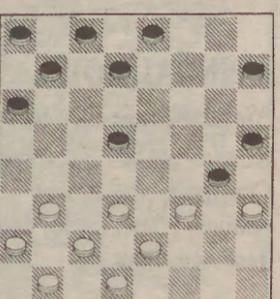
Pr: [6]: 12-13-14-21-29-31
Br: [6]: 24-33-40-43-46-47



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D010
GOLPE Nº 106
Por: PABLO CECINA RICA Y FERGEL
Madrid, 1759

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 23-19; 3. 13-18, 22-13;
4. 9-18, 26-22; 5. 1-5, 22-13, 6. 5-9, 29-26;
7. 9-18, 26-22; 8. 2-5, 22-13; 9. 5-9, Diagrama.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCVIII
Nº 1995D009 [B.]: 1. 47-41 (29x49=D); 2. 41x37, (49x41); 3. 46x10+

Nº 1995D010 [P. C. R. y F.]: 9. ..., 24-20; 10. 9-18, 19-15; 11. 12-19, 27-22; 12. ~, 30-5+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 2

As Irmãs Dolly

«The Dolly Sisters» (EUA/1945). Real.: Irving Cummings. Int.: Betty Grable, John Payne, June Haver, S. Z. Sakall. Cor, 114 min. *Biográfico / Musical.* (14.50, SIC)

Jogo Fatal

«House of Games» (EUA/1987). Real.: David Mamet. Int.: Lindsay Crouse, Joe Mantegna, Mike Nussbaum, Lilia Skala. Cor, 97 min. Ver *Destaque.* (22.00, Quatro)

Ghoulies - II

«Ghoulies - II» (EUA/1988). Real.: Albert Band. Int.: Damon Martin, Royal Dano, Phil Fondacaro, J. Downing, Kerry Remsen. Cor, 90 min. *Terror.* (01.35, Canal 1)

SEXTA, 3

Os 4 da Vida Airada

«Breaking Away» (EUA/1979). Real.: Peter Yates. Int.: Dennis Christopher, Dennis Quaid, Daniel Stern, Jackie Earle Haley. Cor, 100 min. Ver *Destaque.* (14.50, SIC)

O Micro-Herói

«Innerspace» (EUA/1987). Real.: Joe Dante. Int.: Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan, Kevin MacCarthy, Fiona Lewis. Cor, 114 min. Ver *Destaque.* (21.30, Quatro)

Sangue e Areia

«Blood and Sand» (EUA/1922). Real.: Fred Niblo. Int.: Rudolph Valentino, Lila Lee, Nita Naldi, George Fiteid, Walter Long. P/B, 101 min. Ver *Destaque.* (23.50, TV 2)

O Visitante

«The Arrival» (EUA/1990). Real.: David Schmoeller. Int.: John Saxon, Joseph Culp, Michael J. Pollard, Robin Frates. Cor, 106 min. *Thriller.* (01.05, Canal 1)

SÁBADO, 4

A Conquista da Cidade

«City of Conquest» (EUA/1940). Real.: Anatole Litvak. Int.: James Cagney, Ann Sheridan, Frank Craven, Donald Crisp. P/B, 95 min. *Desportos / Biográfico.* (18.20, TV 2)

Eles Vivem

«They Live» (EUA/1988). Real.: John Carpenter. Int.: Roddy Piper, Keith David, Meg Foster, George «Buck» Flower. Cor, 97 min. *Ficção Científica.* (23.15, SIC)

Fitzcarraldo

«Fitzcarraldo» (RFA/1982). Real.: Werner Herzog. Int.: Klaus Kinski, José Lewgoy, Claudia Cardinale, Miguel Angel Fuentes. Cor, 152 min. Ver *Destaque.* (23.50, TV 2)

O Homem Tranquilo

«The Quiet Man» (EUA/1952). Real.: John Ford. Int.: John Wayne, Maureen O'Hara, Barry Fitzgerald, Ward Bond. Cor, 123 min. Ver *Destaque.* (00.00, Quatro)

O Clube dos Malandrecos II

«Caddyshack II» (EUA/1988). Real.: Allan Arkush. Int.: Jackie Mason, Dyan Cannon, Robert Stack, Dina Merrill. Cor, 90 min. *Comédia.* (01.10, Canal 1)

Visão do Terror

«TerrorVision» (EUA/1986). Real.: Ted Nicolaou. Int.: Diane Franklin, Gerit Graham, Mary Woronov, Chad Allen. Cor, 83 min. *Comédia / Ficção Científica.* (02.40, Canal 1)

DOMINGO, 5

A Costureirinha da Sé

(Port./1958). Real.: Manuel Guimarães. Int.: Maria de Fátima Bravo, Alina Vaz, Jacinto Ramos, Costinha. P/B, 103 min. *Melodrama.* (16.20, SIC)

Comboio para Leste

«Action in the North Atlantic» (EUA/1943). Real.: Lloyd Bacon. Int.:

Humphrey Bogart, Raymond Massey, Alan Hale, Ruth Gordon. P/B, 122 min. Ver *Destaque.* (18.15, TV 2)

Aeroplano

«Airplane!» (EUA/1980). Real.: Jim Abraham, Jerry e David Zucker. Int.: Robert Hays, Julie Hagerty, Robert Stack, Lloyd Bridges. Cor, 86 min. Ver *Destaque.* (21.30, SIC)

Toda a Verdade

«It's All True» (EUA/Fr./1942-1993). Real.: Richard Wilson, Myron Meisel, Bill Krohn. Narrador: Jose Ferrer. Documentário. Cor, P/B, 92 min. Ver *Destaque.* (aprox. 23.25, TV 2)

À Queima-Roupa

«Point Blank» (EUA/1967). Real.: John Boorman. Int.: Lee Marvin, Angie Dickinson, Keenan Wynn, Carrol O'Connor. Cor, 88 min. Ver *Destaque.* (01.15, Canal 1)

SEGUNDA, 6

Bons Dias, Miss Dove

«Good Morning, Miss Dove» (EUA/1955). Real.: Henry Koster. Int.: Jennifer Jones, Robert Stack, Keep Hamilton, Robert Douglas. Cor, 107 min. *Drama.* (14.50, SIC)

Inferno Vermelho

«Red Heat» (EUA/1988). Real.: Walter Hill. Int.: Arnold Schwarzenegger, James Belushi, Peter Boyle, Ed O'Ross. Cor, 106 min. Ver *Destaque.* (22.20, SIC)

Vietname, Texas

«Vietnam, Texas» (EUA/1989). Real.: Robert Ginty. Int.: Robert Ginty, Haing S. Ngor, Tim Thomerson, Kieu Chinh. Cor, 87 min. *Thriller.* (01.05, Canal 1)

TERÇA, 7

Minha Mãe é Caloira

«Mother is a Freshman» (EUA/1949). Real.: Lloyd Bacon. Int.: Loretta Young, Van Johnson, Rudy Valee, Barbara Lawrence. Cor, 81 min. *Comédia.* (14.50, SIC)

Vida Privada

«Vie Privée» (Fr./It./1961). Real.: Louis Malle. Int.: Brigitte Bardot, Marcello Mastroianni, Grégoire von Rezzori, Elanora Hirt. Cor, 99 min. *Drama.* (22.45, TV 2)

Os Playboys

«The Playboys» (EUA/Irl./1992). Real.: Gillies MacKinnon. Int.: Albert Finney, Aidan Quinn, Robin Wright, Milo O'Shea. Cor, 109 min. *Drama.* (00.55, Canal 1)

QUARTA, 8

Sempre nos Teus Braços

«Mother Wore Tights» (EUA/1947). Real.: Walter Lang. Int.: Betty Grable, Dan Dailey, Mona Freeman, Connie Marshall. Cor, 107 min. *Comédia Musical.* (14.50, SIC)

Frenético

«Frantic» (EUA/1987). Real.: Roman Polanski. Int.: Harrison Ford, Betty Buckley, John Mahoney, Emmanuelle Seigner. Cor, 115 min. Ver *Destaque.* (22.50, Canal 1)

Margem Sul

(Port./1994). Real.: José Álvaro Morais. Int.: Marcello Urgeghe, Luís Miguel Cintra, Paula Guedes. Cor, 26 min. Ver *Destaque.* (00.20, TV 2)

O Vagabundo da Estrada

«The Drifter» (EUA/1988). Real.: Larry Brand. Int.: Kim Delaney, Timothy Bottoms, Al Shannon, Miles O'Keefe. Cor, 89 min. *Thriller.* (01.00, SIC)

O Pássaro de Mel

«The Honeybirds» (EUA). Real.: Alan Nathanson. Int.: Alex Heyns, Jack Mullen, Siegfried Mynhardt, Emgee Pretorius. Cor, 94 min. *Drama.* (01.40, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Carnaval na neve

Excursão à Serra Nevada

25, 26, 27, e 28
Fevereiro - 1995

Organização:
COMISSÃO CONCELHA DO SEIXAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Itinerário:
SEIXAL (Partida às 7.00h)
CÓRDOBA/GRANADA/SERRA NEVADA/
SEIXAL/SEIXAL

Condições:
✓ TRANSPORTE em autocarro equipado com ar condicionado, vídeo, geladeira e instalação sanitária.
✓ ALOJAMENTO em hotel de 3 estrelas incluindo pequeno almoço e jantar.
✓ PREÇO 30.000\$00 por pessoa.
✓ INSCRIÇÕES nos Centros de Trabalho do PCP no Concelho de Seixal ou pelos telefones 222 87 70 / 221 69 52

TEATRO

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

Cacilhas, no Complexo Nimbus (ex-Parry & Son). Tel. 2752175/2756567. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MOLIÈRE**, de Mikhail Bulgakov, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

ESTRELA HALL

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 18.00. **LIBERDADE**, poemas de Sophia de Mello Breyner encenados por João Brites.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Calç. Duque de Lafões. Tel. 8686997. De 5ª a dom. às 21.30. **AO LONGO, AO LONGO DA LONGA RUA**, de Wolfgang Borchert, encenação de João Jorge.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OLE-ANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

###

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 2

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.50 Origens
10.20 Malha de Intrigas
15.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.05 Você Decide
14.50 Malha de Intrigas
16.10 Série de Ficção
17.15 Missão Impossível
18.10 Com a Verdade
M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Isto Só Vídeo
22.00 Frou-Frou
23.35 Coisas da Vida
00.35 24 Horas
01.15 Remate
01.35 Ghoulies II
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 Clara
18.10 Escola Paraíso
18.35 Os Amigos do Gaspar
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Patinagem Artística
21.20 O Homem e a Cidade - Madeira
21.40 Desenhos Animados
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Departamento de Homicídios
23.40 Músicas da Terra
00.25 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 As Irmãs Dolly
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os
Trapalhões
22.40 Ora Bolas, Marina
23.40 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.00
Internacional SIC

QUATRO

11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Novo Jornal
00.50 Fora de Jogo

Sexta, 3

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.00 Você Decide
14.50 Malha de Intrigas
17.20 Missão Impossível
18.10 Com a Verdade
M' Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.05 O Visitante
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
17.55 Infantil
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Patinagem Artística
20.45 À Roda do Mundo
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.40 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Quem Conta um Conto
23.50 Sangue e Areia
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Os Quatro da Vida Airada
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta



Domingo, às 8 da noite, na TV2, Barbara Hendricks com «Don Pasquale», de Donizetti!

21.25 Irmãos Coragem
22.30 Chuva de Estrelas
23.30 Noites Hipnóticas
00.35 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
02.10 Playboy

QUATRO

11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 O Micro-Herói
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Novo Jornal
00.50 Fora de Jogo

Sábado, 4

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
13.40 Made in Portugal
14.15 Clube Disney
15.35 As Aventuras de Brisco County
16.20 Arca de Noé
17.50 Futebol: Farense-Benfica
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Seleção Nacional
21.35 Noite Mágica
22.30 Parabéns
00.50 24 Horas
01.10 O Clube dos Malandrecos II
(ver «Filmes na TV»)
02.40 A Visão do Terror
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.20 A Conquista da Cidade
20.00 Forum Musical
21.00 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.15 TV2 Desporto
23.50 Fitzcarraldo
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
13.15 Tropicaliente
14.05 Dra. Quinn
15.00 Os Imortais II
16.00 Muita Lóco
17.00 Minas e Armadilhas
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Bravo, Bravíssimo
23.15 Eles Vivem
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Último Jornal
01.35 Diários Eróticos

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00
Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 A Grande Aposta
17.20 Queridos Inimigos
18.45 Trocado em Miúdos
19.30 Telejornal
20.00 Verdade ou Mentira
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.15 Últimas Notícias
23.30 Jornal do Mundo
24.00 O Homem Tranquilo
(ver «Filmes na TV»)



«Gente Remota» - domingo na TV2

Domingo, 5

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.30 Novas Aventuras do Super-Homem
15.20 Emoções Fortes
15.50 Dinossauros
16.35 Kung Fu, a Lenda Continua
17.00 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: Belenenses-Sporting
19.45 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.30 Domingo Desportivo
00.05 No Calor da Noite
01.00 24 Horas
01.15 À Queima-Roupa
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

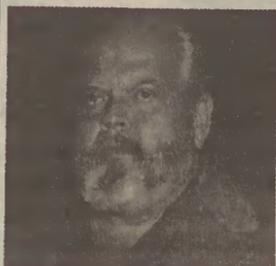
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.15 Comboio para Leste
(ver «Filmes na TV»)
20.15 A Minha Ópera Favorita - IV
21.00 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo, que inclui um documentário sobre Orson Welles e o filme «Toda a Verdade»
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.30 National Geographic
14.30 Um Trovão no Paraíso
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.30 A Costureirinha da Sé
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Maiores Mágicos do Mundo
21.30 Aeroplano
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Último Jornal
23.40 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Jornal do País
14.00 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.00 Verdade ou Mentira
20.30 O Agente Especial
21.30 Doutores e Engenheiros
22.50 Melrose Place
23.50 Últimas Notícias
00.05 Jornal Negócios



«Sempre ao Domingo» centra-se esta semana na personalidade e obra de Orson Welles

Terça, 7

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.50 Origens
10.20 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Você Decide
15.05 Malha de Intrigas
16.25 O Melhor dos Apanhados
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade
M' Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cabaret
23.00 Prova Oral
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Os Playboys
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 A Vida Continua
18.00 Infantil
19.15 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Vida Privada
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Alta Frequência: «Billy Joel»
01.30 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.45 Tropicaliente
13.00 Notícias



«As Teias da Lei» de volta: à segunda à noite no Canal 1

13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Minha Mãe É Caloira
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Inferno Vermelho
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back

QUATRO

11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Desporto
00.40 Novos Ventos

QUATRO

11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
23.40 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

Quarta, 8

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.30 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Você Decide
15.05 Malha de Intrigas
16.25 O Melhor dos Apanhados
17.30 Missão Impossível
18.10 Com a Verdade
M' Enganas
19.10 Desencontros
19.50 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Com Peso e Medida
22.50 Frenético
(ver «Filmes na TV»)
00.45 24 Horas
01.25 Remate
01.40 O Pássaro de Mel
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
18.05 Infantil
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Paletas e Pincéis
19.50 Universidade Aberta
20.00 Magazine - «Ver Artes»
20.30 Futebol: Milão-Arsenal
22.30 TV2 Jornal
23.05 Acontece
23.25 Fog Cruzado
00.20 Margem Sul
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo

13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Sempre nos Teus Braços
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.45 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 O Vagabundo da Estrada
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

Jogo Fatal (Quinta, 22.00, Quatro)

Como já vem sendo notório nos últimos tempos, esgotada que foi a oferta de filmes de qualidade com que os vários canais durante os primeiros tempos de concorrência esgrimiram em luta pelos primeiros lugares nas audiências, os programadores têm lançado mão dos mais variados argumentos (ciclos, efemérides, etc.) para, num ciclo vicioso, de novo os voltarem a repetir. No que à Quatro se refere, este excelente Jogo Fatal - em que é patente a influência de Hitchcock - já foi transmitido pelo menos uma vez, em Maio de 93. Trata-se da primeira obra realizada por um brilhante argumentista - David Mamet - centrada em torno de uma psiquiatra de sucesso cuja vida, por puro acaso, se cruza com a de um vigarista que pertence ao mundo da noite e do jogo e é levada, de início por curiosidade profissional, a irresistivelmente alinhar nos seus brilhantes truques, e não só... Uma atmosfera filmica exemplar, uma cuidada dramaturgia, e duas grandes interpretações de Joe Mantegna e Lindsay Crouse - esta, mulher de Mamet.

Os 4 da Vida Airada (Sexta, 14.50, SIC)

Quatro jovens oriundos da classe operária são obrigados, por motivos relacionados com a sua situação económica, a deixar a frequência da universidade e a procurar na competição desportiva (no caso, ciclista) uma razão de afirmação pessoal. Um filme bastante interessante, embora algo ingênuo e construído com alguma lentidão, que entretanto mereceria um horário de transmissão mais apropriado se a política de programação das nossas televisões não fosse baseada em predominantes critérios sensacionalistas e oportunistas.

O Micro-Herói

(Sexta, 21.30, Quatro)

Como peça importante de uma experiência científica, um tenente da marinha aceita ser miniaturizado mas, em vez de ser injectado no corpo de uma cobaia, vai parar por engano ao corpo de um tímido e hipocondríaco empregado de supermercado... Trata-se, claro, de uma «ficção científica» em tom de comédia, razoavelmente posta em cena por Joe Dante, e bem interpretada por Dennis Quaid. Apenas para entreter.

Sangue e Areia

(Sexta, 23.50, TV 2)

É inegavelmente um momento especial na programação cinematográfica desta semana. Um filme mudo e logo com Rudolfo Valentino! Há quanto tempo não se via disto nas nossas televisões?! Claro que os olhinhos a piscar do carismático actor não resistem, hoje, ao ridículo; claro que tudo isto se nos depara como melodrama lamecha; claro que este objecto filmico envelheceu irremediavelmente. Mas sem dúvida que será curioso vermos como o exotismo da «corrida de morte» e o seu protagonista, ídolo arrasador de todos os corações, funcionariam nesses tempos recuados das histórias do Cinema...

Fitzcarraldo

(Sábado, 23.50, TV 2)

Um engenheiro megalómano, Brian Fitzgerald dito Fitzcarraldo, apaixonado pela ópera, tem a ideia de construir em plena Amazônia um teatro dedicado ao belcanto onde pudesse ter o grande Caruso a cantar Verdi, e, para tal, mete-se em complexos negócios que pudessem ajudar a erguer o seu sonho impossível. Mas tudo lhe corre mal e as suas ambições ficam por terra... Tal como quase tudo correu mal a Werner Herzog - o realizador - que teve inúmeras dificuldades em terminar este seu desmesurado projecto, também ele de certo modo megalómano e sobretudo prejudicado por notórias deficiências de montagem e pelas desgraçadas dobragens, mas que tem o fascínio das grandes aventuras, com o fabuloso Klaus Kinski brilhando no protagonista principal.



Os protagonistas principais de «Os 4 da Vida Airada», de Peter Yates



Um fotograma de «Fitzcarraldo», de Werner Herzog

O Homem Tranquilo

(Sábado, 00.00, Quatro)

Uma obra-prima de John Ford, um grande clássico do cinema, uma comédia notável acerca das relações sentimentais e amorosas e da sua complexidade numa sociedade apegada às tradições e de costumes bem arreigados. O invulgar sentido dos grandes espaços e dos mais pequenos pormenores de um grande cineasta com um férreo espírito irlandês, traçado em sequências de antologia como é a da célebre e interminável luta entre os dois protagonistas masculinos principais. E atenção à cena final desta sequência em que Victor MacLagen (com a câmara a esperá-lo cá fora!) voa positivamente através das portas do pub na fase final desta luta e vem estatelar-se no chão, após um tremendo e definitivo murro de John Wayne de que o espectador está à espera, mas não vê. Depois de tantas cenas iguais repetidas sem cessar no cinema, nenhuma se compara certamente a esta. A não perder!

Comboio para Leste

(Domingo, 18.15, TV 2)

Durante a II Guerra Mundial, um petroleiro norte-americano é interceptado por um submarino nazi. Um bom filme de guerra «dos antigos», com sequências espectaculares e a sempre bem-vinda presença de Humphrey Bogart e Raymond Massey. Uma tarde de cinema interessante.

Aeroplano (Domingo, 21.30, SIC)

O ponto de partida para este filme é totalmente oposto ao dos chamados «filmes-catástrofe»: pretende-se fazer-nos rir a bandeiras despregadas com os gags que por ali abundam, num gozo desbragado aos filmes «sérios» do género. Mas atenção: aqui, arrisca-se a acontecer precisamente o contrário: é que o disparate é tal que, por vezes, o espectador acaba por ter saudades dos suores frios de uma «catastrofezinha» a sério...

Toda a Verdade (Domingo, aprox. 23.25, TV 2)

Depois do êxito clamoroso de Citizen Kane (O Mundo a seus Pés), Orson Welles realizara, também para a RKO, The Magnificent Amber-

sons (O Quarto Mandamento), cujo resultado final foi completamente frustrado pela intervenção dos todo-poderosos senhores dos estúdios na reformulação e estropiamento da sua montagem final. Tudo sucedeu devido ao facto de o realizador se encontrar ausente no Brasil a rodar, de certo modo a contra gosto, um documentário encomendado pelo Departamento de Estado à mistura com Nelson Rockefeller numa iniciativa que se destinava a melhorar a imagem dos EUA na América Latina. Welles rodou três partes para esta obra - uma no México, sobre a corrida de toiros, e duas no Brasil, sobre o Carnaval no Rio e, sobretudo, a história de um grupo de quatro pescadores que fizeram mais de 1000 milhas ao longo da costa brasileira para vir exigir a Getúlio Vargas melhores condições sociais para os mais desprotegidos. A RKO não gos-

tou deste documentário e as bobinas com o material original foram, misteriosamente e durante muito tempo, dadas como desaparecidas. Agora, foram Richard Wilson, Myron Meisel e Bill Krohn que, após a morte do realizador, recuperaram o material original e remontaram o filme agora apresentado no programa «Sempre aos Domingos». O que se espera é que, independente da veneração dos autores por Orson Welles, esse trabalho de remontagem e a inserção de música num documentário que o próprio pretendia sonorizar e comentar não venha a desvirtuar a intensa beleza das imagens originais - o que seria trágica ironia em relação às conhecidas intervenções de terceiros nas obras do grande cineasta. Potencialmente, um momento de televisão importante, a não perder.

À Queima-Roupa (Domingo, 01.15, Canal 1)

Eficazmente realizado por John Boorman, foi este o filme que deu notoriedade ao realizador - um thriller extremamente violento em que se relata a caminhada de vingança de um gangster em relação aos companheiros que o traíram. Lee Marvin enche, como é seu costume, o écran. E Angie Dickinson, para além de outras virtudes, esbofeteia que se farta, embora sem grandes resultados...



Orson Welles, no centro das atenções na emissão de «Sempre aos Domingos»

Inferno Vermelho

(Segunda, 22.20, SIC)

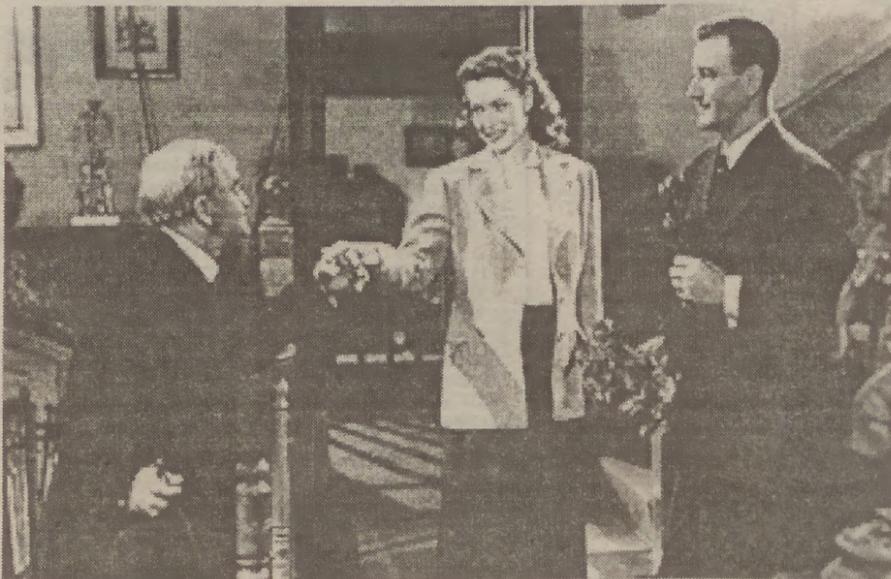
Já conhecíamos os ex-heróis solitários do ex-reaganismo a caçar ex-comunas por esse mundo fora. Agora, o ex-inefável Schwarzeneger, na pele de um ex-perestroiko KGB, vem à pátria do ex-capitalismo em perseguição de um traficante de droga ex-soviético... Foi a primeira produção americana com filmagens autorizadas na ex-Praça Vermelha. Repetida pela enésima vez. Palavras para quê? É no ex-horário nobre da SIC, pois claro!

Frenético (Quarta, 22.50, Canal 1)

Um casal chega a Paris, depois de 12 longas horas de avião desde S. Francisco, e acomoda-se num hotel onde, há vinte anos, passara a lua-de-mel. O homem, cansado, mete-se num duche, o telefone toca, a mulher atende e diz qualquer coisa que o ruído do duche não deixa ouvir. Saído da casa de banho, o homem repara com espanto que a mulher desaparecera... É este o excelente arranque de um thriller de Roman Polanski, que acaba por ser perturbado por alguns altos e baixos que não ajudam. Tanto como Harrison Ford, no principal papel.

Margem Sul (Quarta, 00.20, TV 2)

Integrado numa série de TV internacional, Margem Sul é uma curta-metragem de grande plasticidade realizada por José Álvaro de Moraes. A descobrir.



Barry Fitzgerald, Maureen O'Hara e John Wayne na obra-prima de John Ford, «O Homem Tranquilo»



Um fotograma de «Aeroplano», um disparate de Jim Abraham e dos irmãos Zucker

A visita dos Joad

■ Correia da Fonseca

Houve um tempo em que a generalidade da crítica de Televisão acatava a regra, ou o princípio, ou o preconceito, de não comentar os filmes do Cinema comercial que a TV transmitia. Entendia-se então que a crítica a essas obras estava feita por especialistas do ramo quando da sua passagem pelas salas de projecção e havia, além do mais, o escrúpulo de não tentar meter a foice em seara alheia. Entretanto, porém, a situação alterou-se substancialmente em diversos aspectos. Por um lado, a queda quantitativa do público cinematográfico e a redução drástica do número de salas diminuiu o caudal de filmes projectados e reduziu o impacto da crítica de Cinema sobre o público. Por outro lado, a quantidade de filmes transmitidos pela Televisão aumentou enormemente, não apenas pelo aparecimento de mais canais mas também pela crescente presença nos televisores de filmes produzidos para o Cinema, foram de as estações preencherem largos tempos de emissão com custos controlados. Em consequência, filmes comerciais que a TV transmite surgem cada vez com maior frequência em colunas de crítica de Televisão. Ainda com uma outra justificação, esta de resto válida de sempre: um filme no televisor é coisa bem diferente de um filme no ecrã de uma sala de cinema, quer no plano estético quer no plano sociológico.

Neste quadro, aconteceu, por exemplo, que um dia destes, nesta mesma página, «Hiroshima, Mon Amour», de Resnais, foi objecto de uma abordagem crítica cujos méritos me deixaram à beira da depressão, roidinho de inveja por não ser capaz de escrever uma coisa assim. Apesar da minha comparativa desqualificação, porém, impõe-se-me hoje a quase obrigação de falar aqui de um outro filme recentemente transmitido pela TVI, com a atenuante de a película não ter circulado pelos circuitos de exibição portugueses em tempo adequado, porque o fascismo não deixou, embora já tenha passado noutra estação de TV

com um tema desses. Mas eram os anos em que Hitler devastava a Europa enquanto o militarismo nipónico assolava a Ásia; em que os Estados Unidos de Franklin Roosevelt estavam em vésperas de se tornarem aliados da União Soviética de José Estaline (o que valeu ao presidente norte-americano detracções e calúnias que ainda não se extinguiram completamente até hoje, cinquenta anos depois da sua morte); em que ainda estava longe a guerra do Vietnam, onde a presença de um filho de Steinbeck seria decisiva para uma lamentável viragem política do pai. De qualquer modo, poderia supor-se que uma estória baseada em acontecimentos reais ocorridos na década de 30 nos States estaria hoje irremediavelmente desactualizada, o que tornaria anacrónica e até um pouquinho ridícula a sua transmissão televisiva em Janeiro de 95. Ora, um dos motivos que torna imperioso vir falar hoje, aqui, dessa transmissão, é precisamente a actualidade daquele tema. Não que nos Estados Unidos de Bill Clinton estejam a repetir-se exactamente as expulsões de agricultores das terras que trabalhavam há muitos anos, a proletarização extrema dessa gente, os êxodos para míticos El-Dora-

vam. Para nelas fazerem o indispensável investimento, designadamente em sementeiras e também talvez em algum equipamento, tinham contraído empréstimos junto da banca, com garantia hipotecária. Depois disso, circunstâncias adversas da meteorologia e hostilidades crónicas de diversos poderes, haviam empurrado crescentemente as culturas para condições de nula ou negativa rentabilidade. Estavam endividados, não lhes era

possível satisfazer o chamado serviço das dívidas, tinham diante de si, a curto prazo, o espectro da expulsão e do inevitável cortejo de desastres e privações subsequentes.

Eram, quanto às linhas mestras da situação, casos perfeitamente integráveis no panorama descrito em «As Vinhas da Ira». Também ali, por detrás da empresa agrária proprietária das terras, eram os bancos e o seu poder financeiro que mandava. O destino posterior das terras amanhadas pelos Joad e por todos os seus companheiros de desgraça não nos era revelado na narrativa norte-americana que prosseguia por outros caminhos para nos contar a odisséia dos homens, não a dos campos. No Alentejo, não sei, mas desconfio muito de que assim foram construídos ou reconstruídos alguns impérios, porque é fácil adivinhar que a posse das terras em sistemas económico-financeiros como o dominante acaba por estabilizar nas mãos de quem dispõe do dinheiro suficiente para a arrematação final, quase sempre por óptimo preço.

Por isso, eu olhava os Joad, de visita à minha casa, ouvindo-os, e pensava não apenas nos agricultores norte-americanos dos anos 30 mas também nos alentejanos de 95.

Bem sei que estes não podem partir para nenhuma Califórnia com promissores laranjais que de resto acabarão por se revelar miragens; bem sei que talvez tenham de atravessar fronteiras, se ainda o puderem fazer, para irem colher nas Suíças, nas França, nas Alemanhas, a sobrevivência amarga do desprezo local, da insegurança, porventura de desapontamentos fatais. Mas era-me claro que, entre uns e outros, havia um parentesco próximo, profundo, decisivo. E que as palavras finais de Tom Joad, ao despedir-se de Mammy, poderiam ser as de um alentejano lúcido, agredido nos direitos mais legítimos mas ainda assim possuído por uma certeza última que redundava, afinal, em esperança. Em esperança difícil, longamente adiada, mas que não é possível erradicar. Porque os opressores precisam dos explorados, é deles que se alimentam. E os explorados sabem, no fundo de si mesmo, que sobreviveriam melhor sem os opressores.

depois de Abril: trata-se de «As Vinhas da Ira», de Ford, sobre a obra-prima de Steinbeck, agora precedida por uma admirável e justíssima apresentação de Lauro António.

do s onde já não era esperável o encontro com o ouro mas sim, mais modestamente, com laranjas para colher. A actualidade de «As Vinhas da Ira» decorre da existência de muitos milhões de norte-americanos que dificilmente sobrevivem abaixo da linha da pobreza e das condições de dignidade humana, do desemprego desajustado, da angústia terrível que resulta da incerteza, do desabar de expectativas e mitos e do conseqüente surto de violências legais ou ilegais. Tem a ver com a América de hoje, 1995, cerca de sessenta anos depois de Steinbeck, de quarenta anos depois do Miller de «A Morte de um Caixeiro-Viajante».

A actualidade de «As Vinhas da Ira», do romance e do filme, tem a ver com as linhas fundamentais do processo capitalista, hoje numa fase supostamente avançada, nos anos 30 em fase intermédia, mas idêntico na sua essencial desumanidade.

Os Joad no Alentejo

Uma outra face da mesma actualidade, porém, tem mais a ver connosco e com a Televisão do nosso país. Há algumas semanas, o telespectador português pôde assistir a uma breve reportagem feita no Alentejo, o que, aliás, é raro. Nela, agricultores alentejanos contavam ao repórter como estavam na iminência de se verem desapossados das terras que cultiva-

Ontem e hoje

«As Vinhas da Ira» é um filme de 1940 baseado, como se sabe, no romance homónimo de Steinbeck, que por ele recebeu o Prémio Pulitzer. O livro traça um quadro dramático e pungente da ruralidade norte-americana nos anos da Depressão, entre 29 e 36, bem se podendo dizer que eram bons aqueles velhos tempos em que o Pulitzer era entregue por um livro

de FOICE Combates

No dia em que o Fernandinho desenterrou do baú da avó os cortinados amarelos, encarnados e verdes e os pendurou com meia dúzia de pregos na parede do quintal, ninguém no bairro teve dúvidas de que a liderança da Perigosa Sociedade dos Demónios Laranja ia ser renhida, pelo que começou desde logo o açambarcamento de berlindes.

Convocadas à hora do lanche para tomar nota da ocorrência, as hostes compareceram em peso com o seu arsenal de sandes, latas de cerveja, pastilhas elásticas, figas, marcadores, 'sprays', cigarros e objectos contundentes não identificados, prontas para qualquer eventualidade.

Que o caso era sério provou-o de imediato o Fernandinho, empoleirado em cima de um caixote para ganhar em distância o que lhe faltava em altura, megafone na mão e cabelo empoado de farinha a dar-se ares de mais velho. Numa voz à James Bond e com o boné de marinheiro do irmão a espreitar no bolso das calças, um ar gingão de quem aprendeu artes de navegação em ar, terra e mar, Fernandinho prometeu dedicação à causa, fidelidade aos princípios, continuidade e inovação, rédea curta e pulso firme. O entusiasmo provocado, não sendo unânime, foi de peso. O Melinho da mercearia deu-se ao trabalho de abrir os olhos e fez saber à malta que o piqueno lebaba o seu apoio; o Valentim, de alcunha o Boavista, nem se fez rogado para lhe seguir o exemplo; o Açoriano, lacónico como sempre, disse 'está beem'; e o Alentejano, a atirar boletas para o quintal da vizinha, fez sinal aos seus três adeptos para que respondessem em coro.

Foi por essa altura que todos se viraram para o Pedrinho, o Cru, escarranchado no muro a limpar as unhas com a navalha de ponta-e-mola novinha em folha e a pingar de gel os malmequeres do quintal. O sorriso que endereçou às hostes, a chocalhar nervosas os berlindes nos bolsos, gelou até o gato Durão nos rapapés ao canário da dona Mariani. Adoro combates, disse, quantos mais melhor. Eu sou mais a mudança, ele é mais a continuidade, se aparecer para aí outro que seja mais o mesmo, isto vai ser uma guerra em beleza, ó pessoal.

Sem pestajenar, Pedrinho saltou do muro e aterrou em cheio no colo das hostes, a confirmar a sua capacidade de subterrâneos apoios. O barulho dos Vivas e dos Morras, depois disto, foi tão ensurdecedor que o general reformado da casa ao lado acordou da sesta morna em que há dez anos gasta as tardes, convencido de que chegara finalmente o seu momento de voltar às lides. Cruéis, os fanáticos da Perigosa Sociedade dos Demónios Laranja nem se deram ao trabalho de o desiludir. Debandaram do quintal aos gritos, cada clã para a sua garagem, a contar armas e congeminar estratégias, deixando nas ruas um rasto de cascas e caroços a azedar ao sol.

Num suspiro de alívio, o gato Durão roçou o pelo no degrau da escada, lembrou-se dos tempos da juventude em que afitava as garras nos telhados da Universidade, olhou o canário da dona Mariani como um sonho, lambeu-se numa antecipação de prazer e adiou por mais alguns dias a decisão de o depenar.

■ AF

PCP prepara audição parlamentar sobre gravuras rupestres

O Partido Comunista Português, através do seu Grupo Parlamentar e da Célula da Cultura Literária e Artística, promoveu na sexta-feira um encontro na Assembleia da República com técnicos interessados no caso das gravuras rupestres de Foz Côa, como forma de preparação de uma futura Audição Parlamentar sobre a questão da conservação das mesmas.

Presentes nesta reunião estavam, entre outros quadros do PCP membros da célula, o membro da Comissão Política, Carlos Brito, e o deputado Lino de Carvalho.

Entre os técnicos convidados encontravam-se o professor Galopin Carvalho e o arqueólogo Luís Raposo. Nas opiniões manifestadas por estes, avulta a convicção da datação em 20 mil anos das gravuras encontradas em Foz Côa, o que serve de base para a sustentação de uma opinião que atribui importância mundial a este património arqueológico.

Galopin de Carvalho e Luís Raposo falaram da necessidade de tudo ser feito para a preser-

vação das gravuras ao ar livre e no local onde se encontraram, de forma a possibilitar o seu estudo pela comunidade científica.

Defendendo a busca de soluções conciliatórias com a construção da barragem da EDP que põe em perigo a arte rupestre, os dois cientistas disseram no entanto que se chegar à conclusão que a inviabilização da barragem vier a ser necessária para garantir a sobrevivência das gravuras, uma consciente decisão política - dada a importância mundial do achado - não deve hesitar em embargar essa construção.

Ambos os técnicos realçaram a urgência de uma tomada de

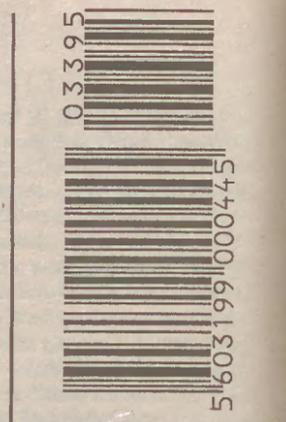
decisão definitiva de forma a que se possam tomar medidas de protecção das peças.

Questionados por Carlos Brito sobre a sua opinião de uma eventual proposta a apresentar pelo PCP para apresentação da candidatura dos achados de Foz Côa à classificação de Património Mundial, os elementos presentes nesta reunião foram unânimes em achar positiva a ideia.

Unesco examina gravuras

Entretanto, uma delegação da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura visitou segunda-feira as gravuras rupestres de Foz Côa, ao mesmo tempo que uma delegação de técnicos da UNESCO chegava a Portugal para, durante alguns dias, inspeccionar o local para posterior produção de um relatório.

Na visita às gravuras, os



deputados foram acompanhados por técnicos do Instituto Português do Património Arqueológico (IPPAR), da Secretaria de Estado da Cultura, da EDP e do arqueólogo Sande Lemos.

Debate com o país sobre Património

Foi anunciada publicamente a realização, integrada na iniciativa do PCP «Debate com o País», a realização de um debate sobre os problemas actuais do Património Cultural e onde, certamente, a situação das gravuras rupestres de Foz Côa será discutida.

O debate realiza-se na Casa do Alentejo, em Lisboa, a partir das 9 e meia do próximo dia 11 de Fevereiro.

Vitória da Revolução Cubana comemorada em Lisboa e Coimbra

A Associação de Amizade Portugal-Cuba (AAPC) celebrou o 36º aniversário da vitória da Revolução Cubana na semana passada com uma sessão onde estiveram presentes o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, o engenheiro Cunha Serra (presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação) e o engenheiro Blasco Hugo Fernandes, do conselho nacional da AAPC.

O vereador da Câmara de Lisboa, Rui Godinho, e Manuel Lopes da CGTP, falaram da experiência da sua recente visita a Cuba onde participaram no Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba.

Armanda C. Fonseca, presidente da direcção da AAPC, informou os presentes sobre o desenvolvimento do trabalho de solidariedade, focando a crescente participação da juventude e o desenvolvimento de núcleos em todo o país.

A encerrar, falou o embaixador German Blanco que referiu as dificuldades causadas pelo bloqueio, tendo sublinhado o significado de 1995 ter sido proclamado o ano José Martí, na celebração do bicentenário da queda em combate do lutador pela independência e liberdade de Cuba.

Os presentes aprovaram uma contra o bloqueio, que será entregue na embaixada dos Estados Unidos em Portugal.

A comemoração foi animada com a participação de André Gago com o coro da CDT do Metro de Lisboa, a cujas vozes se juntaram as dos amigos de Cuba presentes nesta comemoração.

Embaixador de Cuba recebido na Câmara e Universidade de Coimbra

Também o núcleo de Coimbra da AAPC comemorou o 36º aniversário da vitória da Revolução Cubana com uma visita do embaixador de Cuba em Portugal, realizada no passado dia 23, que foi recebido na Câmara Municipal e visitado a Universidade, onde se encontrou com o reitor, a Associação Académica e a União de Sindicatos.

À noite, realizou-se uma sessão na Casa Municipal de Cultura, onde estiveram mais de 300 pessoas que ouviram German Blanco falar sobre a actual situação na ilha.

Campanha de esclarecimento está nas ruas

Está em curso uma campanha de esclarecimento das posições políticas do PCP, destinada a divulgar as ideias do Partido sobre a actual situação política. Entre os elementos gráficos que constituem esta campanha conta-se um pano com as palavras «PCP reclama eleições antecipadas» e «Nova política é preciso».

Foi também editado um folheto para ser distribuído à população onde se abordam temas como as razões para a reclamação de eleições antecipadas, o fracasso da política de direita, a moção de censura apresentada pelo PCP e a necessidade, para o país, de uma alternativa política democrática.

**PCP RECLAMA
ELEIÇÕES ANTECIPADAS**
**NOVA POLÍTICA
É PRECISO!**

Carvalhas nos Açores

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, vai participar em todos os trabalhos do 5.º Congresso Regional do PCP/Açores, marcado para o próximo sábado e domingo, e usará da palavra na sessão de encerramento.

O congresso dos comunistas açorianos decorrerá no Auditório dos CTT em Ponta Delgada, e abrirá com a intervenção de José Decq Mota, coordenador da organização.

Igualmente confirmada está a presença de uma delegação do PCP/Madeira, chefiada pelo seu coordenador, Leonel Nunes, assim como a do deputado da CDU na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Padre Mário Tavares.

O Congresso elegerá, no segundo dia de trabalhos, os órgãos de Direcção bem como aprovará as principais linhas de acção dos comunistas no futuro.